

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Jéssica Laube de Andrade Lima

Parasitismo e Desigualdade Social na Psicossociologia de Manoel Bomfim

São Paulo 2022

JÉSSICA LAUBE DE ANDRADE LIMA

**Parasitismo e Desigualdade Social na Psicossociologia de Manoel Bomfim**  
**Versão Original**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Experimental

Orientador: Prof. Dr. Danilo Silva Guimarães

São Paulo 2022

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Jéssica Laube de Andrade Lima

Título: Parasitismo e Desigualdade Social na Psicossociologia de Manoel Bomfim

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr:

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra:

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dr:

Instituição:

Julgamento:

## Resumo

O presente texto de dissertação de mestrado tem por objetivo apresentar o trabalho de Manoel Bomfim, médico, psicólogo, historiador, literato e intelectual brasileiro do século 19. Nascido em Aracaju em 08/08/1868. No que diz respeito principalmente ao desenvolvimento da temática da desigualdade social, sua compreensão e elaboração na sua principal obra: América Latina: Males de Origem, publicada em 1905. Para além desta obra foram consultados autores contemporâneos, ou referidos por serem de interesse para a linha Problemas Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Psicológica. O trabalho foi desenvolvido com base na metodologia hermenêutica gadameriana, que consiste na compreensão do fenômeno cuja relação na interpretação é de cunho bidirecional.

Diante do que foi trabalhado, a dissertação se organizou em três momentos principais. Primeiro na compreensão de quem foi Manoel Bomfim, e as principais características de América Latina: Males de Origem, em diálogo com colaboradores, que também desenvolveram pesquisas a respeito de seus escritos. Focando na questão da desigualdade social e sua relação com a tese do parasitismo em Bomfim. Após isso, foi feita a retomada das repercussões históricas, sociais e psicológicas do processo de colonização na desigualdade social brasileira por autores contemporâneos que abordaram questões tangentes ao texto de Bomfim. E por último, em retorno a psicologia cultural, e em diálogo com Valsiner, foi proposto a discussão da educação não missionária e não parasitária, para compor com as contribuições da área e reafirmar a importância de Manoel Bomfim nos debates mais atuais.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, parasitismo, desigualdade social, psicologia cultural, psicossociologia

## **Abstract**

The present text of master's thesis aims to present the work of Manoel Bomfim, physician, psychologist, historian, literati, and Brazilian intellectual of the 19th century. Born in Aracaju on 08/08/1868. With regard mainly to the development of the theme of social inequality, his understanding and elaboration in his main work: *Latin America: Males of Origin*, published in 1905. In addition to this work, contemporary authors were consulted, or referred to because they are of interest to the line Theoretical and Methodological Problems of the psychological research The work was developed based on the Gadamerian hermeneutic methodology, which consists in understanding the phenomenon whose relationship in interpretation is bidirectional in nature.

In view of what was worked, the dissertation was organized in three main moments. First in the understanding of who Manoel Bomfim was, and the main characteristics of *Latin America: Evils of Origin*, in dialogue with collaborators, who also developed research on his writings. Focusing on the issue of social inequality and its relationship with the thesis of parasitism into Bomfim. After that, the historical, social, and psychological repercussions of the colonization process on Brazilian social inequality were resumed by contemporary authors who addressed issues tangential to Bomfim's text. And finally, in return for cultural psychology, and in dialogue with Valsiner, it was proposed the discussion of non-missionary and non-parasitic education, to commend with the contributions of the area and reaffirm the importance of Manoel Bomfim in the most current debates

Keywords: Manoel Bomfim, parasitism, social inequality, cultural psychology, psychosociology

## Sumário

<b>Intrudução</b>	<b>7</b>
O Construtivismo Semiótico-Cultural na Linha de Pesquisas	11
Problemas no Processo de Construção de Conhecimento: Os Pressupostos Culturais.	13
Manoel Bomfim e Autores de Apoio.	19
<b>Metodologia.</b>	<b>21</b>
Objetivos	22
<i>Gerais</i>	22
<i>Específicos</i>	22
Materiais e Métodos	22
<b>Parte I: Manoel Bomfim e o Parasitismo Social</b>	<b>32</b>
Percurso Biográfico	32
Características Marcantes do seu Trabalho	37
Resgatar o Sentido nacional, um Autor Anticolonialista?	39
Tensões Presentes entre Bomfim e seus Conterrâneos.	55
A história pensada por Bomfim – Enigmas e Contradições	61
<b>Parte II: O Brasil de Ontem e de Hoje</b>	<b>74</b>
Ethos Moderno e o Papel da Colonização na Construção do Psicológico	75
O Movimento Eugenista – Raízes da Medicina Sanitarista	89
O reconhecimento da Questão da Escravidão na Desigualdade Social	101
<b>Parte III: Valsiner e a Analogia do Sistema Imunológico</b>	<b>113</b>
A Educação na Perspectiva de Valsiner e Manoel Bomfim	127
<b>Considerações Finais</b>	<b>134</b>
<b>Referências</b>	<b>143</b>

## Introdução

O presente trabalho disserta sobre o tema da desigualdade social, enquanto fenômeno cultural presente na obra psicossociológica – América Latina: Males de Origem (1905) – de Manoel Bomfim (Aracaju, 1868 – Rio de Janeiro, 1932), visando contribuir para o debate contemporâneo sobre o tema no âmbito da Psicologia Cultural, em diálogo com a noção de processos de regulação semiótico-culturais (Valsiner, 2017).

A psicologia cultural contemporânea trabalhada no texto vem sendo discutida por Simão (2010) no Construtivismo Semiótico-Cultural, e se vincula, predominantemente, em concepções presentes nas psicologias culturais de autores tais quais: Ernst Boesch, Jaan Valsiner, Ivana Marková, em contribuições precursoras de Lev Semanovich Vygotsky, William James e James Mark Baldwin, no diálogo com a hermenêutica Gadameriana, a filosofia da linguagem de Bakhtin, e as fenomenologias de Bergson, Merleau-Ponty e Lévinas.

A concepção básica integradora entre todos esses estudos no campo das reflexões metapsicológicas é o dialogismo. Que considera a ciência como um tipo particular de construção humana, a partir do questionamento de sentidos e significados presentes em relação eu-outro-mundo, significativas para as pessoas envolvidas e para a construção de conhecimento (Simão, 2010). Assim, a construção do conhecimento é entendida como um processo de ação simbólica que transforma as pessoas e o próprio conhecimento na temporalidade das trocas humanas (Guimarães & Simão 2017).

Uma das principais vias de transformação no desenvolvimento humano ocorre através da busca pelo compartilhamento das experiências com o outro, ou seja, da busca pela intersubjetividade (Cornejo, 2008). Assim, o CSC se respalda pelo entendimento de alteridade, experiência inquietante, temporalidade e tensões presentes nas relações eu-outro-mundo e busca compreender estas transformações constituintes na relação eu-mundo-outro (Simão, 2010).

Das interações o espaço sociocultural é formado, bem como, é a partir do outro que ocorre a experiência inquietante: “Por experiência inquietante, eu quero dizer sobre experiências que ferem nossas expectativas.” (Simão, 2003, p. 450), da tensão e da lacuna que o ‘eu’, irá sentir frente ao ‘outro’. Ao se colocar em uma situação de interação com o outro e com o mundo, a pessoas sofre um movimento de inquietação perante o incerto, entre aquilo que ele almeja e aquilo que pode alcançar concretamente, tal fato gera uma tensão interna que se transpõe ao diálogo.

Para além disso, a experiência inquietante rompe com as expectativas primeiras que a pessoa tinha e que serão confrontadas ante a própria experiência. A real abertura para o sentimento de inquietação, ocasionada pela lacuna, pelo distanciamento entre a expectativa de completude, e a não possibilidade de suprir essa completude no diálogo, é o que irá configurar a alteridade enquanto atuante durante o diálogo entre os entes que se excedem entre si (Simão, 2003). A alteridade, por sua vez, possibilita o conhecer a si perante a outridade e reafirmar como diferentes posições de relação. Posição não fixa, e mutável.

Assim, o diálogo, segundo Simão (2004a-b, 2003, 2002), é a interação que promove a construção da intersubjetividade e da subjetividade de cada um dos envolvidos através de sua interlocução. O diálogo não opera através apenas da interação verbal, mas da operação da alteridade. No diálogo, como falado, a percepção de si e do mundo muda, pode ser reconstruída, reorganizando a experiência vivida, constituindo assim novos conhecimentos que mobilizarão a ação, as crenças, a apropriação nova da linguagem.

Grossen (2010) argumenta sobre as dificuldades de compreender a complexidade por trás do diálogo, pois há interação verbal que ocorre no diálogo, mas também, os gestos e objetos ou artefatos que nos relacionamos durante a vida. Decorrem disto, as interpretações e reinterpretações, a mudança contínua, a tensão que existe entre o compreender, fazer-se compreender e ser compreendido como complicações existentes para uma formulação metodológica e na própria



interação cotidiana das pessoas. De modo que, o diálogo requer um ajuste para a reequilibração<sup>1</sup> dos valores que estão postos em debate, o que faz com que ambos os participantes envolvidos no diálogo sustentem suas visões de mundo e/ou reconheçam as fragilidades pelo contraste das diferenças no diálogo:

Novidade, mudança e desenvolvimento são, portanto, palavras – chave da perspectiva dialógica. Mas se referem aqui, cabe lembrar, não só ao conteúdo do diálogo, mas principalmente ao desenvolvimento dos atores propiciados pelas experiências imposta em suas relações com outrem. Isto nos remete à questão da contínua (re)construção da identidade do sujeito nas relações com a alteridade. (Simão, 2004a, p. 8)

Nos processos de construção de conhecimento em psicologia, o tensionamento entre o não sabido e as expectativas vacilantes produzidas durante a pesquisa fazem parte da ética no fazer científico. Já que, participam desse processo tanto a inquietação do sujeito frente a tensão que surge em contato com o outro, quanto a sua percepção anterior e no contato com as obras que são estudadas (Simão, 2004a, p.6).

A prática dialógica será a transformação dos participantes do diálogo e da mensagem presente nas interpretações ao longo da conversa produtora de tensionamento. A impossibilidade de compreensão absoluta e a permanente tendência de se fazer entender, ou ainda, fazer com que a fala possa ser compreendida e partilhada pelo(s) outro(s) em relação recíproca ou de alteridade é uma potencialidade pela permanência da comunicação. Em outras palavras, a tensão presente no diálogo:

Em última instância, sob a ótica do dialogismo, a tensão presente no diálogo se impõe como condição mesma de sua existência pois, sendo a tensão gerada no próprio diálogo, leva a

---

<sup>1</sup> Equilíbrio é um termo piagetiano para se referir a necessidade de homeostase do indivíduo frente às transformações do meio-ambiente, para ele os processos de construção de conhecimento passam pela desequilíbrio dos esquemas cognitivos.

reconstruções afetivo-cognitivas nos atores, que continuarão ou não dialogando, nesta ou naquela direção, gerando tais ou quais tensões, e assim por diante (Simão, 2004a, p. 6).

Assim sendo, o outro na relação de alteridade é fundamental para as ressignificações trabalhadas e instigadas pela experiência inquietante, desta forma, a relação eu-outro é formadora das subjetividades, mas não no sentido de completude, mas sim, no sentido de possibilitar pelo espaço de trocas a aquisição e transformação de significados. Em Simão (2004b): O construtivismo semiótico-cultural se assenta, dentre outras premissas, na postulação de que a subjetividade humana se constrói ancorada na elaboração cognitiva-afetiva pessoal, particular, individual das sugestões socioculturais (p.2).

A construção de subjetividade é, portanto, um processo também cognitivo, ativado por vias da percepção, mas também afetivo pois os significados relevantes para a pessoa também serão integrados com base na consideração dos afetos, bem como, na sua habilidade de dialogar, permitindo a alteração e internalização dos significados operados na relação eu-outro.

No diálogo, os comentários, falas, posições do meio revelam ao eu a percepção entre os contrastes que este estabelece com a sua própria estrutura construída até então. Para daí, revelar suas próprias considerações. Se aceita ou rejeita o dito, se integra parte das informações, e como a nova unidade é devolvida no mesmo diálogo a partir de tudo que se desenrola da interação com outro, que reage seguindo as informações que interpreta durante a conversa. Pois, apesar de teoricamente partirmos de uma mesma comunidade social e cultural, os espaços que frequentamos ao longo da vida serão diferentes. Outras famílias, outras escolas, outros espaços de classe. E, portanto, representam diferentes formas de ler o mundo.

### **O Construtivismo Semiótico-Cultural na Linha de Pesquisa**

A dissertação foi elaborada na Linha de Pesquisa Problemas Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Psicológica, cujo principal interesse é o de desenvolver pesquisas que se proponham a

problematizar a construção de conhecimento em psicologia e desenvolver maiores conhecimentos sobre a história e filosofia da psicologia. A linha conta com o envolvimento do Construtivismo Semiótico-Cultural (CSC) em seu direcionamento metodológico, mais especificamente enquanto um campo de proposições, sistematizado para a realização pesquisas em psicologia. No que aponta a inclusão do pesquisador e o participante ou obra, enquanto dialogicamente transformadores e transformados durante o processo.

No artigo de Simão e Guimarães (No Prelo) os autores discutem a construção do CSC, com 37 anos de elaborações acadêmicas. Principalmente no que diz respeito as considerações epistemológicas, ontológicas e éticas. Assim, revelam as contribuições: “Consideramos que esse percurso permitiu ao CSC, contemporaneamente, caminhar em direção a reflexões metateóricas em psicologia, a partir de um nítido posicionamento nos planos epistemológico, ontológico e ético que compõem a fronteira interdisciplinar entre filosofia e psicologia” (p. 1).

Além disso, três são os momentos que marcaram e caracterizam a história do CSC no fazer pesquisas na Linha de Problemas Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Psicológica, entre os anos de 1982 e 2004 - as concepções psicofilosóficas que se distinguem das posições exclusivamente funcionalistas e mecanicistas; entre 2004 e 2010 há a consolidação com a publicação da tese de Livre Docência da Livia Simão e a posterior publicação do livro, os Ensaios dialógicos (2010); entre 2010 e 2019 ocorre o adensamento pela marcação das noções de alteridade e temporalidade (Simão e Guimarães, no Prelo).

As características das pesquisas nesta área, compreendem que o fazer pesquisa em psicologia está composta por os tensionamentos que ocorrem pela incerteza e assimetria das relações com o outro, assim, pesquisador-participante e o outro participante, ambos no interjogo simbólico de suas comunicações no diálogo, propõem visões de mundo temporárias que mutam de acordo com suas expectativas anteriores e o contato com a intersubjetividade.

Em Simão (2005), as compreensões hermenêutico-dialógicas a respeito do fazer pesquisa e ciência em psicologia, envolvem o conceito de *Bildung* de Gadamer, que emprega sua concepção de formação pessoal e as características que a compõe, foi pensada a partir de outros autores tais quais: Kant, Hegel e Von Humboldt.

Para Gadamer, segundo Simão (2005), a importância do que nesse processo se deve ao permanente estado de reconstrução do self, guiadas para um aperfeiçoamento e desenvolvimento dos talentos e capacidade, cuja responsabilidade está em cultivar a sensibilidade e a moralidade na relação Eu-outro-mundo: “em resumo, a proposição de Gadamer *Bildung* como um processo interior de formação, em constante desenvolvimento, em que há uma apropriação transformativa pelo material individual que recebe através da experiência com o outro” (Simão, 2005, p. 556). A autora também explica que essa apropriação ocorre pela modificação do sentido que era originalmente da pessoa, com suas próprias expectativas, e que ao se relacionar com o outro, que procura compreender, o sentido passará por um reajuste. Assim, a compreensão irá emergir em uma nova unidade de pensamento.

Portanto, o processo de fazer pesquisa nesta área prevê a construção de um conhecimento dinâmico, respaldada entre as preconcepções daquele que faz a pesquisa e o despertar para a escolha de um tema, suas expectativas com relação ao conteúdo, e posteriormente sua conclusão a partir da troca simbólica que este o fizer, seja com o participante diretamente, seja na análise de obras, seja no envolvimento mais direto com produções humanas diversas. Tal processo corrobora com uma série de dificuldades e problemas que os pesquisadores enfrentam para conseguir chegar aos seus objetivos propostos, estes podem sofrer alterações e o direcionamento das perguntas e respostas que buscam igualmente irão se readequando aos novos tratados científicos que vão redesenhando sua trajetória enquanto pesquisador e enquanto pesquisa.

**Problemas no Processo de Construção de Conhecimento: Os Pressupostos Culturais.**

Richardson (2011) atenta para a proposta hermenêutica na psicologia dialógica, que confere ao tensionamento na constante observação da parcialidade e a distorção das nossas percepções das nossas interações com o outro e com o mundo, disso, depreende-se o comprometimento de convivência com as nossas identidades arraigadas na cultura e na nossa própria vontade em conjunto com a participação das vontades diversas. A noção de multivocalidade no eu dialógico, que é a parte do eu que se divide em muitas vozes internas mudando o posicionamento da pessoa no diálogo está presente também no espaço científico (Richardson, 2011, pp. 446 - 467) enquanto uma das dificuldades metodológicas para a área dialógica (Grossen, 2010, p. 10).

A possibilidade de se deixar interpelar pelo outro, e abertura para o desconhecimento e a lacuna sempre presente nas relações, que ocorrem pelo tensionamento inerente ao processo de comunicar-se, é a disposição necessária e facilitadora de manter o diálogo. Na tentativa de se fazer compreender e tentar compreender ao outro e ao mundo a pessoa se dispõe a enfrentar a tensão.

De maneira que, o sujeito que pretende buscar o conhecimento pode a princípio partir de um entendimento que se tensiona, se abre e se reconstrói com as condições posteriores onde o tensionamento não se torna mais tão presente, em um segundo momento, após a quebra de expectativa inicial, ocorre uma momentânea reparação da lacuna. Os pressupostos do próprio pesquisador, que estarão presentes durante a construção, interferindo em suas análises, de maneira subjacente são os sentidos que serão tensionados e modificados. Isto significa dizer que suas expectativas ficarão suspensas ante a construção de suas conclusões temporárias.

Simão (2010) em seus ensaios sobre a hermenêutica gadameriana reflete sobre a experiência da negatividade, como uma experiência que nega a tradição. A experiência verdadeira possui uma abertura contrária às expectativas e as pré-compreensões formuladas pela tradição (Simão, 2010, p.209). Espera-se assim, um sujeito ativo capaz de reorientar através da experiência da negatividade

uma seletividade na busca pela compreensão do objeto, se ajustando pela tarefa hermenêutica e pela emergência do novo:

A concepção de relação temporal em Gadamer, outro autor retomado mais adiante, a saber pela metodologia empregada, coloca também em foco a questão da impossibilidade de repetição idêntica da experiência, em seu sentido verdadeiro. É nessa impossibilidade que repousa o sentido produtivo da verdadeira experiência, uma vez que a experiência que conta para a compreensão sempre desconfirma expectativas, abrindo espaço para a emergência do novo” (Simão, 2010, p.213).

Outrossim, a discussão do tema em debate deverá permanecer um espaço para novas significações, abrindo a relação eu-mundo-outro para o que excede e permitindo a constante reelaboração além dos posicionamentos pré-existentes e anteriormente construídos por outros processos (Simão, 1989, p. 18).

Sobre esta questão, Palmieri & Martins (2008) abordam os problemas metodológicos pseudocientíficos em algumas pesquisas experimentais, que não estabelecem esta abertura frente ao fenômeno, a análise que se segue nestes casos são análises interessadas na construção lógica do pesquisador e não na investigação do objeto proposto.

Valsiner (2017), também discute essa questão, os dados muitas vezes estão carregados dos pressupostos culturais de seus pesquisadores, e mesmo nas áreas de pesquisa o próprio objeto de estudo em questão e de interesse são circunstanciais da cultura e devem ser posicionados para um maior rigor científico:

Eu diria que a psicologia é ideologicamente pseudo-empírica. Suas normas sociais exigem a obtenção de "fatos" (dados) derivados dos fenômenos, suas análises dentro de uma estrutura normativa prescrita e sua interpretação dentro de uma estrutura aparentemente universal que ainda oferece dificuldades para uso em condições distantes do laboratório. O valor da

“ciência baseada em evidências” é determinado pelas regras sociais de como as evidências são criadas – e os valores de seus criadores. (Valsiner, 2017, p. 42)

Assim, nas pesquisas em psicologia tanto da psicologia cultural, quanto do CSC, o posicionamento cultural e da explicitação das tensões no campo do saber, ao se construírem as verdades científicas, são consideradas no próprio processo de produção. A seguir uma breve discussão sobre os aspectos culturais que envolvem a concepção de alguns dos autores de referência propostos até aqui.

Em Valsiner (2017), a dinâmica da variação da cultura – compreende o processo como um abrigo para as diferenças, a mudança é uma constante independente da cultura, apenas que, cada qual seguirá seu próprio curso de transformação. Por isso, a importância de construção de uma ciência, de um espaço para as diferenças ao invés de generalizar um dado de uma cultura ou a leitura de uma única cultura e suas próprias mudanças em comparação com outros processos e dinâmicas de variação, que serão diversos.

A contribuição deste autor será retomada mais a diante. O autor faz uma crítica a psicologia por procurar analisar qualquer experiência através de um único mito, sem estabelecer relações mais formais e conceituais que delimitam a teoria, e as limitações epistemológicas quando instrumentalizadas na tentativa de conhecer outras realidades. Ainda assim, nos vemos frente ao debate sobre o que é cultura e como podemos construir conhecimentos sobre os processos culturais?

Valsiner (2017) retoma a dificuldade do uso do termo “cultura” e o aspecto de oposições que por vezes se estabelecem como por exemplo: civilizado e incivilizado, que adveio do processo de colonização das sociedades europeias (Valsiner, 2017, p.121). E observa na definição do termo um problema a ser evitado pela psicologia cultural, já que a definição pode essencializar as relações envolvidas. Tornar o que aparentemente é homogêneo em uma suposta estabilidade passada através das gerações feitas para obter dados generalizados. Entretanto, é possível conhecer sobre a cultura

através os estudos de caso único, lidando com a psicologia cultural enquanto sistêmica, ou seja, da interação da pessoa com o seu ambiente e com as instituições (Valsiner, 2017, p.131).

Dessa forma, mais importante do que a tentativa de definir cultura a priori, parece ser mais de interesse da psicologia cultural de Valsiner (2017) compreender o processo da construção relacional e sistêmica entre a pessoa e o ambiente cultural da qual faz parte. Compreendo assim, que ainda que não tenha definido, Valsiner propõe uma psicologia cultural que condiz com essa realidade multidimensional e complexa. Quando fala de produzir conhecimento, parte-se de um lugar, de uma época e de uma pessoa com suas construções subjetivas. Tema que é abordado também por outros campos do saber, a conhecer, a antropologia, campo do conhecimento cada vez mais presente nas discussões, acadêmicas e políticas.

Na antropologia, área que dialoga com a psicologia cultural, o estudo do homem e suas múltiplas manifestações culturais deve compreender esse envolvimento do pesquisador no meio que este pretende se inserir. A objetividade relativa de seus conhecimentos e a abertura para experienciar os contrastes são atitudes necessárias para o desenvolvimento das pesquisas em psicologia cultural.

Wagner (2010), antropólogo cultural norte-americano, especialista em antropologia simbólica, defende a conscientização da relatividade objetiva, em que o pesquisador ao se deparar com outras culturas precisa tornar visível a sua própria cultura, neste sentido a diferenciação e a definição vão acontecer em ato, pelos contraste e pelo choque cultural que o pesquisador acaba experienciando, sem definições a priori: “no ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria e acaba por reinventar a própria noção de cultura” (Wagner, 2010, p. 23).

O corpo tenta evitar a inadequação, Wagner (2010) descreve o fenômeno de ‘choque cultural’ do qual sofre o antropólogo ao se inserir em uma cultura estrangeira. A passagem é sentida como algo incomodo e desagradável, pois, revela a sua inadaptação momentânea ao viver com



aquelas pessoas e naquele ambiente novo e que, no entanto, ele terá que aprender lidar com a experiência e contar com o apoio social, para contornar tal sensação de dependência e inadaptação, algo que também experienciamos quando somos crianças, por exemplo.

Sustentar o que Wagner (2010) chamou de “choque cultural” e saber lidar com sua própria inadequação frente à novidade. Mais do que isto, compreender que partem do antropólogo e de sua cultura os pressupostos para estudar as demais (p.53). Neste sentido, o próprio intento de observar as culturas passam pela ótica criativa de quem as estuda, sendo assim, a invenção das culturas a partir do seu próprio referencial é construído criativamente e intersubjetivamente através da intersubjetividade estabelecida. A mesma intersubjetividade que manifesta diversas maneiras de conceber a cultura. O cultivo cultural pode ser controlado, aperfeiçoado, abstraindo a metáfora para entender a noção de evolução e aperfeiçoamento que irá se ligar ao termo institucional, empregado em “centros culturais” lugares apartados e específicos de convívio.

Estudando sobre a palavra cultura, Wagner (2010) ressalta o significado derivado do verbo latino ‘colere’, ou “cultivar” em campo, então, relacionando-se com o cultivo em solo (Wagner, 2010, p.46), ainda nesta página, o cultivo mesmo pode ser controlado, aperfeiçoado, abstraindo a metáfora para entender a noção de evolução e aperfeiçoamento que irá se ligar ao termo institucional, empregado em “centros culturais” lugares apartados e específicos de convívio cultural.

Jahoda (2012) em seu artigo sobre os usos da definição da palavra cultura, trouxe em seu levantamento a divisão de três partes para o que encontrou nas bibliografias pesquisadas: cultura como interna, cultura como externa e cultura como interna-externa (p.392). Revelando o caráter polissêmico do termo ele retomou o sentido antigo palavra cultura como de cultivo, vindo da prática na agricultura, partindo para uma abstração filosófica do produzir, desenvolver, e por fim retoma o sentido para a França do século 18 como refinamento do gosto, qualidades de uma pessoa educada que até hoje tomamos como pessoa de conhecimento cultural e bom gosto (p.290).

Jahoda (2012) chega à conclusão que definir é dar fim a um modelo complexo como ocorre no contexto sobre a tentativa de compreender as culturas, e que melhor seria não intentar a uma solução definitiva para o termo. Assim, propõe que melhor não tomar uma postura rígida frente um significado, ainda que algumas propostas possam ser feitas no caso de necessidade teórica ou empírica (p.300).

Com o que foi dito, o discurso científico, quando não posicionado dentro dos aspectos culturais que envolvem a questão que se é trabalhada, pode oferecer problemas na própria construção do conhecimento. Por isso, a contextualização do autor, sua época, e para quem se direciona sua fala, serão considerações relevantes aos propósitos deste estudo, bem como as tensões resultantes das disputas ideológicas que estão por trás das teorias, sejam estas, sociais, psicológicas ou históricas, que são os campos disciplinares presentes e fundamentais na proposta que se segue.

### **Manoel Bomfim e Autores de Apoio.**

O texto vai se debruçar sobre o percurso e a leitura particular de Manoel Bomfim a respeito das problemáticas enfrentadas na América Latina. Ele construiu suas análises em tensionamento com outras formas de observar o mundo, estas outras teorias também serão consideradas ao longo da dissertação para um melhor aproveitamento do diálogo que se estabeleceu, e das reverberações na escrita do autor e dos demais autores que o estudaram e estudam até hoje.

Trata-se de um autor diverso em seus interesses e produções. Bomfim tem inúmeros escritos a respeito de processos psicológicos, envolvendo linguagem e pensamento. Antecipou muitas ideias desenvolvidas por autores como Piaget, Wallon e o próprio Vygotsky, em que as antecipações são muito evidentes no livro “Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem”, originalmente publicado em 1923. A linguagem constitui-se, para ele, como fundamental na constituição psíquica, defendendo a multidisciplinaridade para o estudo da psicologia e a utilização do método interpretativo. As propostas psicossociológicas de Bomfim também fazem referência a

precursores da psicologia cultural contemporânea, como Wiliam James e James Mark Baldwin (Bomfim, 1916, 1923), justificando, portanto, nossos propósitos de articulação de noções seminais de sua psicossociologia.

A articulação que fez entre psicologia e sociologia é de interesse deste trabalho, para compreender a temática da desigualdade social presente na escrita de Bomfim. A compreensão da questão proposta e da possibilidade de identificar o debate em sua obra. Bem como, na tese do parasitismo, uma compreensão das desigualdades sociais, no conjunto de conflitos remanescentes no modo de viver contemporâneo, frente ao passado por ele investigado até o início do século XX, período em que vivera. E pensar como Bomfim articula esta temática para propor formas alternativas de analisar as condições da América Latina e do Brasil.

O tema escolhido — parasitismo e desigualdade social — também reflete a experiência inquietante da vida da pesquisadora que produz esta dissertação, trata-se de um tema caro a realidade que vivemos no Brasil, sua relevância diz respeito a responsabilidade de superação dos processos históricos que envolvem a construção e perpetuação da miséria, violência, e outros agravos para a sociedade que enfrenta dificuldades em melhorar a condição de vida da maioria da população.

É frente a questão que se estende aos nossos dias atuais que me fazem investigar as possíveis atualizações do que foi dito séculos atrás por Bomfim, e que podem ser aproveitados por autores deste século e dos últimos anos do conhecimento, em diversas áreas do saber, escolhidos e justificados após a apresentação da constituição do texto, a seguir, e mais especificamente na seção de metodologia.

Dito isto, apresento aqui a organização base nas linhas que se seguem. A primeira Parte da dissertação se empenha em desenvolver o tema central da obra de Manoel Bomfim (Aracaju, 1968-1932) – América Latina: Males de Origem, onde procura-se estabelecer o conteúdo de sua escrita

em composição com a leitura de dissertações e teses que também colocaram obras e temas discutidos por Bomfim enquanto tema. E que possivelmente ajudam a compreender as principais questões por ele desenvolvidas, juntamente com o seu posicionamento diante da questão da desigualdade social brasileira, mas também a ciência racialista estrangeira e outras questões que fazem parte de suas observações.

Na parte dois, iniciada com o trabalho de Figueiredo (possuí Livre Docência em Psicologia pela USP, nasceu no Rio de Janeiro em 1945), que traz no debate do surgimento da psicologia o pensamento moderno em ascensão no mundo enquanto norteador para o pensar e o relacionar, a construção da ciência moderna, e das transformações desse período, já Tzvetan Todorov (Filosofo e linguista Búlgaro, nasceu em 1939-2017) auxilia na retomada do período colonial e a participação de figuras importantes que igualmente contribuíram e marcaram o pensamento que se construiria após sua chegada, e confluíram para o caminhar de um desenvolvimento do pensamento das ciências também no Brasil e na América Latina. A qual, se pretende apontar o envolvimento das teorias eugenistas na época em que viveu Bomfim. A questão da eugenia na América Latina será abordada com o apoio da obra de Nancy Stepan Leys (Doutora em história e ciência, nascida em 1939, EUA). E, finalmente, quanto o pensamento sociológico, parte da abordagem de investigação de Bomfim será dialogada com os estudos de Jesse Souza (Sociólogo, advogado, professor universitário, escritor e pesquisador brasileiro, nasceu no ano de 1960), diante de sua vasta investigação sobre o pensamento identitário e a construção de significados para o povo brasileiro e a sua conjuntura, através da leitura de autores conterrâneos a Bomfim.

Por fim, para fechar o ciclo metodológico, a contribuição de Manoel Bomfim em diálogo com a psicologia cultural de Jan Valsiner no que diz respeito a questão da educação. Em aproximação as compreensões de Bomfim a uma discussão no campo da psicologia cultural através de Valsiner e sua analogia de processos semióticos ao funcionamento do sistema imunológico. E a

proposição de uma discussão a respeito dos caminhos observados enquanto soluções possíveis para o problema apresentado pelo Autor.

## **Metodologia**

### **Objetivos**

#### *Gerais*

Apresentar o trabalho do Manoel Bomfim, recortando em sua principal obra: América Latina: Males de Origem (1905) a questão da desigualdade social. Buscou-se também atualizar o debate por meio da ampliação da discussão com o apoio da Psicologia Cultural e outros autores de áreas que se interseccionam ao tema debatido por Bomfim, como a exemplo da sociologia e da história.

#### *Específicos:*

Compreender quem foi Manoel Bomfim e quais as características das suas obras através da leitura seus escritos e do apoio em outros autores que o estudaram.

Compreender o conceito de parasitismo na Obra mencionada e qual a visão de Manoel Bomfim sobre a questão da desigualdade social no Brasil através da construção do conceito.

Compreender as nuances do debate em relação as suas outras obras, como base de comparativo entre seus posicionamentos e as transformações ao longo do tempo, para uma maior integralidade do estudo sobre quem foi Manoel Bomfim.

Compreender as ressonâncias e atualizações do debate com o apoio das discussões oferecidas pelos estudos da psicologia cultural e as possibilidades de diálogos para contribuir com a contemporaneidade do autor nos debates em psicologia.

### **Materiais e Métodos**

A metodologia é refletida, segundo a proposta hermenêutica de Gadamer (1999), como orientação para a compreensão dos fenômenos no sentido de uma relação bilateral, cujo resultado

são as surpresas que ocorrem durante o processo, entre os pressupostos da pesquisadora e as novidades que se expressam no curso da pesquisa: “por isso, qualquer compreensão para ser alcançada, demandará alteração nos objetivos iniciais do pesquisador ou pesquisadora, nessa medida, a compreensão dependerá da possibilidade de quem a busca poder lidar com o inesperado” (Simão, 2010 p.198). Envolvem esse fenômeno, a experiência da negação e a fusão de horizontes, em que a compreensão ocorre primeiro pela abertura e interpelação que o outro nos apresenta e um reportar-se para além do que a cultura já nos apresenta ou que já pensamos saber sobre ela ou sobre os outros, e o segundo pelo processo dialógico de transformação dos interlocutores com o sentido que é provocado pelo encontro e a possibilidade de ampliar as compreensões prévias.

A fusão de horizontes, se tomada como um processo dialógico, significa possibilidade de transformação nos horizontes dos interlocutores, com eventual alargamento que possibilite compreensão de acontecimentos que não se encaixavam (que não podiam encontrar sentido) na compreensão prévia individual dos interlocutores. A possibilidade de fusão de horizontes, conforme Gadamer (1999), enfatiza importância de se manter atento aos próprios pressupostos ao adentrar nos pensamentos e pressupostos de outro escritor. Ali se encontra um espaço de compreensão e estar ciente desses valores prévios sobre o tema e em constante diálogo com o autor e suas ideias é um caminho para encontrar a fusão dos horizontes.

A pré-estrutura de compreensão observa a historicidade dos conceitos que são posteriores na hora de se relacionar com um material onde se necessita a utilização de um meio interpretativo, estar atenta às ideias e colocá-las em suspensão para se permitir chegar à coisa ela mesma (Gadamer, 1999 p. 401), com constância revisar as compreensões conforme se avança no contato com as ideias do autor(a) na busca por seu sentido:

“Naturalmente que o sentido somente se manifesta porque quem o lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado. A compreensão do

que está posto no texto consiste precisamente na elaboração desse projeto prévio, que, obviamente, tem que ir sendo constantemente revisado com base no que se dá conforme se avança na penetração do sentido. (...) que a interpretação comece com conceitos prévios que serão substituídos por outros mais adequados (...) Quem procura compreender está exposto a erros de opiniões prévias, às quais não se confirmam nas próprias coisas”. (Gadamer 1999 p.402)

Assim, na pesquisa é igualmente importante avaliar a origem e o contexto histórico, bem como a língua corrente e os termos empregados e seus sentidos para o autor, dado que ele ou ela pretendiam trazer com suas considerações sobre os fenômenos e seus processos. Como no caso aqui estudado, a questão da desigualdade social, e da constituição da psicossociologia na obra de bomfiniana, que pretendia estudar a formação da sociedade brasileira seus contornos históricos e culturais, a pesquisadora esteve em constante observância para a formulação de suas questões e da “multiplicidade opinável” (Gadamer, 1999, p.335), o mal-entendido e o entendido que supera suas opiniões. Ou seja, a atenção se volta a não invisibilizar, mas sim de estar aberta às opiniões outras que lhe aparecem no decorrer da tentativa de compreensão.

Assim, a vinculação que a pesquisadora vem estabelecendo no contato com Manoel Bomfim e suas preconcepções formuladas a respeito de tal obra, entram em choque com considerações obtidas através da leitura das teses e dissertações e de outros trechos de livros posteriores do autor. Esse movimento produz inquietações, confusões e transformação de sentidos que demanda novas elaborações na continuidade das leituras para compreender onde estavam os possíveis enganos a respeito do autor de da escrita dele. É frequente o aparecimento de tons discordância, e incoerências, que seguem com vistas a empreender o trabalho hermenêutico da melhor forma possível.

Quem quer compreender um texto, em princípio, disposto a deixar que ele diga alguma coisa por si. Por isso, uma consciência formada hermenêuticamente tem que se mostrar receptiva,

desde o princípio, para a alteridade do texto. Mas essa receptividade não pressupõe nem “neutralidade” com relação à coisa nem tão pouco autoanulamento, mas inclui a apropriação das próprias opiniões prévias e preconceitos, apropriação que se destaca destes. O que importa é dar-se conta das próprias antecipações, para que o próprio texto possa apresentar-se em sua alteridade e obtenha assim a possibilidade de confrontar sua verdade com às próprias opiniões prévias (Gadamer, 1999 p. 405)

Simão (2010), ainda a respeito da abertura necessária no processo de pesquisa, enfatiza que não se trata de ignorar a importância que tem os próprios julgamentos prévios e com os quais nos envolvemos na nossa experiência, mas sim de abrir a possibilidade de significados novos trazidos pelos outros durante a experiência e que nos levam a questionar o nosso sentido de permanência nos nossos saberes. Assim, não se trata de suprimir as concepções nossas ou dos outros, mas de uma reconstrução seletiva que ocorre durante o diálogo.

Desse começo, refleti sobre a relação que iria se estabelecer entre pesquisadora e texto/autor, iniciando o que Gadamer chama de um movimento de compreensão, em que se espera que o ciclo ocorra entre o todo e a parte, partindo do todo em direção à parte e da parte posteriormente ao todo em uma constante movimentação que não irá se anular pela compreensão total (Gadamer, 1999, p. 436).

Sobre este aspecto, Simão (2010) irá sustentar a preocupação de quem preza pela metodologia hermenêutica: “Metodologia hermenêutica, na qual, a permanente preocupação metodológica configure um movimento de dupla mão, permitindo ajustes, entre a teoria e a observação empírica da diversidade” (p.188).

Ainda em Simão (2010), a metodologia que envolve esse “processo de dupla mão” também pode ser reconhecido no ciclo metodológico empregado por Valsiner em que ao centro do ciclo está a pesquisadora (o) que partilha da sua experiência intuitiva para observar o fenômeno, atribuindo a



teoria a observação desses fenômenos e das suas concepções do mundo para criar uma metodologia e na análise dos dados em uma pesquisa construtivista e de investigação hermenêutica, o que ocasiona a abertura para o imprevisto e para a mudança das concepções anteriores a partir das relações dialógicas que se desenvolvem (p. 194 - 195). Gadamer e sua hermenêutica da compreensão são auxiliares importantes no desenvolvimento das pesquisas em ciências humanas quando em contato com a diversidade cultural e dos diálogos que se estabelecem frente aos materiais de estudo (Simão,2010). Apresentarei os materiais mais adiante no texto.

Outro debate é a da questão Autor e Autoria, presentes nas contribuições de Bakhtin. Para estudo desta questão foi consultado o texto de Carlos Alberto Faraco, alocado no livro Bakhtin conceitos-chave (2005) em colaboração com outros. Faraco resgata através da teoria baktiniana a diferenciação do autor-pessoa e do autor-criador e as posições que se formam em decorrência desta diferenciação durante o processo criativo de construção de uma história e da constituição de um personagem.

No contexto de criação, o autor pessoa refrate através da posição estética-formal para materialização da relação axiológica (de opostos) com o herói da trama e o seu mundo que nunca é uniforme, homogêneo. O autor a partir de uma certa posição axiológica recorta e reorganiza os eventos da vida. E se coloca fora da linguagem que trabalha para que haja criatividade na construção escrita. Posição refratada e refratante gerando o ato criativo, um processo de transposição da vida para a arte.

Deste processo faz parte a Heteroglosia – conjunto de múltiplas vozes ou línguas sociais, isto é, um conjunto de formação verboaxiológicas. O escritor é então a pessoa capaz de trabalhar numa linguagem enquanto permanece fora dessa linguagem. E ele próprio traz na sua autoria a refração das múltiplas vozes sociais que constituem sua obra, que também será refratada para aqueles que tomam conhecimento e contato.

O que me fez questionar se há confluência entre este afastamento e o que Gadamer retoma com a fusão de horizontes, que quer dizer de uma momentânea aproximação após um contato com o outro que permitiu-se ser interpelado e que não só permite o distanciamento com relação aos seus conhecimentos prévios, mas também permite que estes se relacionem e se alarguem, em um sentido de expansão e não supressão das partes presentes. Não é, portanto, de interesse afastar a ocorrência ou anulação de qualquer tipo das partes envolvidas, mas sim, expor as relações, as trocas e as diferenças que saltam pela experiência de entrar em contato com o autor e com sua obra.

O descolamento total de sua realidade, seria assim, um tanto impossível pela leitura que faço de Gadamer. Mas um certo deslocamento seria desejável até do ponto de vista da criação, como compreendido através de Faraco (2005). Porém, ele também deixa supor que sempre estará um segundo implicado no processo de autocontemplação, assim, a posição refratada e refratante abarca o sentido de que não há uma transparência, ou uma nitidez óbvia dos contornos do outro e nem de si mesmo ao se autocontemplar. No processo de criação o objetivo é chegar a um nível de abstração que permita esse deslocamento, que a meu ver parece ser distinto da prática hermenêutica de Gadamer, por propor abrir o espaço para se ver e rever pela negação original de uma verdade e pela interpelação que se choca com a verdade negada<sup>2</sup>.

Muitos dos questionamentos da presente pesquisa surgiram também a partir da leitura de outras teses e dissertações a respeito de Bomfim, lá foram encontradas páginas que iam além do material que o autor nos proporcionou com o livro *Males de Origem*, instigando a leitura de outros textos do autor, posteriores ao livro de enfoque nesta dissertação, os já mencionados livros que constituem sua trilogia de estudos sociais e históricos. Neste sentido, acho relevante tratar um pouco mais a respeito destes materiais que serviram de guia e proporcionaram compreensão para o

---

<sup>2</sup> Estas considerações são mencionadas apenas enquanto iniciais a respeito de um primeiro contato com as obras, as questões levantadas carecem de um maior aprofundamento na obra dos dois autores.

Bomfim além de 1905. O autor apresenta inúmeras camadas e controvérsias que levantam debates interessantíssimos sobre quem foi o autor e sua obra. Embora, não pretenda fugir do foco, tais considerações e debates também foram incorporados a este trabalho, na medida em que contribuíram para a compreensão do tema do parasitismo e da desigualdade na psicossociologia de Bomfim. Neste sentido, apresentarei a seguir os principais materiais de estudo do trabalho aqui proposto

A pesquisa procedeu em um aprofundamento sobre o Construtivismo Semiótico- Cultural, seus autores e seus interlocutores. Para tanto, foi utilizado o livro “ensaios dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro” de Simão (2010) e artigos de auxílio. O livro é a livre docência da professora Lívia Simão, em que ela percorre autores importantes da hermenêutica, dialogismo e psicologia cultural para debater às relações eu-outro-mundo, para compreensão dos sentidos de alteridade, temporalidade, experiência inquietante e tensão no diálogo. Presentes na introdução do projeto.

Foram consultadas obras que trazer a biografia de Manoel Bomfim e comentários sobre o seu livro América Latina: Males de origem publicado no ano de 1905, e foi a referência central nessa pesquisa. Foram discutidas algumas teses que foram consultadas, cujo critério foi proposto por serem relevantes, tanto na academia quanto nas questões que abordam. Outrossim, trechos dos outros títulos do autor, citados durante a introdução também foram consultados para ajudarem a compor o texto final presente na parte referida. Sobre as teses consultadas, as principais foram:

1. Manoel Bomfim (1868-1932) E o Brasil na História – Rebeca Gontijo (2001) - A autora se propôs a estudar o livro de Bomfim – O Brasil na história (1930), cujo conteúdo historiográfico é de maior interesse para a área da qual Gontijo faz parte. Bem como, visou compreender como o autor concebia o papel do historiador e a construção da história no Brasil e da cultura historiográfica de seu tempo. Entretanto, os apontamentos

feitos sobre a biografia de Manoel, a contextualização histórica e os atores envolvidos nas tramas da época, e considerações importantes sobre conceitos, pensamentos e apresentação das teorias e estudos a respeito do Brasil foram de contribuição para situar como o autor foi interpretado por outros trabalhos e como conviveu em sua época ao estudar a “formação nacional”.

2. (Re)leituras de Manoel Bomfim: a escrita da história do Brasil e o ser negro na passagem do século XIX para o XX – Cristiane da Silveira (2011) – O doutorado traz a problemática da construção de imagens sobre o ser negro brasileiro e da história do Brasil. Defendeu a tese de que Bomfim não foi um autor esquecido, mas sim um pensador diferente sobre a história do Brasil. E que seus escritos contribuíram para a construção da imagem das identidades no Brasil, destoando do pensamento que defendia as diferenças sociais e de raça como determinantes para a situação do país
3. Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manuel Bomfim em busca da identidade nacional - Manoel Bomfim (1868-1932) – Celso Nobrou Uemori; O Trabalho situou as ideias de Bomfim e questionou como o autor empreendeu os conceitos que foram elaborados na Europa com finalidades conservadoras, as reelaborando para criticar a dominação. Investigou a importância das ideias de Darwin na elaboração das ideias centrais de Bomfim. Contribuiu para comparar em suas obras as ambiguidades do discurso de Bomfim sobre a formação da nacionalidade. A América Latina (1905) – e seu outro livro – O Brasil na América (1929); por último, investigou a relação dicotômica entre o Estado parasita e sua hospedeira, a nação.
4. A escrita descolonial de Manoel Bomfim : uma conversa com o seu pensamento social e político – André Luiz de Souza Filgueira (2012); Esta dissertação estabeleceu um diálogo entre os limites e as possibilidades de pensar o Brasil e a América Latina de

Manoel Bomfim e os Estudos Culturais e Pós-coloniais, e confrontar os sentidos de nação produzidos pelo autor, com a categoria descolonização, conceito formulado pelos Estudos Culturais e Pós-coloniais.

A discussão desse material, em seu conjunto, compõe a primeira parte da dissertação. Já na parte dois, discuto as conexões entre a primeira parte e uma ampliação do estudo no que diz respeito a contextualização histórico-social de questões psicossociais no Brasil. Neste sentido, foram escolhidos autores Brasileiros de épocas diferentes, e áreas de estudo entre a psicologia, a sociologia e história, disciplinas fundamentais e utilizadas na construção do trabalho.

1. Para compreender os caminhos dos pensamentos ocidentais sobre a construção da pessoa moderna, e, possivelmente, a forma como compõe às culturas estrangeiras seus sentidos, visitei os escritos de Luís Cláudio Figueiredo, sobre a constituição cindida da subjetividade moderna. A invenção do psicológico - quatro séculos de subjetivação 1500-1900 (2017).
2. Observada a necessidade de detalhar melhor o processo de colonização na América. Com o auxílio de Tzvetan Todorov (1983) em A conquista da América, essa obra foi utilizada por contribuir documentalmente na construção da visão do colonizador sobre as terras e povos americanos, e o processo de colonização que foram atualizadas, por exemplo, nas ideias posteriores do movimento eugenista.
3. O debate sobre o movimento eugenista no Brasil e na América Latina foi recuperado do texto de Nancy Leys Stepan, A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina (2012), em que a autora apresenta as particularidades do movimento que se inicia na Europa, se consolida na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos da América, e encontra vertentes de atuações de diferentes tipos nas nações latino-americanas.
4. Para a reflexão sobre a atualidade do debate psicossociais no Brasil, são discutidas proposições do sociólogo contemporâneo Jessé Souza, e principalmente seus livros: A elite

do atraso, A classe média no espelho, que retomam de maneira crítica a construção intelectual das narrativas sobre o Brasil e os brasileiros feitas por intelectuais do século XX, assim como Manoel Bomfim, interessados em discutir o tema da formação nacional. Jesse Souza insere a sua própria narrativa e opera um recorte de especificidades das construções de classes no Brasil. Além disso, artigos escritos pelo autor também foram consultados, nos quais se posicionou a respeito de intelectuais brasileiros como Gilberto Freyre, citado nas teses do capítulo um. Gilberto Freyre, foi um autor que se referenciou em alguns autores da eugenia, a exemplo de Euclides da Cunha, entretanto nas suas passagens escritas, embora não cite Manoel Bomfim, as suas ideias também se aproximam das ideias do autor sergipano, para Jesse Souza Freyre seria considerado enquanto um neolamarckiano, termo discutido pelo item 3.

5. As ideias de Bomfim, discutidas a partir de sua obra e dos comentadores mencionados foi posta em diálogo com aspectos da proposta de Psicologia cultural de Jaan Valsiner. Principalmente sob a sua visão crítica da psicologia; crítica do saber científico; crítica da colonização e da educação missionária; auxilia na compreensão de como ocorre a educação missionária, na condição da perpetuação dos valores, dos signos e do tipo de discurso mais ou menos monologizante, papel do fenômeno do sistema imunológico a serviço da perpetuação do conservadorismo, barreira de transformação social da qual Manoel Bomfim criticou veemente.

A escolha do livro América Latina, para ser abordado no âmbito da presente pesquisa, foi pensada pela sua relação com a retomada histórica do Brasil feita de maneira crítica e reconhecida

atualmente<sup>3</sup> como precursora dos pensamentos da sociedade brasileira na atualidade. Além disso, a metáfora do parasitismo, utilizada por Bomfim para sustentar sua tese pode auxiliar na compreensão do fenômeno de maneira simbólica e didática.

A ideia de resgatar o autor para o conhecimento psicológico se sustenta na confluência dos temas por ele levantados, entre as esferas sociais e psicológicas como fenômenos de ordem dialógica. Por possibilitar escapar da dicotomia estabelecida entre estes dois saberes como abismos de conhecimento. Além disso, o autor pode voltar a compor na psicologia brasileira enquanto parte histórica importante da disciplina, que conversa com a psicologia contemporânea, resgatando a importância dos pensadores nacionais. E pela crítica as ideias que formulam ainda hoje as práticas da psicologia na constituição do campo de saúde mental no Brasil.

## **Parte I**

### **Manoel Bomfim e o Parasitismo Social**

#### *Percurso Biográfico:*

Manoel Bomfim foi um intelectual brasileiro que viveu entre os séculos XIX e XX (08/08/1868 – 21/04/1932), formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1890 . Lecionou na Escola Normal do Rio de Janeiro, assumindo em seguida a cátedra de Pedagogia e Psicologia. Foi também diretor do Pedagogium por durante 17 anos. A construção do primeiro laboratório de psicologia do Brasil foi feita em parceria com Alfred Binet, com quem estudou na França em 1902, onde foi orientado por Binet e George Dumas. Entre os seus interesses de estudo estavam os saberes sociais, históricos e da própria psicologia, além da medicina. Escreveu diversos livros, tais quais: *Noções de Psychologia* (1916); *Pensar e Dizer: estudo do symbolo no pensamento*

---

<sup>3</sup> O próprio Darcy Ribeiro, antropólogo, fez o prefácio da edição do centenário, da editora Top books (2005) onde ele revela a sua admiração pela obra e pelo autor, e se questiona por que dele ter ficado tanto tempo sem saber da existência de Manoel Bomfim.

e na linguagem (1923); *A América Latina: Males de origem* (1905) (Antunes, 2016). Este último livro referido será abordado com maior destaque. Outros dados interessantes sobre o autor no que diz respeito a sua vida pessoal:

Ainda em 1897, passa a lecionar na Escola Normal da República, tendo sido indicado para a cadeira de Moral e Cívica e, no ano seguinte, 1898, tornou-se diretor interino da Escola Normal; ainda em 1898 foi nomeado diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (cargo ocupado por um ano), tendo exercido essa função em outras oportunidades; lecionou na cadeira de Pedagogia e Psicologia Aplicada (ambas as disciplinas ministradas por ele na Escola Normal); em 1904, participou da criação da Upel – Universidade Popular de Ensino Livre, juntamente com Elysio de Carvalho, Rocha Pombo, Fábio Luz, José Veríssimo entre outros, sendo essa Instituição de ensino superior de tendências anarquistas a única instituição de ensino superior em que Bomfim lecionou (Santos, 2020, p 21).

Na diretoria do Pedagogium, instituição criada durante 1890 no contexto das reformas educacionais, Bomfim foi entusiasta da causa da educação, através da formação profissional e do aperfeiçoamento de professores públicos e particulares. Permaneceu enquanto diretor por dezessete anos nos períodos de: 1896 a 1905 e de 1911 a 1919, ano em que ocorreu a extinção da instituição. Durante os anos de sua participação, fundou o primeiro laboratório de psicologia de Brasil, em 1906, e promoveu conferências e cursos científicos, concursos de materiais didáticos, exposições escolares, montagem de escola primária modelo, laboratórios científicos, revista pedagógica e Museu (Portugal, 2010).

Anterior a sua empreitada pelo aperfeiçoamento das condições da educação brasileira, ele havia passado alguns anos na França, tendo retornado para a Europa anos depois, esteve entre lá e cá pelos anos de 1857 -1911. Foi na Europa que Bomfim entrou em contato com o pensamento de



alguns europeus sobre a América Latina, e logo após seu retorno desenvolveu a principal ideia que apresenta em seu primeiro livro, *América Latina: males de origem*.

Bomfim olhou para o passado para encontrar compreensões diante dos problemas de atraso na educação e na transformação social que o Brasil enfrentava, e enfrenta até hoje. Foi um pensador da historiografia e crítico dos historiadores brasileiros. Alguns de seus textos apresentam uma posição voltada para política e problemas epistemológicos. Dado que se levanta contra as justificativas de outros autores sobre o problema brasileiro e sobre a produção narrativa do fazer história no Brasil, mas que também envolveram outras disciplinas como a biologia, a psicologia e a sociologia.

Segundo Gontijo (2003), é possível situá-lo enquanto pensador da história, porque ele se valeu de reflexões críticas e de maneira provocativa, em uma época que o fazer história se baseava menos em formação e titulação e mais em “um conjunto de práticas autodidatas e tradições intelectuais” (p 134). Ainda segundo a autora, para Bomfim, a história havia sido deturpada pela negação dos interesses não imparciais do historiador. Portanto, é importante identificar o posicionamento e os interesses do historiador para situá-lo frente a história contada, as “verdades ditas ou omitidas” (p.139).

Os apontamentos feitos sobre a biografia de Bomfim, a contextualização histórica e os atores envolvidos nas tramas da época, bem como considerações importantes sobre conceitos, pensamentos e apresentação das teorias e estudos a respeito do Brasil foram de contribuição para situar como o autor foi inserido por este e outros trabalhos. Com grande confluência os estudos apontam que exatamente por se opor aos dirigentes e a forma deles conduzirem os processos políticos, Bomfim foi levado a um certo ostracismo e descreditado por alguns de seus conterrâneos: “Bomfim é classificado como um intelectual dissidente do bloco oligárquico republicano, ligado ao

grupo de intelectuais simpatizantes do socialismo e opositores do conservadorismo. Também estaria próximo do pensamento jacobino do início da República” (Gontijo, 2001 p.37).

Silveira (2011) baseando-se no livro bibliográfico de Renato Conde Aguiar “o Rebelde esquecido” já citado em nota, e cujo empenho deu origem a um documentário de igual nome, revela as dificuldades de construir o percurso do autor, em vistas de sua história ser pouco documentada, e por Bomfim não gostar de expor nada de sua vida pessoal.

Segundo Silveira (2011), significa um traço de descrição da personalidade de Bomfim, já que ele não falava nada de sua história e nem de seus amigos ou parentes próximos, muito menos se pôs a escrever uma obra autobiográfica. Para além dessas considerações a autora dispõe:

Manoel José do Bomfim era filho do vaqueiro Paulino José e da viúva Maria Joaquina, cujo casamento foi, para o período, no mínimo, inapropriado, dada a diferença de idade e origem. Paulino era um vaqueiro sertanejo e Maria Joaquina viúva de um comerciante português radicado em Laranjeiras. Ambos pela diferença de origem, possuíam educação e modo de vida diferentes, mas viveram juntos por quarenta anos, e tiveram ao todo 13 filhos. Já em sua origem, Manoel Bomfim foi fruto da mistura entre o povo português e o brasileiro, e também, porque não lembrar, da diferença de origens sociais fato pouco comum naquele tempo (Silveira, 2011, p.42).

Bomfim viveu durante as transformações do fim da monarquia imperialista ao estabelecimento da república democrática. Presenciou as relações estabelecidas do trabalho do escravizado até a constituição do trabalho livre, e sempre se posicionou politicamente com base na leitura de jornais. Optou pela educação formal de medicina ao invés da administração do engenho familiar. Na faculdade e cidade se revelou um aluno dedicado:

O sonho de estudante era tornar-se professor e desenvolver pesquisas na área médica.

Recém-formado e prestes a se casar com Natividade Aurora, Bomfim começou a trabalhar

como médico na Secretaria de Polícia, onde permaneceu por dois anos, com modesta remuneração, somada às suas contribuições para os jornais e revistas (Silveira, 2011).

Foi aí então que entrou em contato com a mais diversa desigualdade presente para além de Aracajú e do Rio de Janeiro, as missões que percorreram o baixo Rio Doce o levaram a se deparar com miséria e a pobreza geral para além dos grandes centros, temas que foram explorados em seu livro conjunto com Olavo Bilac - *Através do Brasil* – livro escrito em 1910:

Caminhos que se acredita já definidos ganham novos contornos nas tramas da história. Não foi diferente com a trajetória de Bomfim. Marcadamente foram dois episódios que mais revelam outros traçados que não os inicialmente esperados/imaginados. O primeiro como já comentado anteriormente, foi sua escolha pela medicina e não pela vida no engenho da família em Aracaju. O outro, a morte da filha em 1984, que o levou a abandonar. Maria morreu de tifo, no período em que Bomfim estava morando em Mococa. Ante da impossibilidade de reestabelecer a saúde da filha, Bomfim deixou de exercer a medicina, dedicando-se a outras atividades, ligadas principalmente no âmbito educacional. (Silveira, 2011, p.44).

Brasileiro, estudioso, foi conhecedor de outras partes do mundo e de como o estrangeiro observava e pensava sobre os que aqui moravam, seu anseio de dizer sobre nossa realidade o impulsionou para trazer nas suas palavras aquilo que considerava ser de importância para o olhar que tentou construir para as gerações que se sucederam. Diferente de optar pelo caminho que escondia aquilo que o Brasil trazia de mais impactante em sua história, Bomfim sublinha com sua ideia de parasitismo a condição social adoecida.

#### *Características Marcantes do seu trabalho*

Bomfim é multidisciplinar e ajuda a pensar a permeabilidade dos assuntos e problemas que as diversas áreas do conhecimento enfrentam ao propor análises de homem e de mundo. Além de

sua importância histórica. Bomfim contribui com o debate para pensar também o posicionamento científico, questões metodológicas e da construção do conhecimento brasileiro, problematizando os interesses que atuam na direção dos conhecimentos que reproduzem preconceito ou se ligam a grupos específicos, que detém o poder.

Bomfim (1905) argumentou a favor da educação popular. Contrário as ideias do darwinismo social, sustentou que os teóricos faziam mal uso da teoria de Darwin e de seus pressupostos. Além disso, demonstrou, extensivamente, no seu texto que a ignorância e o preconceito são falaciosos e prejudicam a constituição da identidade brasileira saudável. Já que, pretendem ressaltar que a todas as mazelas da ordem social estariam ligadas ao baixo aproveitamento da população, baixo aproveitamento este que advém, principalmente, do descaso das autoridades com a própria população.

Manoel Bomfim, a respeito disso, refletiu que as mazelas tiveram sua origem nos séculos de degradação, exploração, espoliação das populações e do meio ambiente. Destas questões acarretaram efeitos de cunho econômico, moral e educacional que se estendem as populações e são inclusive afirmadas enquanto prática pelos dirigentes, pela elite brasileira (Psicologia: Ciência & Profissão, 2005).

Segundo o autor, os dirigentes são aqueles que devem ser considerados responsáveis pelo nível de decaimento e miséria da população brasileira, porque foi a partir das práticas predatórias, e parasitárias, como definiu Bomfim, que o enfraquecimento ocorreu e o decaimento da própria metrópole foi a consequência. Porque, na dependência de um sistema parasitário lutou pela conservação do mesmo e sustentou este sistema escravocrata até serem um dos últimos a abolirem a escravidão na América Latina. Quando, ao fim, não conseguia mais sobreviver por conta própria, arranjam os meios para sustentarem novas formas de exploração, a cobrança de dívidas da antiga colônia é um exemplo (Bonfim, 1905, p. 73-80).

Crítico da maneira como a história brasileira é contada, Bomfim escreveu a trilogia: O Brasil na América (1929), O Brasil na história (1930) e o Brasil Nação (1931). Uma de suas obras mais conhecidas, “América Latina: Males de origem”, foi escrita em 1903 e publicada em 1905, texto seminal contra o conservadorismo das elites locais e a favor de uma educação popular.

O parasitismo é uma noção usada por Bomfim para descrever modos de relação social cultivadas no Brasil e na América latina, desde a época da colonização até a então formação da Primeira República, responsável por ser o período de estabelecimento do regime de comando pelas oligarquias. A América Latina é descrita como abrigando sociedades que começam a existir por movimentos de espoliação e degradação, pela exploração que aqui foi efetuada pelos ibéricos.

Para ele, tal processo histórico degradou o conjunto da vida nas sociedades latinas, seja pela exploração do meio ambiente, seja pela exploração dos nativos, e, posteriormente, a instauração do trabalho escravo. A escravidão foi o ato final que consagrou o parasitismo como funcionamento social do tipo parasitário Pereira (2021). A questão do imperialismo americano e europeu aparece por diversos trechos no texto, em que Bomfim aponta o intento de dominação e exploração das potências econômicas sobre a América latina, afirmando a visão de Bomfim sobre o tipo de relações externas que se desenvolvem entre as partes do mundo. Nas zonas chamadas periféricas, a produção de matéria-prima e as constantes dívidas pagas com juros geram dependência de um mercado externo:

Não se pretende, com isso, afirmar que a obra de Manoel Bomfim encerra uma teoria do imperialismo, mas apenas indicar que, em seus principais escritos, fica evidente a apreensão do autor a cerca de um processo de exploração econômica que se operava em escala mundial e que deixava os países da América Latina numa condição frágil e dependente frente às potências da Europa e os EUA. Exploração que, tendo começado como resultado da condição colonial prosseguiu após a independência desses países, sob a forma de uma

relação de exploração típica da estabelecida na era do imperialismo monopolista do capitalismo de finais do século XIX e início do século XX, processo por ele citado repetidas vezes ao longo de suas obras. (Pereira, 2021, p.160)

Assim, o seu trabalho além de tentar diversificar os aspectos envolvidos na formação da população brasileira, atentando-se desde suas obras iniciais para a contextualização dos processos históricos e sociais que computavam significado aos resultados que obtivemos ao longo dos anos, propôs identificar os principais responsáveis e que deveriam ser igualmente mais cobrados para que de fato pudesse existir foco nas explorações que cometiam e que no final acaba promovendo mais danos no tecido social, agravando as desigualdades.

### **Resgatar o sentido nacional, um autor anticolonialista?**

Bomfim (1905) compreendia que o conhecimento é capaz de construir um povo mais apto para caminhar no sentido de encontrar sua fonte de felicidade e fugir do passado de guerras e violências.

Ele observa que a afirmação da incapacidade dos latino-americanos em buscarem e saberem sobre a sua própria jornada rumo a felicidade de seus povos era uma visão distorcida construída pelos intelectuais europeus. Assim, Bomfim foi atrás de construir sua crítica a versão europeia corrente a respeito do que se sucedia no Brasil e deste lado das américas. Segundos os europeus, as Américas nunca seriam “civilizadas”, pelas constantes revoluções que aqui ocorriam, e eles identificavam uma decadência da população, uma incapacidade de se tornar uma nação, responsabilizando a origem racial dos latino-americanos.

Para contrapor tais argumentos, ele escreveu sobre a forma de invasão que tivemos no país e no continente americano. Nos termos do autor, ela foi do tipo parasitária, significava dizer que todo o processo de colonização foi de parasitar seu hospedeiro, o território e suas populações nativas. Daqui eram retirados os recursos naturais e humanos para o enriquecimento do parasita – o

colonizador e sua metrópole. Bomfim dissertou sobre o que conseqüentemente trouxe nefastos efeitos para a América Latina como um todo:

Deverá concluir-se, daí, que são essas violências e extorsões a causa única dos males que nos atormentam? Não; justamente, tais violências só se realizam porque outras causas, que vêm de longe, perturbam e embaraçam profundamente o nosso progresso. Reconhecendo esta narrativa histórica, haveria a possibilidade de reconhecimento também que a nossa situação social, política e econômica é efetivamente bem triste. Quando os publicistas europeus nos consideram como países atrasadíssimos, têm certamente razão; não é tal juízo que nos deve doer, e sim a interpretação que dão a esse atraso, e principalmente as conclusões que daí tiram, e com que nos ferem (Bomfim, 1905, p. 15)

A Europa bem conhecia o período de invasões, sobretudo os povos ibéricos, eles mesmos passaram por diversas guerras e disputas por território, que moldaram e remoldaram o continente e os fizeram ter influências de diversas etnias, tais quais as gregas, romanas, árabes e germânicas. Foram, segundo o autor, onze séculos de dominações e reverses que o continente europeu sofreu, destas invasões destacou algumas conseqüências que culminaram nas atitudes belicosas reproduzidas também aqui neste continente, Bomfim ressalta:

Duas foram as conseqüências deste passado de lutas permanentes sobre os povos ibéricos, conseqüências que se combinaram maravilhosamente para os impelir às aventuras que constituem a sua vida posterior: a educação guerreira, exclusivamente guerreira, a cultura intensiva dos instintos belicosos de centenas de gerações sucessivas; o regime a que eles se afizeram durante esses longos séculos – de viver de saques e razias; o desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras; a impossibilidade, quase, de se habituarem ao trabalho pacífico (Bomfim, 1905, p. 38).

Já o Brasil foi invadido e dominado pelos portugueses, responsáveis por estabelecerem no Brasil a extração de recursos naturais e plantio de monoculturas, e empregado o serviço escravo de índios e negros. Aliás, sobre a escravidão negra, os portugueses fizeram disso um grande mercado, e observavam na mão de obra escravizada o lucro e a vantagem de desenvolverem riquezas.

Manoel Bomfim descreve as atrocidades feitas aos nativos e escravizados, a exploração com requintes de crueldades. Mas antes de chegar nesta parte da história, irá descrever como cresceu a voracidade nos portugueses. que segundo o autor começa durante um século de tentativas para alcançar além-mar outras localidades, já conhecidas pelos árabes, e tomarem o controle do comércio das mercadorias. Porém, será só quando chegam aqui que iram se realizar no ideal ibérico de depredação e consumo das riquezas para enriquecimento da metrópole. O Brasil, mesmo depois da independência, sustentou seus antigos modelos de exploração nos valores antigos da época das invasões.

Destarte, o parasitismo aqui instaurado foi o que sustentou uma população de donos de engenhos que respondiam a metrópole e para lá mandavam o que era produzido no Brasil pelo trabalho escravo. Os efeitos deste parasitismo foram em diversas áreas: política, econômica, social e moral (Bonfim, 1907, p. 86). Interpreto a opção de Manoel Bonfim, que utiliza da figura do colonizador tomada como símbolo do parasita, para efetuar uma iconoclastia, revelando outro tom para simbolizar o processo de extermínio e espoliação, muito diferente da representação heroica que os monumentos como Borba gato, Monumento das bandeiras tentam comunicar<sup>4</sup>. Ainda sobre tais efeitos Manoel Bomfim irão destacar:

São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos

---

<sup>4</sup> Vale adicionar que estes monumentos foram inaugurados anos após os escritos de Manoel Bomfim, revelando a persistência da tensão polifônica sobre os temas que o autor abordou.



secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo social em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social. Esta afirmação equivale a um truísmo. Por isto – pela importância desses efeitos econômicos – é mister insistir um pouco nos fatos que a eles se ligam. Não tanto para fazer a prova de tais fatos – evidentes por si mesmo, mas para mostrar como eles provocam os outros vícios, defeitos, anomalias e perversões, de que sofrerão as futuras nacionalidades, tanto na sua vida política, como na sua evolução moral e social (Bonfim, 1905, p. 87).

Durante o regime da instauração do parasitismo apenas os escravos trabalhavam, o colono retirava sua parte, outros viviam do mercado escravo, a igreja se sustentava com os lucros que recebiam de alguma forma da metrópole que a mantinha nas missões. Assim, menosprezavam o trabalho, não queriam se ocupar dele, mas ganhar sem fazer muita coisa, praticamente nada além dos repasses administrativos.

Por sua vez, o Brasil permaneceu unido como um grande bloco, o Estado resistiu as revoltas e sustentou a integração de todas as partes e teve assim o controle necessário para permanecer com o grande esquema que era poder se sustentar através da espoliação e escravidão. A onda conservadora é por Manoel Bomfim assim descrita:

Há “conservadores” – esses cujos esforços se dirigem todos no sentido, não de defender a sociedade contra supostas destruições impossíveis, mas de conservar para uma classe, para certos grupos, umas tantas vantagens, ligadas a abusos e iniquidades. Onde quer que surja a oposição conservadora, há um privilégio que se quer manter. Ela resiste pura e simplesmente ao progresso, que destruiria as vantagens dos grupos dominantes, afrontando preconceitos e superstições (Bomfim, 1905, p. 118).

Se contrapondo ao progresso estão os conservadores, que se utilizam do discurso científico para apregoarem seus ideais na continuidade de um sistema que permaneça atendendo aos seus

privilégios. Santos (2020), debate que a característica psicológica principal desta elite é o conservadorismo essencial. Trata-se de uma característica de origem na América Latina que é adquirido pela herança e educação cultural, e vai se voltar contra todo processo que venha a questionar ou mudar os trajetos do passado, traçados na relação de colonização e na manutenção de costumes arcaicos:

A tradição, a herança societária colonial, segundo a argumentação de Manoel Bomfim, teve um peso inigualável no caráter psicológico das elites brasileiras e, por conseguinte, nas relações sociais aqui estabelecidas entre as diferentes classes sociais e/ou os diferentes grupos étnico-raciais. Foi neste momento, sustenta o autor, que as Teorias Racialistas se tornaram o novo dogma que mediava as relações sociais em solo brasileiro. Portanto, setores significativos, por meio deste instrumento teórico, estigmatizavam grande parte da população e mantinham-se no topo da hierarquia social (Santos, 2020, p.28).

Nos primeiros anos Republicanos, as elites estariam ainda muito ligadas ao sistema escravocrata e imperial. Neste sentido, a república, como pensavam, deveria afastar os negros e os indígenas dos lugares que representavam o poder e a antiga ordem. Que remetia ao trabalho compulsório e a marca da pele como signo do enriquecimento dos senhores de escravos e seus engenhos.

Na contramão do empenho conservador vemos o movimento modernista pelo progresso, do qual Manoel Bomfim também contribuiu. Muito embora, preferisse ficar longe das associações brasileira no campo intelectual. Ele empreendeu parte do seu tempo para pensar e criar debates sobre a consagração do espaço mais democrático que previa o estabelecimento das novas condições políticas.

Entretanto, Bomfim foi considerado um autor ambíguo tanto em sentimentos que variavam do positivo ao negativo relacionados ao avanço brasileiro, como também da manifestação

antilusitana, mais presente em seu primeiro livro, e sobre o qual vai se afastando e criticando menos a origem portuguesa no seu segundo livro: *O Brasil na América* (1929), diferenciando a atuação da população portuguesa e seu Estado. Aqui, a população portuguesa é tida como heroica e o Estado como pouco útil.

A luta de Bomfim e dos modernistas pelo progresso, se baseava na ideia de avanços culturais e educacionais, o incentivo para a construção de centros de estudo e dispersão do conhecimento. Como citado, o *Pedagogium* e a *Revista Pedagógica* eram recursos para o estabelecimento do movimento de reforma educacional no país. Ideais de progresso como via a Geração dos anos 70:

Os princípios do projeto republicano na transição do império para reformar a instrução pública eram a laicidade, a gratuidade do ensino do ensino primário, a gratuidade do ensino e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito (Portugal, 2010, p 600).

Para isto, a ideia seria a de elevar culturalmente a população e inserir no hall das nações civilizadas para romper com o Brasil do atraso social pouco aculturado e ligada ao período pré-republicano, considerado antiquado aos padrões da época.

Por outro lado, não bastava qualquer educação, como sinalizado por Bomfim, trata-se de olhar por uma educação em meio aos resgastes históricos e da origem parasitaria com o princípio de estabelecer um projeto educacional que de fato rompesse com os antigos modos de operar socialmente. Mais além, Bomfim agregou um papel importante a ser cumprido pela psicologia na construção de novas formas de operar o conhecimento. A começar pelo juízo de um psiquismo elaborado através da socialização e intersubjetividade. Bomfim observava que além da configuração individual advinda da estruturação prévia da relação social há o princípio coletivo: O espírito não é o indivíduo no isolamento de sua consciência; nem haveria o expecto consciência, se está se

isolasse. O espírito é a consciência em função social, como refração ativa de tudo que ocorre na tessitura da sociedade (Bomfim, 1923, p. 8-9).

E a formação do espírito depende da conjunção histórica dos traços sociais obtidos nas relações construídas e permeadas pelo símbolo, pela linguagem e pelo pensar; em constante transformação com o meio. Daí advém a evolução nitidamente obtida pelo meio social, constituída por história e cultura, pela diversidade e pelos choques e tensões das relações intersubjetivas delineadas ao longo do tempo. Assim, para o autor, a evolução e a ideia de evolucionismo, empregada através de Darwin, está em intersecção do espaço natural e sua vinculação as relações sociais: “Consideramos agora que o pensamento humano fez e faz a sua evolução numa ascensão constante de abstrações; donde a necessidade de se abandonarem os sinais diretos, substituídos pelos símbolos puros. (Bomfim, 1923, p. 35).

Neste sentido, por onde anda o pensamento brasileiro sobre si e sobre o outro? A esta tarefa cabem dizer a historiografia e a sociologia entre outros campos do saber, incluindo aqui a psicologia. Em busca de reavaliar os modos de falar da história do pensamento brasileiro, Resende e Morais (2017) revisitam em Bomfim sua perspectiva histórica a caminho de uma nova noção de nacionalidade. Em sua preocupação natural à época, que buscava em um período republicano “um ideário de Nação” (p.3), a então representação dos traços culturais e comportamentais que pudessem atribuir unidade ao povo brasileiro.

Sabidamente, diversa em sua origem, alguns viram o empecilho em sustentar a unidade através da diversidade, mas, o próprio Bomfim, antes mesmo da ideia de ‘democracia racial’ de Gilberto Freyre<sup>5</sup>, procurou na diversidade a originalidade da formação nacional e sua singularidade

---

<sup>5</sup> Gilberto Freyre nascido em Recife em 1900, autor reconhecido por sua principal obra Casa-Grande e Senzala e a ideia de democracia racial brasileira, criticada por denotar uma noção de amistosidade e cordialidade entre senhor e escravizado.

em comparação com outras nações, as detidamente civilizadas na visão europeia e de alguns de seus conterrâneos . Entre eles, pensadores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, entre outros, que viam na questão racial, principalmente na mistura de raças, o grande problema da inferioridade e do atraso brasileiro.

Distinguindo-se desses pensadores, Bomfim, como mostrado nas primeiras páginas dessa parte, ressaltava a voracidade estrangeira sobre os recursos materiais e humanos presentes nas terras recém-chegadas por eles. Assim, empregando uma causa sócio-histórica no processo de colonização, e não relativa as origens raciais, para os problemas sociais e de desigualdade frente as demais realidades, principalmente comparando-se aos estados e nações.

Ademais, também identificou na mimetização de padrões europeus pouca correlação com estado de vida mais civilizada, em comparação com os demais países que eram considerados não civilizados. Ou seja, ser igual aos europeus nada tinha de mais civilizado ou menos, e apenas a diferença na forma de ser e construir uma civilização que a tornaria a cultura mais rica e próspera. Atribuiu, assim, a criatividade, transformação e evolução pela novidade cultural e as diferenças. Por esses motivos, Bomfim é identificado como um autor descolonial por Filgueira (2012), seu contradiscurso debate os padrões estabelecidos pela intelectualidade de sua época:

Ele delatou tais padrões e fez um movimento inverso daquele celebrado por seus pares: ressaltou a mistura das raças como elemento “positivo” na formação social brasileira; afirmou que as causas do atraso social eram originárias da colonização ibérica e que essa obstaculizava o êxito da nação (p. 14).

Deste ponto de vista, o contradiscurso como estabelecido no texto dos autores mencionados acima (e sem exceção), foi recebido pelos donos da ordem do discurso, o campo intelectual, influenciado pelo racismo científico, enquanto uma afronta:

Essa postura de distanciamento do discurso hegemônico, colocada em circulação através do contradiscurso, que é compreendida como atitude singular. É singular porque denuncia o “racismo científico”, tão caro a *intelligentsia* do século XIX. Ou seja, o posicionamento de Bomfim era oposto àquele difundido pelos membros da *intelligentsia*. E mais, ele o fazia por contestar a visão pessimista e degradante que faziam os cientistas da “ciência racial<sup>6</sup>” que tiravam suas conclusões e considerações enviesadas sobre o futuro que poderíamos ter enquanto povo (Filgueira, 2012, p. 63-64).

E é exatamente neste principal sentido que os autores consideram Manoel Bomfim um autor descolonial, todavia, fazem críticas voltadas a outros aspectos de sua obra, por considerarem que ainda que o Bomfim ao propor sua tese tenha se distanciado de seus conterrâneos, ele se afasta dos estudos Pós-coloniais em outros momentos. A orientação do autor para tratar do progresso enquanto fim fundamental de uma nação, no olhar dos autores, favorece um sentido de dominação e controle. Isto em consideração pelo progresso que Bomfim disse ver favorável à união das potencialidades da população brasileira, seja de origem portuguesa e indígena, ou negra. Ele argumenta que foi dessa união que adveio a capacidade de lutar contra as invasões estrangeiras, como ocorreram contra o ataque da França e Holanda no século XIX.

Defende o sentido de união pela nação, termos que também são problematizados pelos estudos pós-coloniais:

Mesmo tendo utilizado de conceitos que hoje são questionados pela reflexão desenvolvida pelas humanidades (nação, tradição, progresso, raça – para citar alguns deles) e por ter cometido até anacronismo, ao dizer que o Brasil se fez nação já no século XVI, na

---

<sup>6</sup> Outro literato, a mencionar, foi Joseph Arthur de Gobineau, o conde Gobineau, ver em: A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau por Ricardo Alexandre Santos de Sousa (2013)

resistência ao francês, ainda assim Bomfim permanece atual, e, por isso, deve ser lido (Filgueira, 2012, p. 160).

Antes mesmo de chegar a esta conclusão, e embora traga críticas que serão pontuadas por mim, mais a frente neste texto, o comentador reafirma que a escrita de Bomfim está de fato entre caminhos percussores das teorias descoloniais:

As possibilidades de caminhar com ele são atribuídas a aspectos de seu pensamento social pertencentes à categoria descolonização. Manoel Bomfim fez a descolonização. Denunciou o sistema de verdade/poder vigente no campo intelectual de sua época, executado pela intelligentsia do século XIX, se opôs à hegemonia das teorias raciais e celebrou a singularidade do Brasil. Além disso, reconheceu a urgência de conhecer o passado funesto, fruto do parasitismo social, para a libertação do Brasil e da América triunfar. Isso faz de Manoel Bomfim um intelectual específico, do qual falou Foucault. Porque ele combateu a institucionalidade da verdade/poder vigente no campo intelectual de sua época. (Filgueira, 2012, p.160)

Em resumo, o principal ponto para estabelecer o intelectual sergipano enquanto escritor descolonial é o seu contradiscurso. Mas o autor, segundo o comentador Filgueira, perde em não questionar conceitos como: nação, tradição, progresso, raça. Por outro lado, Bomfim foi capaz de questionar o poder centralizado na Europa e dos Estados Unidos (Filgueira, 2012, pp.11 - 13), alertando para que o Brasil não se deixasse levar pelas considerações estrangeiras sobre a nossa população, já que não viviam a realidade ou a conheciam, e de que estar sob tutela nunca deveria ser considerado algo positivo para um povo, já que assim questiona-se a soberania, autonomia da população, algo de importância para Bomfim.

Maciel (2017) reflete sobre a problemática da autonomia nacional brasileira a partir de Manoel Bomfim. A autonomia é uma das bases do humanismo e da vida moderna, condiz com guiar

a vida humana pela sua capacidade de construir os próprios direitos e deveres a partir da sua razão e vontade, e não mais pelas forças da condição natural ou divina. Neste sentido, os determinismos instaurados pela ciência racialista e outras formas de determinações políticas que viesse a incidir sobre a América Latina, eram formas de contestar a autonomia nacional, os “juízos depreciativos seria a abertura de brechas para possíveis ataques às nossas soberanias” (p 140):

Essas injúrias também abririam brechas para cedo ou tarde sermos atacados, brutalmente ou insidiosamente, nas nossas soberanias de povo independente, e, num caso ou no outro, o desenvolvimento destas sociedades sul-americanas será profundamente perturbado; nada no mundo poderá impedir que neste continente se desenvolvam lutas sangrentas, incomparavelmente mais ferozes e bárbaras que as revoluções atuais (Bomfim, 1905. p.44).

Desta forma, o protetorado Norte Americano, observado na conduta da doutrina Monroe, era uma forma de ferir a soberania de toda a América Latina, e dificultava o progresso delas. Pois, na incapacidade de estabelecerem suas próprias vontades e razão e os rumos que deveriam tomar os países estariam expostos a imposição externa. O protetorado feudalista é um exemplo de como se estabeleciam estas relações, a proteção era trocada por servidão, subordinação aos desejos do senhor feudal. Ao longo do tempo, o servo ganhou maior independência e autonomia frente ao senhor, se rebelando contra suas imposições.

Foi exatamente no passado da península Ibérica que Bomfim se voltou para buscar as causas dos problemas da colônia, “se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles – é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa” (Bomfim, 1905, p. 53). Embora, em seu texto ele não tenha se atentado especificamente ao processo do feudalismo, ele viu semelhança na administração feudal, e olhou para as guerras travadas, mas também a exploração do trabalho como característica principal de Portugal e Espanha:



Assim, cada colono, sem freios aos instintos egoísticos, organizou o seu domínio em feudo. São caricaturas de senhores medievais – um feudalismo vilão, sobre uma vassalagem de negros escravos. Nos interstícios dos feudos, uma população que, de ignorante e embrutecida, voltou à condição do selvagem primitivo. O Estado tem por função, apenas, cobrar e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. A justiça aparece para condenar os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele (Bomfim, 1905, pp. 101-102).

Quando estas nações se finaram em explorar sua própria população e continente partiram para explorar novas rotas, o chamado parasitismo heroico, que ao se estabelecer nas colônias passará a ser parasitismo sedentário:

Foi assim que a Espanha se formou; não há que separar o pequeno reino português – a história é a mesma. Oito séculos de luta contra o sarraceno, e, depois, ela aparece organizada, vigorosa, intrépida, unificada, possuída de um pensamento único: “conquistar o mundo”, diz um dos seus panegiristas. Sim; e se ela o queria conquistar é porque o movimento adquirido a precipitava a isto; porque se habituara a viver exclusivamente do fruto das conquistas; porque não sabia fazer outra coisa senão guerrear; porque cultivara, intensamente, por onze séculos, os instintos guerreiros e agressivos, e guerrear se tornara para os homens uma necessidade orgânica (Bomfim, 1905, p.43)

Em Filgueira (2012) a confusão se faz quando diz que Bomfim não enfatiza muitas qualidades do negro como havia feito com os mestiços. Entretanto, há inúmeros trechos em que o autor sergipano menciona características positivas do negro na sociedade brasileira:

Heroicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos ali estão para mostrar que não faltava, aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade

pessoal. Se, hoje, depois de 300 anos de cativo (do cativo que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis (Bomfim, 1905, p. 186).

Entre essa e outras vezes que o autor ressalta a diferença entre o desenvolvimento do trabalho comunitário que eles desempenhavam nos quilombos, que para ele era muito diferente da exploração e malandragem do branco que queria conquistar pelo trabalho alheio. Saber o que desenvolviam nesses territórios era de impressionar até aqueles que os diziam ser inferiores.

Referiu-se Bomfim sobre a descrição de Oliveira Martins sobre Palmares:

Isto ele o diz agora, e logo, linhas adiante, descrevendo a insurreição dos negros de Palmares, a verdade e os fatos o levaram a traçar um quadro onde se verifica possuírem estas gentes uma prodigiosa, uma excepcional capacidade e aptidão para o progresso social (Bomfim, 1905, p.204).

Fica evidente que Bomfim também diz em seu texto as características mais dignas do valor da humanidade presente no negro, acontece que em seus livros posteriores a Males de Origem, nos quais o autor deixará de lado o antilusitaníssimo e focará em indicar a presença da plasticidade social deste como característica poderosa para sua adaptação e interação com os povos originários que ficariam mais em evidência neste segundo momento de sua trajetória intelectual, pelos motivos expressos, da retomada romântica e a contribuição de autores do romantismo como suas fontes de inspiração.

Entretanto, sua obra está recheada de críticas ao branco que se vê como superior ao escravizar outra raça, e são inúmeras citações diretas a este respeito que nem caberiam neste texto, mas a que se encontra o questionamento central e que propõe a principal questão sobre o qual trata ser o objetivo mais forte do autor ao escrever Males de Origem está na seguinte:

Este último período é a pura metafísica do parasitismo e do egoísmo: se a liberdade humana é uma realidade, ninguém tem o direito de inventar supostas “fatalidades e duras leis da natureza”, para, abusando da força, negar um lugar na vida a criaturas humanas, que tinham dado provas de ser tão dignas (porventura mais dignas coletivamente) quanto os seus opressores. Em vão, os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados, e por toda a parte aparece o sofisma. Qual a dura fatalidade da natureza que obriga uma categoria de homens a não trabalhar, e a viver à custa do trabalho de outros? (Bomfim, 1905, p. 205)

E nisto Bomfim nunca titubeou em seus escritos, sejam eles de qual ano/época de sua escrita fossem. Abrandou sim suas críticas a Portugal, o figurando enquanto parte heroico, parte desbravador, observando os subprodutos desta personalidade enquanto vantajosa na formação da mentalidade brasileira, romanceou sobre uma posterior aproximação entre indígenas e portugueses, mas nunca questionou a existência do parasitismo, do racismo e do uso abusivo da força e do poder para subjugação populacional como formas de controle advindas da metrópole.

Silveira (2011) escreveu no capítulo três de sua tese – Contribuições de Manoel Bomfim na escrita da história do Brasil e a identidade do “ser” negro. A autora irá também afirmar o papel de contradiscurso do autor, olhando para a questão da educação e não da imigração ele afirma que não interessam os estereótipos raciais, mas sim o produto cultural que somos capazes de criar e produzir para retirar o Brasil da miséria, se acaso ocorram com a solidariedade e a igualdade os frutos serão promissores. Embora os objetivos de Bomfim não fossem buscar a construção do ser negro na sociedade brasileira, a escravização do negro e a consequência para a construção das identidades do ser negro estão presentes em seus escritos:

Como se viu, no imaginário criado sobre os latinos, a mistura entre as raças estava fortemente presente, reafirmando a inferioridade do negro. Na busca de homogeneizar a

história do Brasil, o negro foi a ela incorporado, mas sempre enfatizando os aspectos negativos das relações travadas entre negros e brancos, não os colocando como sujeitos ativos do processo histórico. No entanto, tem-se, em Bomfim, o rompimento com esse olhar sobre o “ser negro” e a possibilidade de construção de outra(s) identidade(s) do ser negro (Silveira, 2011, p.147).

O que fica evidente também quando o autor relata, em trechos do livro, sobre a experiência de Palmares e da vida rural em que se integravam os negros, e mestiços na criação da roça e da vida no campo.

Quem viajou o interior das terras brasileiras, por exemplo, notou, por força, a cordialidade, a paz relativa em que vivem essas populações – arraiais, povoados, restos de aldeamentos, onde se acumulam os casebres de sapê, onde vivem como formigas – formigas que não trabalham – os produtos da mistura de negros, índios, resíduos de colonos etc. Ali não chega a ação da autoridade regular; é uma existência primitiva, um comunismo espontâneo; são bons como a natureza, despreocupados... como quem não tem, nem pensa em ter... O solo é comum, o rio é comum à pesca, o mato é comum à caça; até o trabalho é comum. Quando um planejou uma roça, convida os outros a um ajuntamento; vêm até os de uma légua de distância; marcham todos contra o mato e põem-no embaixo num dia, que é um dia de festa; ao cair da tarde, esbofados, roucos de cantar, vão continuar a festa no batuque, depois do repasto comum. Amanhã, será na roça de outro, depois na de outro... (Bomfim, 1905, p. 214)

As passagens acima, revelam um autor não só capaz de ser crítico quanto àquelas ideias da diferença das raças como inferioridade, mas também capaz de observar na população brasileira como estas diferenças e a mistura racial promoveram, ao contrário do que supunham os teóricos racistas, criatividade, solidariedade e igualdade, elementos essenciais que para ele seriam os verdadeiros valores que criariam uma boa nação.

Bomfim pode ser considerado pioneiro em relativizar a visão do colonizador, e possibilitar o aparecimento de uma novidade para narrar a história que se desenrolou a partir da época da invasão. Por onde, proporciona uma transformação nos sentidos atribuídos pelo período.

Finalmente, as ideias de Manoel Bomfim foram consideradas por muitos estudiosos como à frente de seu tempo, ainda que ele tenha permanecido no esquecimento, segundo Portugal (2010) tem aumentado o número de pessoas que se interessam em pesquisar e escrever sobre este autor. Que rejeitou as ideias proto eugenistas de sua época e apostou na educação como uma forma de trazer mais dignidade para as pessoas e para o Brasil. Por isso, seu interesse em fundar o Pedagogium e ser diretor até o final das atividades do Centro.

A próxima fase deste texto se debruçará mais sobre o conceito de parasitismo em Manoel Bomfim, enquanto conceito chave que pretendeu desmoronar com pressupostos racistas e sustentar a novidade que foi debatida nas linhas anteriores.

### **Tensões Presentes entre Bomfim e seus Conterrâneos.**

O parasitismo social em Bomfim, segundo Resende & Moraes (2017) se encaixa na lógica de uma teoria crítica Pós-Colonial similar a Franz Fanon<sup>7</sup>. Diante dos esforços de estabelecer uma noção de nacionalidade a partir da retomada republicana sobre o antigo império, os intelectuais Pós-Coloniais, se direcionam a encontrar caminhos de perpetuar uma unidade entre os nacionais, no sentido de fazer a nação que se formava caminhar para um mesmo projeto. Entretanto, o que se sabe na historiografia, é que, ao cunhar um caminho único, a diversidade existente no território passa a

---

<sup>7</sup> Frantz Fanon nasceu em 20 de julho de 1925 e foi criado na ilha de Martinica, país de colonização francesa, autor pós colonial, referência de estudos sobre o assunto. Fanon utiliza o discurso sobre o colonialismo feito por Aimé Césaire: “Falo de milhões de homens (...)” mas Fanon também fala por ser um homem negro, martinicano, aculturado, ou melhor, colonizado pela França. Sua jornada diz de um homem de cor pela libertação de si próprio e de todos aqueles que assim como ele foram oprimidos pela colonização. Fanon retira o preconceito da questão individual e faz um sócio diagnóstico sobre a alienação do negro e do racismo na sociedade em seu livro: *Pele negra, máscaras brancas* (1952).

ser silenciada e abafada, esquecida e dominada, assim como no período anterior, não promovendo avanços reais para uma perspectiva de inovação, como desejado.

As divergências no campo dos debates sobre a representação brasileira minavam a intenção de sustentar uma unidade e suposta homogeneidade na configuração da Nação. Por isso, a heterogeneidade foi considerada para alguns dos autores, dentre eles Sílvio Romero, principal rebatedor da tese do parasitismo de Bomfim.

No período Pós abolição e recente Proclamação da República, os ensejos intelectuais se voltavam para identificar e formalizar a nação brasileira, a compreensão da identidade brasileira e possíveis futuros que gerassem a sua consolidação. A escrita da história do Brasil é assim questionada, reafirmada, disputada, entre os expoentes literários na virada do século XIX para o XX.

Assim, também inspirados pelas origens europeias e suas leituras sobre a América Latina, sobre o Brasil e o brasileiro, as obras brasileiras se debruçaram e se dividiram entre aqueles que direcionaram o seu olhar para a constatação de um país que deveria crescer e se modernizar versos a população pobre, negra, estigmatizada pelo olhar estrangeiro, e estes se cercam e assinam embaixo das opiniões sobre a raça enquanto a origem dos problemas.

Do outro lado, estarão os que indicam outros caminhos para refletir tais condições e irão contra-argumentar o determinismo racial. Bomfim é um representante desta última ordem, contrária ao determinismo.

Apresento a seguir o principal rival de Bomfim no campo de batalhas pelo discurso. Foi importante compreender a disputa de discursos vigentes na época, pois a história revela as escolhas intelectuais que influenciaram as propostas teóricas posteriores e que semearam o discurso abrindo espaço para as práticas profissionais, governamentais, educacionais, enfim, de diversas ordens, e

que vigoraram e ainda hoje, possuem suas raízes na perpetuação dos estratos sociais da desigualdade.

Silvio Romero (1851-1914), também se dedicou às letras e outros assuntos, tais quais: filosofia, etnografia e história. Escolheu estudar as tradições populares do Brasil, e alcançou enorme prestígio para elaborações escritas sobre a imagem do negro, da mestiçagem, a modernidade e a civilidade entre outras formulações. Sua preocupação estava envolvida em compreender a cultura brasileira. Enfatizou o processo de “embranquecimento” pela imigração como uma possível fonte de solução para as transformações sociais, das quais considerava necessárias: Sua análise sobre o Brasil e sobre o ser brasileiro iniciou-se com a constatação de ser o brasileiro um povo mestiço. Mestiçagem era, então, sua característica central, sendo necessário determinar o quanto este fato influenciou na cultura brasileira.

A teoria da superioridade racial do branco se junta a necessidade da imigração europeia, naquele momento com poucos frutos. Interessante que Romero mescla a falta do sangue branco com o atraso de determinadas regiões, mas também o fim do tráfico negreiro com a possibilidade de imigração branca. Nesse movimento de maior sangue branco, igual a maior progresso, tem-se o norte como região mais atrasada. Já o Sul, com imigração branca, deslanchava no cenário nacional. (Silveira, 2012 p.115).

Silvio Romero foi conhecidamente um crítico da obra de Manoel Bomfim. Ele dedicou inúmeras páginas para contrargumentar o livro *Males de Origem*. Tal importância dada por uma pessoa participante da corrente de pensamentos que elevava os problemas brasileiros ao discurso das características raciais do brasileiro sinaliza o incomodo que Bomfim causou com a sua versão da história, que pautava as condições históricas e sociais, de cunho cultural e da marginalização do povo pelos brancos que detinham o poder:

O mais comum foi a confrontação com outros, assinalando-se os pontos discordantes. Grosso modo, pode-se esquematizar assim o cotejo: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna faziam parte do grupo de intelectuais que aceitaram as teorias raciais gestadas na Europa e nos Estados Unidos, servindo-se delas para elaborar explicações a respeito do atraso do país e reiteirando os fatores negativos ligados à mestiçagem. Bomfim emergiu dos textos de seus analistas como “voz isolada” que produziu um discurso crítico em oposição ao discurso conservador e afirmou, ainda, que havia relação íntima entre discurso racista e poder. (Uemori, 2006, p.3)

Vale ressaltar, Bomfim ao contra-argumentar as teorias raciais dirigia-se principalmente aos autores estrangeiros, sequer mencionava os autores brasileiros da citação anterior, pois, entendia que as ideias originais vinham desses pensadores: Lapouge Agassiz, Le bon. Quanto a sua resposta, Bomfim foi breve, evitando criar polêmicas, se limitou a dizer que suas ideias estavam muito embasadas e argumentadas com demais autores presentes em sua obra.

Uemori (2006) também nos lembra que a representação do negro na sociedade brasileira diverge entre os autores, se por um lado na visão dos racialistas o negro além de ‘máquina econômica’ era também ‘objeto de ciência’, estudar as características antropológicas de sua origem poderia ajudar a se “defender” de certa forma das nuances destas manifestações culturais presentes na miscigenação da população. Em América Latina: males de origem, por sua vez, destaca-se o uso escravizado da mão de obra negra, com crueldade, empregado pelo seu dominador, ou seja, a ‘máquina econômica’ a revés da humanidade e dignidade da condição do negro na sociedade brasileira durante os séculos de sua escravização.

Por outro lado, o objetivo do estudo dessa condição, em Manoel Bomfim, diverge ao não tomar o negro como mero objeto científico, mas sim em como pensar a sua inserção na relação entre senhor e escravizado, o papel por ele desempenhado, e, vice-versa: “A interpretação de Bomfim



estava em sintonia com essa ideia: o senhor/parasita só existia porque o escravo/parasitado existia. Ademais, ambos eram peças que faziam funcionar a máquina econômica de produção de riqueza para a metrópole – o parasita maior.” (Uemori, 2006, p. 42).

Nas bases de um sistema parasitário o negro, o indígena, o pobre, todos estão na posição de serem mais dominados e parasitados. O senhor de engenho, o proprietário, estão em vantagem ao poder exercer a função de parasitas, mas sucumbem a metrópole. A condição de parasita frequentemente é imitativa em todas as instâncias do sistema:

Para Romero, Couty, Nina Rodrigues, a violência do negro principalmente com os pares de condição, explicava-se pela suposta origem africana; para Machado de Assis, os alforriados se comportavam daquela maneira porque os escravos assimilavam e reproduziam os valores morais e éticos que a escravidão engendrava; o romancista identificou o problema com a instituição; o mesmo ponto de vista sustentou Joaquim Nabuco, para quem a escravidão produziu o “mau senhor e o escravo passivo; em termo semelhante, Bomfim atribuiu ao parasitismo social o fato de as “vítimas” serem os melhores defensores dos seus algozes.” (Uemori, 2006, p. 40)

Neste sentido, do que já foi visto com a participação mencionada de Franz Fanon observada no trabalho que aborda a escrita descolonial de Manoel Bomfim, a colonização coloca o negro enquanto outro, sua alteridade é negada pelo branco, e pelo processo de colonização, o negro, embora acredite ser igual ao branco, percebe sua posição diferente com a reflexão e a experiência.

Manoel Bomfim nega qualquer hierarquia biológica entre as raças, que desvincula desigualdades do desenvolvimento material e tecnológico entre as diferentes sociedades, e entre os indivíduos, exclusivamente da história e do ambiente físico e social. Bomfim buscou mostrar que a superioridade material e tecnológica dos europeus não decorria de uma supremacia biológica inata de seus povos, mas era produto de circunstâncias históricas particulares e de injunções sociais

específicas. Bomfim desenvolve então a teoria do parasitismo social para elucidar as causas sócio-históricas que contribuíram para o atraso da nação (Uemori, 2006, p.329).

Para alcançar o progresso como sonho republicano, nada mais nada menos seria necessário a libertação. Romper com o passado de rapinas, e sustentar reformas estruturais que educassem a população a não tolerar a perpetuação desse modo de existir no tecido social. Para isso, a simples imitação do padrão europeu como modo de vida e civilização não é válida, pois, seria preciso encontrar os próprios meios de ruptura e convívio com a realidade da heterogeneidade típica do Brasil. Por outro lado, a força da ruptura só poderia vir dos próprios parasitados. Nisto Bomfim viu a condição de progresso em uma população. Seriam livres se educados para romper com a condição de exploração e assim guiar os propósitos da nação para o progresso, longe das ideias conservadoras de manutenção do poder, embora, Bomfim não explique muito além disso, como pode existir essa disputa dentro do próprio jogo político.

Ferreira (2019) em estudo sobre o conceito de progresso em Bomfim, resgata a ideia moderna sobre progresso e identifica sua concentração em pensamentos tipicamente europeus, tido como a naturalidade do avanço humano, em que a sensação de futuro se torna sempre melhor do que a do passado ou presente, no entendimento de que esse futuro representa, diante dos avanços tecnológicos e do controle da natureza, sempre uma capacidade de melhoria na condição de vida, sobretudo das elites (p. 2), se movendo como “sujeito transpessoal da ação” a mudança independência das ações individuais:

O progresso moderno apontado aqui é uma noção eurocêntrica, ainda que ela tenha sido simultaneamente ressignificada no interior de outras culturas pela circularidade de ideias entre espaços diversificados e suas características culturais. Esta perspectiva generalista percebe o progresso como um avanço civilizacional que poderia ser aplicado para outras sociedades, e, portanto, não concebe que o progresso (ou outros conceitos acerca das

transformações históricas) possa ser entendido de forma diferente por culturas diferentes em tempos e espaços diferentes. (Ferreira, 2019, p.3).

A própria compreensão de nação, propõe uma medida unificadora, se por um lado a noção de progresso quer pensar o avanço histórico em um determinada direção. Por outro lado, será a condição da formação nacional que irá guiar para este ou para outro caminho a depender dos valores construídos durante sua história. Assim, entender o processo de formação nacional, e como o conceito de nação se compactua ou não entre as pessoas, traz os indicativos dos caminhos percorridos e traçados do passado a um possível caminho futuro.

Por fim, Bomfim denunciava as decadências dos valores que estavam presentes na formação de uma nação prioritariamente calcada no poder e submissão da população pelos dirigentes. Sendo que, esta população por sua vez deveria ser educada a não aceitar as condições miseráveis impostas como modos de vida, independentemente de sua origem racial. Estava na realidade sendo descreditada pelos próprios intelectuais que faziam parte da sua população. Silvio Romero como principal crítico de Bomfim, foi porta voz do campo das pesquisas científicas com viés do embranquecimento da população em raça e costumes. Assentando o argumento dos problemas decorrentes do tecido social numa mera questão de composição populacional, não sócio-histórica, de onde advém a principal fonte de elaboração argumentativa de Manoel Bomfim.

### **A história do Brasil pensada por Bomfim – Enigmas e contradições**

Bomfim irá se interessar sobre o caminhar histórico da formação brasileira, trabalho que deixou principalmente em seu livro de título: O Brasil na América (1929), segundo o qual seu interesse também em tratar sobre a formação nacional e sobre se sentir mais orgulhoso dos feitos brasileiros. Se volta contra a inferiorização do brasileiro, que deve reagir sobre eventuais pensamentos de que somos os defeitos que sofremos, no melhor sentido aposta que seria melhor

buscar entender esses defeitos do qual sofremos como efeitos transitórios e que se dissiparão caso sejamos capazes de identificar na origem e nas possibilidades de mudança:

Ora, devemos reagir contra tais efeitos, reagir sobretudo em nós mesmos, compreendendo bem toda a extensão dos defeitos de que realmente sofremos, analisando-os objetivamente, buscando-lhes cuidadosamente as origens, que são, com as tradições coloniais dos povos metrópoles, as condições mesmas da formação nacional. Por aí, verificaremos que tudo se resume em males necessariamente curáveis, transitórios, efeitos que prontamente se dissiparão, se conscientemente os acusamos, se sinceramente procuramos curá-los.

(Bomfim, 1929, p.12)

No sentido de resgatar esse orgulho histórico e heroico que Bomfim irá dedicar suas páginas. No início menciona que o livro foi feito por pensar nesta tarefa. Ele irá retomar a braveza das pessoas que fizeram a nação em suas diversas origens. E, retomando o que já havia desenvolvido no seu trabalho em Males de origem, também pontua que a degradação se fez presente, principalmente no que concerne a responsabilidade por gerir espaços e as pessoas através da constituição do Estado. Novamente ele irá retomar desde as origens portuguesas. Em todas as fortunas e glórias que também a levaram para a decadência. Entretanto, as energias populacionais que fizeram de Portugal uma grande nação, foram feitas com as virtudes do povo, e que a fizeram dela uma pátria sem igual, dentre as demais no conjunto da Ibéria. Desse germinar, o Brasil tem suas qualidades, que também irão se destacar de outras nacionalidades (Bomfim, 1929, p.17)

Filgueira (2012) traz em sua tese que a principal característica do brasileiro, de amor à pátria é o que Bomfim irá se referir como um valor tipicamente nacional, que levantou os portugueses e os nativos contra invasões e a favor de sua soberania. Nisto se vincula o ânimo capaz de grandes vitórias quando atua pela sua proteção, é por amor à pátria, coesão presentes na plasticidade social do brasileiro, que a nação que se forma e assim é vista por Bomfim (p 81).

Em outras palavras, através da “plasticidade” conferida aqui como um elogio que ele faz da mestiçagem e o conteúdo dos valores que ela traz para o país, que fomos capazes de sustentar a união necessária para lutar contra injustiças externas. Sendo está a característica que garantiu a nossa vitória enquanto população.

A virtude mais presente é a de solidariedade e coesão, propensos para a liberdade oferecida pelas misturas, que conferem na fusão de raças e tradições as múltiplas formas de entrar em contato com a natureza e com as pessoas. Voltadas para a inovação, o temperamento do brasileiro se abranda frente a modificação dos costumes através do intercâmbio cultural diverso.

Inicia em seu texto a exposição de sua insatisfação com os dirigentes do governo, e define o progresso como a direção direta guiada pela política, assim diz: “Então se queremos saber o que vale efetivamente a atualidade de uma nação, basta-nos aferir o valor de seus dirigentes” (p.8). Para ele, os dirigentes que levassem a nação para o caminho da solidariedade, justiça cordial e realmente humana estaria caminhando para a construção digna da nação.

Entretanto, Bomfim não tem esperanças em tal ação se inicie pelos governantes, pois, compreende que não evoluem suas mentalidades para a justiça, mas sim em um Estado primitivo que contentam em manter com lutas sangrentas contra seu próprio povo. Dividem as classes na sociedade entre os dominados e os dominantes, uns trabalham, e os que dizem defender os interesses nacionais, mas apenas vivem parasitariamente da produção. Usufruem sem limites. Bomfim compreende que esta não é a ordem natural, mas sim forjada, pois o homem compreende a vida e quer concentrar sua ação para se ajustar nas condições da natureza, junto da colaboração do grupo da qual faz parte. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que compreende que o homem já sabe agir para se ajustar à natureza, no que diz respeito ao Estado essa consciência não opera:

Deverá ser assim, que é aspiração essencial em todos que não focaram nos instintos primitivos. Seria assim a direção dos grupos nacionais, se as tradições políticas não se

tivessem pervertido, nesse regime de Estado que só sabe existir como poder de opressão, para obrigar os dominados, a massa proletária, a fazer a produção em proveito dos dominantes tudo arranjado num arcaico aparelho político e administrativo que, dentro de cada nação possuída pelo capitalismo, torna a paz dependente da autoridade dos dirigentes, e, de nação para nação, do precário equilíbrio da força militar em cada uma delas, força de que os mesmos dirigentes são os donos (Bomfim, 1931 , p. 9).

Em Bomfim (1905), a atitude de buscar pelo conhecimento científico as possíveis soluções para os males sociais, e por serem parte destes males associados a continuidade das manifestações conservadoras, pois eles teriam “abandonado o esforço e a vida” (p. 329) ao não permitirem os avanços que o autor considerava necessários para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Bomfim irá propor uma visão similar ao funcionamento de um organismo biológico para explicar o funcionamento social, não limitando a sua atenção apenas neste sentido, mas propondo que haveria espécies de leis que guiariam este funcionamento. O autor não faz o uso apenas da biologia, mas também, propõe através do estudo da história a colocação do impacto dela sobre a composição destas leis:

Como observou Maria Tereza Chaves de Mello, ao recusar a irrestrita naturalização dos fenômenos sociais, Bomfim procurava libertar a sociedade do determinismo estreito – obstáculo a qualquer perspectiva otimista em relação ao futuro da América Latina.

Transferindo da natureza para o tempo as leis da sociedade, ele teria validado seu “método genético” de investigação com base na biologia e na história. Ambas teriam sido associadas pelo autor a fim de dar conta do estudo das sociedades. Estas, embora semelhantes aos organismos biológicos, seriam regidas por leis específicas (“peculiares”) que poderiam ser apreendidas mediante o uso de procedimentos de investigação similares aos da biologia (Gontijo, 2001, p. 86-87).

O objetivo de Bomfim foi se distanciar do determinismo racial que pregavam as parcelas intelectuais, e afirmavam no branqueamento a solução. Tal entendimento era oposto ao que pretendeu a tese do parasitismo, pois, embora muito em voga as comparações biológicas, o autor obteve um novo sentido ao propor que os organismos sociais estavam se orientando por práticas parasitárias, que podiam e deviam ser transformadas através da educação e de novos modos de organização. O organismo social era assim passível de ser modificado, não pela mudança biológica da raça, mas pela atribuição de um novo contato com a própria natureza e com as pessoas. A nova forma de se organizar em sociedade deveria estar longe das explorações do colonialismo e seu antigo modo de operar.

Por outro lado, a condição biológica da hereditariedade era reconhecida por Bomfim como fator de dispersão dos costumes e práticas, originando as aptidões que os grupos iriam possuir. E como, a partir da sua herança psíquica vão promover as condições culturais aprendidas. Em relação com o ambiente as pessoas vão aos poucos se adaptando as condições, muitas vezes coercitivas do meio. O processo ocorreria por vias da imitação, além da educação. A educação responsável por formar o caráter individual e coletivo, de acordo com os conceitos morais da população. Já a imitação, se basearia nas impressões adquiridas e reproduzidas socialmente, através da aprendizagem social. Entretanto, ainda assim seriam possíveis as manifestações criativas, que passam por inovações individuais e coletivas.

A criatividade está presente em seu trabalho por propor novas formas de compreender o Brasil e a história do Brasil. A criatividade é então necessárias para a transformação da própria educação e da maneira como aprendemos sobre o nosso passado, das repetições que fomentamos pelo processo imitativo e pela educação conservadora.

Assim, Bomfim questiona como se conta a história do Brasil, sua posição na América Latina e a formação da sua Nação. Em *O Brasil na História*, segundo Gontijo (2001) ele irá tratar esta

questão com a finalidade de posicionar o papel desta disciplina, e do historiador enquanto um cientista, e constata que a historiografia brasileira foi deturpada, pois, segundo Bomfim, os historiadores não seriam imparciais:

No segundo capítulo – Deturpações e Insuficiências da História do Brasil – ele se ocupou do que considerava como sendo as razões da deturpação da história do Brasil: a influência da sociologia francesa (com destaque para o positivismo) e a ação de historiadores considerados antinacionalistas. A história do Brasil teria sido “deturpada” devido a uma causa externa e a uma série de causas internas. A primeira possuiria o efeito negativo de diminuir os valores nacionais, assim como restringir o critério dos historiadores oficiais. Quanto às causas internas, teriam pervertido a opinião pública corrente, negando o valor “dos que fizeram o Brasil”, ou seja, daqueles que teriam sido os verdadeiros responsáveis pela afirmação da tradição (Gontijo, 2001, p.116).

A partir desta constatação Bomfim reverte sua atenção para as considerações sobre onde estariam as histórias mais originais e representativas que ajudariam na formação da identidade nacional. E seriam capazes de promover as mudanças da educação e na formação de uma nacionalidade fortalecida, contra as intervenções estrangeiras, consideradas danosas por ele. Ele irá buscar nas referências românticas: “o autor destaca a importância dos escritores e poetas românticos: Castro Alves (1847-1871), Álvares de Azevedo (1831-1852), Fagundes Varela (1841-1875), José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864), tidos como os melhores representantes do país nas letras” (Gontijo, 2001, p.126).

Entre outras mudanças, o autor sergipano também investiu na modificação da sua visão sobre a origem ibérica, mas apenas do português que veio com o sentimento de encontrar “novas aventuras”, ou ainda, do povo português que irá se afastar, segundo o autor, do português aristocrático e predador.



Neste sentido, Bomfim exaltará a população portuguesa como heroica, por permanecer “tenaz” frente a degradação dos dirigentes. Sobre isto, também saudou à população brasileira na época das invasões holandesas e francesas pela união, contrária a tentativa de dominação:

A colônia Brasil foi a única a resistir com seus próprios recursos invasores estrangeiros; foi a única a crescer pelos seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos. Tudo isto devia ter, como de fato teve, forte significação no caráter da nova nacionalidade, e nos seus modos de reagir contra a miséria dos processos da metrópole (Bomfim, 1923, p. 14)

E foi da união do povo e das raças contra a intentada europeia que Bomfim viu o lado positivo da aliança entre indígenas, portugueses e negros. O heroísmo da população era, portanto, um dos atributos necessários para a formulação nacional brasileira, relatando a benfeitoria da síntese das misturas nas origens:

Ora, em vez disto, todos o sabemos: mais do que os sangues, caldeiam-se as tradições, logo que as raças diferentes se encontram. Combinam-se as qualidades de espírito, e completam-se as respectivas manifestações, numa expressão vivamente nova e original. O efeito do monoteísmo judaico sobre as civilizações do Ocidente não foi a simples mistura, onde se distinguem parcelas de arianismo justapostas ao semitismo; mas a novidade empolgante, regenerada, vivificante e fecunda do cristianismo, síntese das inspirações orais anteriores, original e poderosa porque era uma síntese em que se apuravam as tradições combinadas (Bomfim, 1923, p. 15)

Neste ponto, Bomfim parece negar a violência, tal qual a relatou em seu primeiro livro. A sede por construção de uma identidade nacional, espírito de sua época, não foi sua única inspiração; Mas chegou a ressaltar a figura dos bandeirantes como aventureiros desbravadores e na sua

expansão ao coração do Brasil, sem que lembrasse os modos como as missões ocorriam, em busca das riquezas, do ouro e da escravidão indígena.

O português predador, belicoso, parece ceder lugar ao português heroico, corajoso, bem-sucedido por fazer vencer e crescer através da força de seu desejo:

Nem todos que iam sobre os mares tinham consciência do destino a que se atiravam, mas não se prejudicava, por isso, o sucesso, porque o impulso generalizara como desejo de crescer e de aventurar, e o desejo se fizera, nos que conduziam – vontade lúcida e intemerata. (Posição 284) Mais a frente no texto expõe a figura do bandeirante novamente com as qualidades da grandeza da ousadia, persistência, resistência: São essas qualidades, que na simplicidade dos meios, reacendidas na frescura de um sangue jovem, fazem o heroísmo sem peias dos nossos bandeirantes. Naqueles, como nestes descendentes, a grandeza de ânimo está em que, de encontro a novas realidades, souberam dominá-las em multiplicados tentames, graças a um fundo de energias inesgotáveis. (Bomfim, 1923, p. 26-27)

Por outro lado, Bomfim irá diferenciar a primeira empreitada heroica sobre a invasão francesa, o que considerou ser o primeiro ato patriótico no Brasil, e a segunda revolução contra os holandeses. Agora, ele irá revelar que os portugueses, já em estado predatório, teriam abandonado o sentido patriótico e se vendido aos atos parasitários. Por isso, a segunda resistência à invasão foi tomada apenas pelo povo. Após vencerem a invasão francesa, o português que tinha se aliado aos mestiços se voltou contra a população e começou na intenção de estabelecer o seu esquema parasitário.

Assim, revelando os reais interesses ao obter a ajuda dos nativos, apenas angariar as forças necessárias para vencer e depois abandonar a ideia de colaboração para estabelecer o sistema de predação.

Há a identificação de que a história estaria sendo contada pelo "critério de quem a faz", o que tornaria um tipo de história egocêntrica, centrada nas nações cujo valor de civilização atribuído pelo poder, enaltecendo ou deturpando, por escolha, e conseqüentemente oferecendo ao próprio grupo do qual faz parte uma história de menosprezo em relação às nações que se jugariam superiores no quesito da sua formação nacional. Portanto, os mais poderosos abusariam da superioridade relativa, atribuindo as características que bem quisessem em relação a diferenciação entre povos "grandes" ou "pequenos", "fortes" ou "fracos".

Por isso, Bomfim criticou o que compreendeu sobre "história geral da humanidade", já que, elas estariam atreladas as perspectivas e interesses de cada nação. De outra forma, Bomfim ressaltou a importância da subjetividade do historiador na condição de ser "capaz de apreciar e registrar os valores morais e mentais de um povo, utilizando como medida sua própria consciência e tradição". No sentido de defender a própria história. Além disso, para Bomfim, escrever sobre história era um ato de patriotismo saudável contra deturpações alheias:

Das representações do autor sobre a história e sua escrita, conclui-se que não podem ser separadas de suas representações sobre o fazer político. Esta associação é que permite situar sua crítica aos historiadores do Brasil, assim como, possibilita compreender o modo como ele atribuía uma função à escrita da história. Para esse autor, escrever a história era uma tarefa patriótica, sendo que, o compromisso com a verdade histórica identificava-se com o compromisso com a nação (Gontijo, 2001, p. 136)

Se por um lado Bomfim identifica o papel do historiador e a composição histórica que remete ao seu trabalho, ou seja, na condição de ir atrás da "verdade histórica" e compor uma escrita, e que as suas considerações estariam aliadas as representações políticas que não poderiam ser separadas, por outro, não desenvolveu na ideia de que existe nestas representações divergências que criam diversas identidades nacionais, pautadas por diferenças no aspecto político. Que

consequentemente fariam parte da construção da representação na história de cada grupo. Muito embora, não fosse possível de se chegar em uma condição pura, por não haver uma única maneira de interpretar a tarefa patriótica, nem sequer quais os compromissos relativos a cada posição política presentes no mesmo instante durante a construção da nação, como se esta fosse um projeto único e cujo fim fosse determinado.

Reis (2006), em seu trabalho pretende identificar as múltiplas noções de identidade brasileira, construída no último século pelos intelectuais brasileiros. Em seu segundo volume ele discute e dialoga com estas concepções. Entre eles está Manoel Bomfim. Tratou em seu livro diversos autores sobre a identidade brasileira, ou caráter nacional, que correspondia no empenho das personalidades intelectuais em descobrir o Brasil e o brasileiro com os quais estaria a história formando e perpetuando perante as tradições.

A questão de identidade é o primeiro conceito debatido pelo autor, ele resgata que a ideia era fonte de discussões durante o século XIX, mas passa a ser questionado ao final do século XX. A visão essencialista da identidade nacional, portadora de ideais como o conceito de nação, tão utilizada por Bomfim e autores da mesma época, é uma noção que traz como característica o entendimento de que diferentes nacionalidades portariam condições que facilitariam as pessoas um sentimento de pertencimento pela natalidade, a qualidades próprias e culturais, entretanto, sabemos que muitas vezes se tratam de falsas homogeneidades, pois os povos nem sempre partilham das mesma língua, história, cultura:

Se ela não estava impressa em nossos genes, como poderíamos considerá-la uma natureza essencial? Para os não essencialistas, “nação” tornou-se apenas um modo discursivo de classificar grupos de seres humanos. E um modo de classificação difícil de operar. Que critérios definiriam uma nação? Seriam critérios objetivos como a língua comum, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns? São critérios problemáticos, porque

as populações não são homogêneas na língua, no território, na história e na cultura. Esses critérios valem mais para a propaganda estatal do que para uma descrição objetiva de um suposto fenômeno nacional (Reis, 2006, p. 12).

Para a criação do Estado o fenômeno da nacionalidade deveria ocorrer, mas independente do que se debate a respeito das condições primeiras para a formação de uma nação, o fato é que a nacionalidade e a formação do caráter nacional foi tema de debate. E Manoel Bomfim não foi o único. O objetivo de Reis (2006) será debater a manifestação do tema no cenário das teorias nacionais que fundaram o saber histórico no país.

Sobre as leituras da história, Reis (2006) afirma que a intenção de Bomfim era de fato propor uma nova visão para a historiografia brasileira no sentido de fazer revolução. Segundo ele, Bomfim criticava os bragantistas que repetiam o que os europeus contavam sobre a história do Brasil, colocando o país a margem e negando a importância de os brasileiros se apropriarem dos sentidos do passado:

Este foi o esforço de Bomfim: reescrever uma história do Brasil a contrapelo, a favor do Brasil e contra o trono, contra os Bragança e os poderes que os sucederam e mantiveram seus valores e modos de agir. Ele queria oferecer à nação brasileira a glória e a centralidade que lhe foram recusadas pela historiografia europeia e pelos intelectuais brasileiros aculturados. De certa forma, embora dissesse que os europeus “deturpavam a história universal”, Bomfim pensava que a história devia servir, sim, à vida dos povos e cada povo devia construir sua própria visão da história universal, procurando inserir-se nela em uma “posição de sujeito”, positiva, construtiva, central. A história devia ensinar um povo a sonhar com sua plena realização. (Reis, 2006, p. 156).

Os bragantinos, segundo Reis (2006), eram aqueles que se renderam a Gobineau e sua teoria da inferioridade racial dos negros, mestiços, a despeito da superioridade germânica. As teorias que

se apregoavam nas condições raciais, e que concordavam os dirigentes e a elite intelectual, culpabilizavam os mestiços pelos problemas. Então, a desigualdade estava ligada a outra questão senão a social.

E nisto, Bomfim foi veemente em contra-argumentar, como defendido neste trabalho. As desigualdades são, seguindo a lógica dos seus escritos, fundamentadas com base nas atitudes egoístas dos dirigentes ao não conduzirem a nação para encontrar a plena realização através da solidariedade, da educação e do progresso, mas não o faziam por entenderem apenas a língua da barbárie e da conservação de suas práticas.

Não defendiam o Brasil, pois, a mimetização das leituras europeias os deixava absorver em outras demandas. Bomfim foi para o lado oposto, compreendia que a mistura da ingenuidade e bondade dos negros e indígenas foi o que teria salvados os brasileiros de uma ordem mais violenta na divisão racial. Ele pensou a cordialidade e compaixão como a fonte da amenização dos instintos, tornando o brasileiro mais sensível.

O autor sergipano leva o discurso para o tensionamento contrário, na tentativa de observar nas características positivas que não eram observadas ao difamarem com base no critério racial a mistura da população. Em Reis (2006), o objetivo dos dirigentes ao manterem o status de inferioridade de sua própria população seria mais uma forma de controle sobre as mentalidades pela manutenção do trabalho mal pago. E como agora tinham que pagar, que fosse para outros brancos imigrantes, ainda que em situação de exploração, se encontravam em melhores condições do que a população abandonada, sem instrução e sem ocupação:

A cultura bragantina passou a dividir o Brasil em um norte inferior e um sul superior, por causa da presença ou da ausência do imigrante. Bomfim, profundamente indignado, interroga: vamos nos submeter e aspirar a ser o que não somos e desaparecer, afogados, diluídos, em ondas de imigrantes? Será que sem os estrangeiros estaremos perdidos? Para

ele, seria melhor aspirarmos a ser o que somos. Deveríamos apurar nosso gênio próprio, em vez de pedir uma suposta superioridade estrangeira. Bomfim não era xenófobo, não era contra a imigração, que, para ele, foi boa para o Brasil, contribuindo para o seu desenvolvimento. Mas não naqueles termos. (Reis, 2006, p. 175)

Bomfim mesmo criticando os dirigentes prezava pela união do povo brasileiro e pelas diferenças culturais e misturas. Este último conceito, continuou em conflito com as ideias que pretendiam segregar as raças, e a teoria do embranquecimento populacional.

Por outro lado, mascarou a tensão e violência no processo de construção da população brasileira, assim como foi feita a crítica de Jesse Souza ao escritor Gilberto Freyre, que serão tratado mais a diante no texto.

Entretanto, tal fato não muda a sua proposta de pensar em um Brasil mais solidário e menos desigual pela mudança de atitude frente a história da formação nacional, e embora em seu primeiro livro a origem da ampla desigualdade entre as esferas dominadores e dominados pareça se expressar muito mais pelas condições sociais construídas pelo processo de exploração colonialista. Bomfim foi contrário ao determinismo biológico científico e ao conservadorismo político que não permitiam ver na população brasileira a criatividade e a sua capacidade de transformação da triste realidade devido ao parasitismo. Pelo contrário, observou nas diferenças a nossa plasticidade e disposição na retomada de valores que seriam essenciais ao nosso comprometimento em tornar o Brasil um país menos desigual.

## **Parte II**

### **O Brasil de Ontem e de Hoje – Repercussões Históricas, Sociais e Psicológicas do Processo de Colonização na Desigualdade Social Brasileira**

Nesta próxima sessão, estão presentes os trabalhos que irão ajudar a refletir e dialogar com percurso de compreensão obtido sobre a obra de Manoel Bomfim no início deste trabalho. Estão,

portanto, localizados aqui em complemento ao que já foi apresentado. Começa com o debate da construção moderna do pensamento, sob a ótica de Luís Cláudio Figueiredo, no que diz respeito, principalmente, o texto “A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação, 1500-1900”. Este texto, tem importância para a psicologia enquanto conhecimentos a respeito da formação da subjetividade moderna através dos séculos. Subjetividades estas que em relação com o mundo não ocidental provocaram tensionamentos presentes até hoje, dada a diversidade de povos e costumes presentes na América Latina quando na chegada do europeu.

Um pouco mais a respeito deste aspecto, será o estudo em paralelo que traz a visão do colonizador pelos relatos e documentos históricos de Todorov, que em sua obra buscou investigar como ocorreram esses contatos e a ótica documentada principalmente sobre a perspectiva de Cristóvão Colombo ao navegar e ao aportar nas novas terras, que pensava ter descoberto.

Já a contribuição de Nancy Leys Stepan, historiadora que investiga principalmente como ocorreu o movimento Eugenista na América Latina, será desenvolvida em seguida. Sua contribuição é importante para compreender a história da formação do movimento eugenista. A autora também apresenta um recorte do Brasil neste cenário, que ocorreu de modo diferente ao movimento eugenista europeu e em alguns aspectos de diferenças na América Latina. Por fim, será abordado Jessé Souza e o estudo dos cientistas sociais do Brasil, herdeiros das correntes anteriores comentadas ao longo da dissertação. Jessé contribui aqui para pensar como estas ideias chegam aos dias de hoje, criticando na sua origem intelectual sociológica os precursores do desenvolvimento dos pensamentos sobre a realidade social brasileira.

### **Ethos Moderno e o Papel dos Processos Coloniais na Construção do Psicológico.**

Em a invenção do psicológico (quatro séculos de subjetivação 1500-1900) Luís Cláudio Figueiredo analisa a formação da subjetividade moderna o que nos faz refletir também como este



ethos<sup>8</sup> se vincula às subjetividades contemporâneas brasileiras. Figueiredo foi graduado em psicologia na Universidade Católica de São Paulo, fez mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo, onde produziu muitos textos a respeito da construção do sujeito moderno e da psicologia, iluminando as correntes psicológicas ou matrizes como ele mesmo identificou<sup>9</sup>. Com base em seu resgate epistemológico e histórico das sociedades ocidentais é possível compreender melhor a orientação da ciência e dos posicionamentos científicos, que irão participar na vida das pessoas comuns, na vida cotidiana.

A psicologia não seria possível sem que antes dela surgisse seu “objeto” de estudo, o homem moderno (Figueiredo, 1992, p.146), com sua individualidade, subjetividade, perseguidor da liberdade e da autonomia, e da sobrevivência a um mundo em constante mutação. O mundo avassalador, por toda a sua diversidade constrói também a partir da criação humana um campo de saber que irá construir sentidos do fazer humano, criar categorias simbólicas que disponham para a ciência conhecimentos sobre ser humano no nosso tempo. A construção da ciência moderna como a conhecemos, foi se modificando ao longo do tempo, entretanto possui em sua origem uma em comum e mesmo a psicologia sofre mudanças e cria novas teorias e evidências a respeito dos pressupostos científicos, que são diversos. Figueiredo inicia assim:

De variadas maneiras, a história dos estudos psicológicos está entrelaçada à história da modernidade e às suas adversidades. São múltiplas as relações das ‘psicologias’ com os movimentos de expansão e, principalmente, como veremos, de retraimento do espaço das

---

<sup>8</sup> Em revisitando as psicologias (1995) – Ethos aparece definido como uma morada e um destino para o homem p. 48. Para o homem moderno a morada se situa entre o conflito das polaridades Românticas, Liberais e Disciplinares, situando também a existência de um terceiro terreno entre elas, espaço da ignorância.

<sup>9</sup> Matrizes do pensamento psicológico foi um livro também escrito por Luís Cláudio Figueiredo (1991), o livro versa sobre as diversas matrizes que compõe os conhecimentos em psicologia.

virtudes morais, pois foi exatamente desse duplo movimento que nasceu o ‘psicológico’ (Figueiredo, 1992, p.22).

As pessoas continuam na tentativa de explicar o mundo e os fenômenos, da saúde, sociais, educacionais, enfim, de diversas esferas da vida. Tal iniciativa oferece uma opção de controle do caos, conferindo sentidos socialmente compartilhados e subjetivamente internalizados, como apresentado pelo intento da psicologia cultural, debatidos anteriormente neste texto.

Assim, as ideias de uma comunidade sobre a vida, a ordem e tudo que permeia a vida cotidiana estão agregadas aos valores e as crenças que advém das construções sociais de cada sociedade. Saber da origem das ideias e dos valores nos fazem mais conscientes da construção destas ideias, podemos compreender o pensamento que foi assimilado pelas pessoas em seu dia a dia. E assim, as reformas e revoluções no pensamento foram modificando as relações das pessoas com elas mesmas e com como liam e trabalhavam no mundo.

Como as reformas foram essenciais para a produção de sentido no mundo ocidental é importante entender um pouco deste processo para adentrar em questões contemporâneas. Nos estudos de Figueiredo se identifica a maior mudança durante o período renascentista, ocasionado pelo aumento do intercâmbio entre as trocas de mercadoria, e conseqüentemente um aumento da comunicação e um intercâmbio dos costumes de cada povo que entrava em contato através das trocas mercantis.

Foram assim, a expansão das trocas interpessoais, com base no mercado, que possibilitaram o surgimento das ideias iluministas que permeiam a vida das pessoas até hoje (Figueiredo, 1992, p.30), ainda que as compreensões das ideias dos pensadores iluministas não sejam necessariamente entendidas por todos, foram estes valores que surgiram e se espalharam ganhando utilidade na vida cotidiana. Sustentando diversas compreensões de mundo, dentre elas a de ser a ciência a nos guiar por caminhos mais confiáveis, do que outros ditos menos planejados.

Figueredo (2001) discute a lógica de complementariedade na relação entre natureza e cultura, segundo o ponto de vista de Freud. Entendendo cultura como o regulador das “deficiências e excessos da natureza”, para domínio e regulamento da vida natural. Reconhece, portanto, que há uma necessidade de controle da cultura sobre a natureza humana, suas pulsões destrutivas, notando por lado que a cultura possui seus próprios efeitos colaterais:

Começamos assinalando as fragilidades e deficiências da “cultura” expressas na impossibilidade, seja de impor-se definitivamente sobre as forças da “natureza” externa, sobre as doenças e a morte, seja de suprir adequadamente as deficiências da “natureza”. Isto gera a necessidade de fortalecimento da “cultura” pelo recurso às forças naturais da libido e da agressividade. Como exemplo, podemos mencionar, rapidamente, o caso do superego e da culpa, com a pulsão de morte, fortalecendo a autoridade introjetada e a obediência racional aos regulamentos; podemos, também, mencionar o caso das identificações, fortalecendo os ideais e os modelos coletivos, e o caso da agressão dirigida aos estranhos – narcisismo das pequenas diferenças – atuando no fortalecimento dos vínculos de amor e cooperação entre parentes e vizinhos (Figueiredo, 2001, p. 60).

Todas estas manifestações que penetraram nos campos das artes, da política, e da religião foram responsáveis por transformações sociais em seus tempos até a atualidade. As reformas pressupõem que a vida pode ser pensada por diversos aspectos, uma autonomização das esferas mencionadas. Cada reformador, pensador de sua época foi responsável por priorizar aquela que lhe trouxesse maior inclinação. Um dos átomos reformulados, a religião, que teve expressão em variadas personalidades, uma delas Lutero, reformador por uma igreja livre dos preceitos da cristandade católica, até então preponderante (Lemos & Alves, 2013).

As reformas religiosas foram sobretudo as mais importantes para a mudança da vida cotidiana. Pois contestou uma série de ritos e a própria hierarquia dentro da igreja, importante

instituição medieval. Os protestantes aproximaram os fiéis da vida com Deus, antes esta ligação poderia ser apenas mediada pelo sacerdócio (Lemos & Alves, 2013, p. 150). Foram também estas reformas que possibilitaram o avanço além-mar para os Europeus.

As ações de Deus na vida dos fiéis também se ampliaram para as demais tarefas cotidianas, assim, honrar a Deus através do trabalho foi a mais importante mudança. Pois aqueles que não trabalhavam eram até então considerados livres e possuíam direito ao ócio pela utilidade da fé que se criava a partir dessa ausência de ocupação.

Os protestantes passaram a repudiar o ócio em qualquer lugar da sociedade, radicalmente, pois, segundo eles, através do trabalho que a dignificação divina ocorreria, não sendo necessário deixar a vida comum para abraçar a Cristo. Considero importante notar que esta mudança em um primeiro momento, teoricamente ligada ao nível dos valores, influenciou nas alterações das ações e nas compreensões do outro e do mundo, até então vigente.

Por outro lado, as ideias iluministas possibilitaram inúmeras transformações no pensamento moderno, com a reflexão sobre diversos temas e pensamentos correntes em sua época, possibilitando até hoje uma grande abertura para questionar as tradições e os sistemas que englobam o existir humano.

Da mesma vertente de reformadores mais moderados surgem as regras de civilidade que regulam as formas - a etiqueta do convívio social. O maneirismo, a consolidação de modelos, uma procura por identidade com a excessiva reprodução de padrões. (Figueiredo, 2017, pp. 27-80). A mimetização foi o processo identificado por Bomfim para trazer à tona os movimentos de imitação que os brasileiros tentavam fazer sobre a cultura europeia, e que segundo ele atrapalhavam a própria cultura de encontrar com originalidade, respeitar as vivências singulares enquanto brasileiros, e lidar com os próprios problemas e benefícios em serem do Brasil e da América Latina.

Assim, as reformas são uma tentativa de “moldar novos espaços”. “Este espaço das experiências subjetivas em seu sentido moderno, pelas experiências de ruptura e diversidade das tentativas de costura e ordenação das reformas sustentando tensões entre as dimensões de liberdade e submissão”.

Tal contexto criou no sujeito uma zona “livre”, é possível que este sujeito utilize do meio enquanto este for capaz de lhe trazer a gratificação e na busca de ser feliz em maior possibilidade com os demais, no entanto, para isso se submetendo ao que for permitido pelas leis. Que também sustentam as tensões existentes, e a estratificação vigente nesta nova formulação de sociedade.

As posições em uma sociedade individualista, apesar de não serem explicitamente hierarquizadas e teoricamente possuírem maior permeabilidade do que as sociedades de castas, possuem uma nova modulação. Se antes o homem ocidental tentou se afastar da sua condição animal, controlar os impulsos animais e a sua submissão aos instintos, hoje ele criou o controle pela civilização e uma submissão à hierarquia da economia, da lei, e da política que se produz.

Por outro lado, não abandonou práticas de barbárie, tais quais as que ocorrem nas guerras, observa-se aí que a guerra, por ser lucrativa, continua como prática das civilizações modernas, ainda mais mortais e ferozes, mesmo que seus produtos não possam ser identificados como de progresso da civilização e por serem parte da construção cultural da formação ocidental e, principalmente, do imperialismo Norte Americano.

No sentido de conformar os fiéis aos novos cânones, os reformadores da igreja católica pela contrarreforma vigiam a determinação pela obediência, pelas instruções coletivas oferecidas aos súditos para atingir a missão de Cristo. Para isso, o indivíduo deveria ser autônomo, autossuficiente, prezando pela sua capacidade de exercitar a vontade divina. E depois, pelos ideais românticos pela vontade de expressar seus próprios desejos e descobertas singulares, buscando a felicidade pela equilíbrio dos impulsos e desejos. Ambas propostas contém a contradição interna.

Para Figueiredo, trata-se da configuração de uma subjetividade cindida, expressas por três forças de polos concomitantes observados (2017): o romantismo, o liberalismo e o regime disciplinar, esta última pelo controle das instituições que iniciaram pelas manifestações das ordens advindas nas pautas religiosas e passaram progressivamente a ser tomadas pela força do poder estatal pelas pautas predominantemente do liberalismo (p.128).

O ideal iluminista, cuja origem é na modernidade e as raízes renascentistas que foram apresentadas, também preza pela individualidade e a noção de que somos sujeitos livres, por outro lado, as submissões às leis são igualmente fundantes. Isto significa dizer que é interessante que as leis existam, não para limitar os indivíduos em sua liberdade, mas para preservar a propriedade privada dos indivíduos e seu modo de vida privado. Supostamente o espaço interno, pessoal e próprio estaria livre para se constituir enquanto sujeito autônomo, a independência está na capacidade dos sujeitos em se constituírem, em se autodeterminarem perante a realidade onde existem:

No século XIX conviveram três polos de ideias e práticas de organização da vida em sociedade: o liberalismo e os romantismos em suas diversas versões e o regime disciplinar, este acompanhado progressivamente dos seus discursos legitimadores, muitos dos quais de extração romântica e outros de extração utilitária. Falar em convivência, no entanto, e mesmo de convivência complexa ainda é pouco. Considerando-se as relações de complementaridade e conflito que unem e separam cada um desses polos dos outros dois, podemos conceber a formação de um novo território no qual as experiências individuais e coletivas se estabelecem, constroem e ganham sentido (Figueiredo, 2017, p. 141)

O adensamento do foro íntimo, dismantelamento das antigas convicções e verdades a respeito das crenças e do mundo e conseqüentemente uma expansão da liberdade individual, as mudanças das relações com o trabalho, estão compreendidas dentro desta realidade das polaridades

acima mencionadas. A trajetória crescente do iluminismo e do romantismo prezam por espaços mais condizentes com a manifestação das privacidades dentro dos contornos possíveis da cultura. Formas de hospedar esses novos modos de subjetividades emergentes, possíveis pelo trânsito entre o espaço público e o espaço privado.

O romântico Radical vai negar representações, pois nas representações residem as dissimulações e a falsidade do modo de vida. A pessoa deve buscar encontrar sua personalidade verdadeira através da expressão livre, da criatividade, buscando atingir níveis cada vez mais profundos da percepção de si mesmo e do mundo ao redor. A recusa completa e despersonalização ou fragmentação da própria personalidade visando atingir um estado de soltura da conserva tradicional, dos modos de ser. Instaurando assim, uma nova noção de um modo de ser, que preza pela perspectiva oposta ao liberalismo em sua vertente fundante, mas também a ele pode se aderir: “Em formas e versões menos contundentes e dissonantes, as ideias e modos românticos podem ser perfeitamente assimilados pelo liberalismo, trazendo-lhe os valores e metas que vão preencher o vazio deixado pela redução da vida social à dimensão puramente instrumental, racional e calculadora” (Figueiredo, 2017, p.137).

A mudança das civilizações proto iluministas para a era do iluminismo, com origem na época do renascimento, tiveram em como característica principal a coexistência das reformas religiosas (e em outros campos), como o calvinismo, luteranismo, e os demais protestantes, apesar de serem diferentes, em alguns aspectos se assemelham. Para todas estas correntes reformistas, o indivíduo deveria ser livre nas suas condutas prezando pela sua capacidade de exercitar a vontade divina. Ressaltam assim a liberdade da experiência religiosa do homem, para alguns protestantes tratava-se de uma condição necessária para resgatar a intimidade com Deus, e posteriormente através do individualismo, também de contato com os desejos diante das polaridades indicadas pela leitura de Figueiredo (2017).

Para além do que foram as reformas, o processo de colonização abriga na história da constituição do mundo moderno parcela significativa da transformação do mundo pelas relações desenvolvidas a partir da época das grandes navegações e das invasões no continente americano. Antes consideradas época das descobertas, hoje sabe-se, porém, que inúmeras civilizações já estavam presentes e se desenvolviam plenamente antes da chegada dos europeus. Embora na visão do colonizador tratassem de povos primitivos e inferiores, como veremos a seguir com os estudos de Todorov, na realidade os estudos mais recentes mostram avanços sanitários, de administração, e cultivo de plantas imensamente avançados, até para os antigos colonizadores.

Todorov, literato contemporâneo nascido em Sófia, 1 de março de 1939, faleceu em Paris, 7 de fevereiro de 2017. O linguista, historiador e crítico literário, Tzvetan Todorov, autor de ensaios como *A experiência totalitária* (2010), *Os inimigos íntimos da democracia* (2017); *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações* (2010). Onde analisou as chamadas tendências totalitárias nas democracias contemporâneas: a xenofobia, a falta de pluralismo e a expulsão dos imigrantes. Apesar de nascido e educado na Bulgária, durante o período comunista, Todorov vivia na França desde 1963, e se tornou um importante analista cultural. As experiências políticas de países vizinhos, como Rússia e Alemanha, influenciaram o pensador em diversos ensaios, bem como a sua própria experiência enquanto migrante.

Em seu livro *'A conquista da América'* Todorov (1983/2019) o autor escreve sobre a descoberta do outro pelo colonizador, através do que chamou de maior genocídio da história, ocorrida no século XVI (p.7). Com base nos escritos de Colombo, seus diários, cartas à corte, e relatórios, Todorov se aproxima da visão do conhecido conquistador da América, rastros de sua intenção ao chegar em novas terras, até então desconhecidas pelo continente europeu. No qual, ele chega à conclusão que a ação motora, ou como o autor chama de força motriz do primeiro



Almirante, importa-se menos ao que parece com a riqueza, tão cara a coroa, mas sim, com a glória do serviço que ele efetua em nome do cristianismo, de Deus:

A expansão do cristianismo é muito mais importante para Colombo do que o ouro, e ele se explicou sobre isso, principalmente numa carta destinada ao papa. Sua próxima viagem será ‘para a glória da Santíssima Trindade e da santa religião cristã’, e para isso ele ‘espera a vitória do eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado’; o que ele faz é ‘grandioso exaltante para a glória e crescimento da nossa fé cristã’. Portanto, seu objetivo é ‘Espero em Nosso Senhor poder propagar seu santo nome e seu Evangelho no Universo (Carta ao papa Alexandre VI, fevereiro de 1502). (Todorov, 2019, p.13).

A esta postura de Colombo, sua intenção de chegar com a conquista, em um primeiro momento, de terras e riquezas para agradar a corte, mas também sua própria ambição de cristianizar. Para tanto, Todorov reconhece em Colombo sua baixa capacidade de se comunicar com o outro, por negar sobretudo a diversidade das línguas, mas intrinsecamente por negar-lhes o direito da diferença, e das necessidades de suas vontades, diferentes do que manejava ser em seu autoritarismo. A saída para tal relação dupla serão, ainda segundo o autor, apenas duas:

Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar desses termos são seres completamente humanos com os mesmos direitos que ele, e aí os consideram não somente iguais, mas idênticos, e esse comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros, ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores: recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade, baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na convicção de que o mundo é um (Todorov, 2019, p. 58)

Para o recorte proposto, tal postura, assim como com a presença posterior e já moderna, do movimento eugenista na América Latina, a alegação de superioridade, racial, e posteriormente da suposta superioridade cultural que alguns dos autores sociais brasileiros empregam para justificar as questões de desigualdade no avanço do projeto moderno. Um projeto que se inicia como um projeto de conquista material e simbólica sobre os povos e terras. De modo que, a alteridade humana foi duplamente e simultaneamente ora recusada e ora assimilada por um processo de reconhecimento distorcido, a jornada da conquista, como vemos por Todorov, revela seu aspecto mais medieval, das cruzadas, da intenção de evangelizar, por outro lado, em termos mais “modernos” da intenção da conquista material das fontes de riqueza:

Nas palavras de um índio, relatadas por Colombo: ‘Um dos índios que vinham com o Almirante falou com o rei dizendo-lhe que os cristãos vinham do céu e andavam à procura de ouro’ (Diário, 16.12.1492). Esta frase é verdadeira em mais de um sentido. Pode-se dizer, simplificando até a caricatura, que os conquistadores espanhóis pertencem, historicamente, à época de transição entre uma Idade Média dominada pela religião e a época moderna, que coloca os bens materiais no topo de sua escala de valores. Também na prática, a conquista terá estes dois aspectos essenciais: os cristãos vêm ao Novo Mundo imbuídos de religião, e levam, em troca, ouro e riquezas (Todorov, 2019, p. 58)

Todorov, propôs analisar o contato entre os ocidentais e os povos originários através da análise do discurso do colonizador que, como observo entre esses trechos selecionados, são preenchidas pelos valores posteriores, compreensões caducas, e retidas em que a alteridade ora conferida, ora negada, parece operar em uma relação pragmática, localizada nos interesses naturais do colono sobre as terras, observadas por ele como “ocasionalmente” já habitadas quando a sua chegada, e que em nada impedem a expansão e controle, pois, não é de interesse o real conhecimento e reconhecimento dos nativos.

Assim, de mentalidade condizente da era medieval, a aventura desbravadora, como assim foram as cruzadas, se conduzem com a intenção de também expandir a própria religião. Quando se depara com a diferença no exercício da religião, como no caso dos diversos rituais que deve ter presenciado, põe-se a justificar a escravidão e imposição dos próprios valores. Porém, em momentos em que a troca lhe era favorável passa a ver a bondade dos “naturais”.

Além disso, Todorov pretendia responder o que fez com que os espanhóis ganhassem na guerra contra os nativos, sendo que estes estavam em maioria. E para responder ele levantou algumas hipóteses, que não cabem a este trabalho esmiuçar ou questionar se seriam verdadeiras ou falsas, mas se ater ao teor de sua proposta e perguntar se o caminho de suas constatações pode ser similar ao entendimento de Manoel Bomfim, e em que aspecto podemos aproximá-los e afastar seus empreendimentos com o estudo da colonização.

Para Todorov, foram cinco as principais: as epidemias as quais estavam expostos os indígenas pela chegada do colonizador, a suposta desunião entre as nações indígenas, a cultura e a superioridade bélica, e o fato da chegada ter ocorrido entrar por uma necessidade de recursos materiais. Outra característica da sua observação diz sobre o fato do distanciamento afetivo entre colonizador e o habitante nativo, que considera o aspecto de seu pouco interesse no real contato com o outro, em conhecer com quem está a dividir o mundo naquele momento. Utilizando-se das relações que obtinha de proximidade como forma de manipular e continuar com a conquista. De maneira a levar a um grande e contínuo massacre das populações.

Assim a compreensão e a alteridade ficaram em último plano nos interesses de ambos os colonizadores mais citados no texto de Todorov, Colombo e Cortez. Uma das tentativas de explicar as diferenças na forma de olhar para o humano entre cosmologias opostas está no texto de Viveiro de Castro (1996), onde ele observa em sua análise antropológica os dois pontos de vista, a do indígena e a do ocidental. A "qualidade perspectiva" do pensamento ameríndio considera que as

diferentes espécies e pessoas apreendem ao mundo de maneiras distintas. Divergente de qualquer universalismo, e da cisão clássica entre Natureza e Cultura que a cosmologia ocidental emprega, bem como todo o binarismo que vêm sendo testado na tentativa de superá-lo contemporaneamente. A compreensão do autor propõe a questão do contraste sob uma nova perspectiva, se baseando no estudo das distinções que aparecem segundo a concepção das cosmologias ameríndias:

Como está claro, penso que a distinção natureza/cultura deve ser criticada, mas não para concluir que tal coisa não existe (já há coisas demais que não existem). O “valor sobretudo metodológico” que Lévi-Strauss lhe atribuiu (1962b:327) é aqui entendido como valor sobretudo comparativo. A florescente indústria da crítica ao caráter ocidentalizante de todo dualismo tem advogado o abandono de nossa herança conceitual dicotômica, mas as alternativas até agora se resumem a desideratos pós-binários um tanto vagos; prefiro, assim, perspectivizar nossos contrastes contrastando-os com as distinções efetivamente operantes nas cosmologias ameríndias (Castro, 1996 p.116)

Nestas cosmologias ameríndias, o valor humano é existente em toda criatura animal, a passagem do mundo humano para o animal, e não o contrário, é substância nítida de todo o espírito que habita a terra, seja ele, “vegetal”, “animal” ou “humano”. Assim, a humanidade presente em todos os estes, mudaria apenas a morada, que seria a forma de se relacionar na cultura pela natureza de cada corpo:

Leva-me a sugerir a expressão “multinaturalismos” para designar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias “multiculturalistas” modernas: enquanto estas se apoiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas – a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e dos significados, - a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito, e uma diversidade dos corpos. A

“cultura” ou o sujeito seriam aqui a forma do universal, “a natureza” ou o objeto a forma do particular (Castro, 1996 p.120)

Neste sentido, a própria diferença nas tradições culturais pode facilitar a visão mais maleável da presença de subjetividades e cultura em outros corpos. Ainda que sejam realidades inacessíveis, devido a física da diferença corpórea que cada ser habita ao possuir suas particularidades enquanto espécie, são vistas como igualmente importantes e poderosas. De maneira que, o respeito e identificação das diferenças tornam o corpo mais permeável para a compreensão das distintas formas do existir. Por outro lado, nas tradições ocidentais o pouco contato com a multiplicidade da subjetividade na natureza através dos corpos que são diferentes e possuem almas singulares, portanto, dificulta o próprio entendimento de que haja diferentes perspectivas que compõem os corpos a depender sua estadia na terra, ou seja, a depender das características naturais presentes nestes corpos que os fazem possuir um contato específico com o mundo irá alterar a forma de se relacionar com os outros seres e o entorno. Tal compreensão é algo inalcançado pelas perspectivas que não dominam este entendimento.

Todorov ao olhar para os colonizadores e perceber entre eles a ignorância como forma de relação monológica e realista, na condição de quem só pretendia uma única tarefa, não o diálogo, a troca, a compreensão, conclui que foi por isso que conquista predadora foi possível de acontecer. Assim como a aniquilação do ‘outro’ em sua condição cultural, simbólica e humana. Tomando seus próprios desejos enquanto a totalidade da realidade que viu a sua frente. Não capazes de compreender a diversidade das almas nativas em relação com a sua própria condição humana. O interesse que Bomfim bem relatou, a sede por invadir que ocorre na cultura parasitária que provocou todos os meios que fossem para conseguir alcançar os objetivos de dominar. Para isso, as justificativas de inferioridade das raças foi mais uma utilizada na dominação. Neste sentido, a compreensão necessária sobre como tomou forma científica os primórdios do discurso colonizador

para a construção de um movimento organizado de teorias e práticas do que se convencionou chamar de movimento eugênico, no início do século XX, será o assunto a seguir a ser debatido, com o auxílio da retomada histórica proposta pela autora Nancy Leys Stepan de como ocorreu na América Latina estas movimentações.

### **As ideias e o movimento eugenista – Raízes da medicina sanitaria.**

Nos propósitos de abordar a questão da eugenia, optei por trazer as considerações presentes no trabalho de Stepan – Hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina (2005/2014), livro da coleção história e saúde. Por compreender que o recorte utilizado pela autora contribui para os propósitos de investigação, frente a realidade da raiz científica que conviveu Manoel Bomfim no mesmo século em que desenvolveu a principal tese discutida na parte I desta dissertação, a diferença de suas elaborações ao pensar a desigualdade.

Stepan estuda o movimento eugênico entre as décadas de 1910 – 1940. Focalizando as particularidades da inserção e manifestação do pensamento eugênico na América Latina. A desigualdade social também está presente em seu debate quando revela, por exemplo, um Brasil de diferenças na utilização de recursos, sejam educacionais, sejam de saúde. A autora se orienta enquanto construtivista, e é apontada como principal historiadora dos estudos da história da eugenia (Souza, 2007).

Nancy Leys Stepan é professora de história e ciência e da medicina da Universidade de Colúmbia (Nova York, EUA) e autora de vários livros, entre os quais, *Beginnings of Brazilian Science: Oswaldo Cruz, Medical Research and Policy, 1890-1920* (1976), *The Idea of Race in Science: Great Britain, 1800-1860* (1982) e *Picturing Tropical Nature* (2001).

Como consta logo na introdução de seu livro, o movimento Eugênico – palavra inventada pelo cientista Francis Galton em 1869 – abriga ideias da disciplina genética enquanto aplicável para o controle da hereditariedade, da reprodução e do aprimoramento genético:

Em termos práticos, a eugenia encorajou a administração científica e “racional” da composição hereditária da espécie humana. Introduziu também novas ideias sociais e políticas inovadoras potencialmente explosivas – como seleção social deliberada contra os indivíduos supostamente inadequados, incluindo-se aí cirurgias esterilizadoras involuntárias e racismo genético” (Stepan, 2014, p. 9).

Com o passar dos anos, e após a segunda guerra mundial, o termo caiu em desuso na ciência, dado o horror produzido pelo holocausto em que as ideias de aprimoramento racial estavam presentes e se apresentaram perante o mundo com o máximo da combinação da ideologia biomédica e as políticas empregadas para o extermínio étnico. Todavia, em muitas outras partes do mundo essas ideias também se desenvolveram sem alcançar a intensificação do regime nazista, porém com práticas igualmente questionáveis:

Em alguns aspectos, estudar a eugenia em suas formas neonazistas pode ser mais importante porque a eugenia nazista foi tão brutal, tão excessiva e tão aterrorizadora que é tentador encará-la como uma aberração histórica. Precisamos recapturar a eugenia ordinária e seus significados sociais (Stepan, 2014, p. 13).

Precisamente, foram nos EUA onde as ideias tomaram forma antes de atingirem o auge de sua crueldade durante a experiência nazista. O país adotou práticas de esterilização em massa, com leis e julgamentos a favor dessas práticas, utilizados contra aqueles que eram considerados inaptos pelo Estado. Segundo as observações, pessoas degeneradas (com condições mentais e físicas, compreendidas como inadequadas, ou raça identificada como inferior, condição econômica desfavorável) não deveriam possuir o direito de ter descendência, e, assim, forçava-se a esterilização nestas pessoas.

Os eugenistas europeus e norte-americanos pensavam ser a América Latina uma nação de atrasados, e racialmente degenerados, não eugênicos, como vimos, desde muito antes, as ideias

germinavam e foram captadas por Bomfim, que criticou ao fato dos próprios intelectuais brasileiros não se colocarem contrários a tais aferições. O movimento eugenista da América Latina se construiu com definições próprias, motivos específicos e novas configurações de emprego da eugenia, mas partiram de noções próximas das importadas da Europa. A eugenia, seja ela de qual parte fosse, foi um movimento organizado que operou em suas próprias nações enquanto maneiras de “aprimorar” com base na “ciência” o que já era considerado “bom”, se comparando com outras localidades e povos, supostamente baseados na nova ciência genética.

Bomfim já afirmava serem distorções que se pautavam no exercício do poder. Entretanto, as contestações dele não foram suficientes para barrar a estruturação do ideal eugênico e a sua manifestação na América Latina. Como dito, ainda que tenham epicentro europeu: a eugenia não foi unitária e não pode ser indiscriminadamente apreendida:

As áreas “latinas” (termo adotado pela Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas, fundada em 1935 para referir-se à Itália, à França, à Bélgica e aos países latino-americanos) são geralmente ignoradas, especialmente a América Latina. E, no entanto, não apenas esta região, muito receptiva aos valores e ideais europeus, orientava-se pela ciência e medicina ocidentais, como foi a única área do “Terceiro Mundo” ainda pós-colonial em que a eugenia foi assumida de forma mais ou menos sistemática (Stepan, 2005, p.10).

O novo lamarckismo na América Latina, o predomínio de Lamarck na eugenia brasileira e sua contribuição para a construção de políticas públicas no Brasil – a nova genética levava ao abandono das reformas sociais por compreenderem que os efeitos sociais se limitavam ao conteúdo das manifestações genéticas. Cindindo completamente o conhecimento entre as manifestações culturais e a biologia, ou seja, a compreensão se pautava pela divisão entre a natureza e a cultura, não havendo interferência da cultura sobre as manifestações naturais, como compreendida e aceita em parte pela teoria de Lamarck.



Para os eugenistas mendelianos, ao contrário do que explica Lamarck, o controle sobre a reprodução era mais vantajoso do que o controle ambiental e transformações sociais, derivavam do conhecimento da hereditariedade genética, em que as características não sofreriam as influências antes pensadas sobre a transmissão de condições morfológicas, fisiológicas ou comportamentais.

No Brasil operou a forma híbrida, que se mesclava o Lamarckismo com as novas ideias mendelianas, o neolamarckismo compreendia os efeitos das mudanças provocadas por “vontade e escolha” e o melhoramento, quando adquirido, poderia ser passado, facilitando o progresso genético. Os eugenistas de origem no lamarckismo ou neolamarckismo, como dito, constituem a principal linha científica dos eugenistas brasileiros (Souza,2009; Stepan 2005).

A origem no neolamarckismo está mais propensa a pesar o papel do ambiente nas transformações genéticas, ou seja, no exemplo brasileiro, esta vertente foi mais utilizada para justificar as condições sanitárias, preocupada em favorecerem condições de políticas públicas na tentativa de mitigar problemas como tuberculose, sífilis, alcoolismo, transtornos mentais, e todo o tipo de condição que marcava o que a época era chamado de degenerações do homem.

Entretanto, em contextos em que predominaram as ideias de Galton – associadas mais a estudos biológicos de Mendel e Weismann, não haveria qualquer recompensa em melhorar o espaço social, já que, a linhagem era considerada mais importante para os atributos de caráter. Assim, o comportamento humano estava fadado a repetir as condições daqueles que o precederam, se a pessoa era pobre, era por ser mesmo inferior e não pelas condições ambientais onde estava. Devem-se a isto o emprego de práticas mais ligadas a eugenia negativa, que visava a eliminação das chamadas degenerações:

As técnicas mais notórias de “aprimoramento da raça” introduzidas pelos eugenistas envolviam intervenções direta na reprodução humana. Quando pensamos na eugenia, vêm-nos logo à mente esterilização humana e segregação sexual compulsórias e, até eutanásia.

Em diversos países, os eugenistas justificavam tais medidas como meios eficazes de eliminar as más características hereditária das populações humanas para assegurar o contínuo progresso da sociedade dos homens. Define-se, assim, uma eugenia negativa (Stepan, 2005, p. 105).

Muitas das principais disciplinas, desde antropologia até medicina, residiram espaços de discussão sobre eugenia. Adeptos da elite intelectual se uniam em grupos, faziam congressos e outro tipo de organização para difundirem as ideias eugênicas que se iniciava, e as práticas delas decorrentes. Tais práticas, como vimos, visavam evitar a reprodução daqueles que eram considerados inaptos para a continuidade da sociedade, em termos morais estabelecidos, todo desvio de padrão era controlado para que assim se fizesse o melhor manejo das populações evitando gastos em recursos de saúde, já que seria inútil tentar modificar a manifestação das chamadas doenças da degeneração:

Vimos que muitos eugenistas da linha weismann-mendeliana entendiam que a genética significava que a hereditariedade prevalecia sobre o ambiente e que apenas uma política destinada a reprodução – dedicada a regular a produção de uma adequação inata – seria “eugênica”. Este entendimento levou frequentemente a algo como um divórcio entre a eugenia e as políticas tradicionais de saúde pública ou de reforma social, uma vez que a ação dos médicos no cuidado dos doentes e as medidas de bem-estar social eram vistas como interferências desnecessárias na seleção natural e na eliminação dos inaptos. (Stepan, 2005, p. 93)

Para os propósitos dessa dissertação interessa saber como foram essas possíveis manifestações da eugenia no Brasil e o que isso pode nos revelar do período em que Manoel Bomfim escreveu seus textos.

Bomfim vivenciou a insurgência da ciência genética, ele próprio, muito influenciado pelas ciências naturais, devido a tradição médica na qual se formara, e por ser um intelectual atento de seu tempo. Entrou em contato com diversas teorias da nova disciplina e campo de conhecimento que estava se formando naquele período. Com as descobertas de Lamarck, Mendel e Darwin. Por outro lado, Manoel Bomfim, como poucos de seu tempo, foi capaz de revelar uma leitura muito diferente e se distanciou das ideias eugênicas, ainda que tenha se utilizado de bases científicas semelhantes.

O interessante da contribuição de Stepan é a retomada que faz sobre o assunto identificando os rumos que tomariam a corrente da eugenia no Brasil, cujas consequências sobre como agir nos efeitos do parasitismo se afastam do proposto por Bomfim. Mas o enfoque na área médica pelos sanitaristas contribuiu para olhar a construção de teorias e práticas em saúde coletiva, que paradoxalmente ajudaram a avançar na estruturação da saúde pública no Brasil. E levou a um aproveitamento e extensão dos serviços de sanitização, menos agressivas para a população, ainda que as medidas que tenham tomado tiveram origem em um pensamento de controle populacional e de mitigação dos possíveis efeitos nefastos que os eugenistas acreditavam ter a degeneração humana pelos atributos da genética da miscigenação.

Segundo a autora, a guerra simbolizou a chance de regeneração para a elite brasileira no cenário internacional, se portar enquanto disponível e disciplinado mostraria a capacidade dos brasileiros de integrarem a civilização ocidental, honrando com sua ordem, prontidão perante a nação brasileira.

O nacionalismo muito presente nesse pensamento sustentava os desejos de se fazerem perceber na sua retomada republicana, dado que o país enfrentou neste período a decadência do império e da monocultura escravocrata para adentrar ao cenário das migrações, principalmente italianas como preferenciais ao trabalho assalariado nas fazendas de café.

Já os antigos escravos, sem ocupação e sem qualquer ajuda, ou permaneciam em regime análogo a escravidão, quando não contavam com a “boa ação” de seus antigos donos, que na verdade os abrigavam em troca de serviços mal remunerados.

Mas a elite parecia preocupada em manter uma posição de vantagem para permanecerem com seus acordos comerciais. O ponto de discussão que reflete os ideais de manutenção de privilégio tende a preferir o pensamento eugenista e racista nas bases sociais da fundação brasileira, algo que será contestado pelo autor Manoel Bomfim.

Em Bomfim, o conservadorismo e a manutenção dos privilégios evitam a construção de um Brasil mais igualitário através da educação de qualidade. Por este ponto, toda a ideia de inferiorização seja do indígena, do negro ou do mestiço se findam nessa permanente sustentação dos privilegiados pela parasitação do meio. Sendo mais vantajoso para este discurso criar uma justificativa pelo controle biológico das populações e não na reforma ou transformação das condições sociais que podem estar envolvidos no processo de adoecimento da população. Os efeitos do parasitismo que Bomfim traz em seu trabalho visam exatamente contribuir com o debate proporcionando argumentos que demonstram que o problema se assenta nos efeitos das contradições presentes durante a invasão e exploração.

Bomfim, traz nova narrativa para responder as condições sociais precárias, negando as ideias de origem da eugenia, algo que foi mais bem dissertado no capítulo um desta dissertação. E que, por outro lado, o levou, em um segundo momento, a um oposto argumentativo, da miscigenação positiva e da construção de nação brasileira pautada nessa suposta unidade total através da mistura de raças, muito anterior aos outros autores contemporâneos que também trouxeram, como por exemplo “o homem cordial” de Sergio Buarque de Holanda, ou mesmo da ideia de democracia racial.

Esta crítica revela que ainda que tenha negado o discurso racial das raízes eugênicas no Brasil, enquanto vertente negativa da constituição brasileira, o autor optou por outro caminho sem as devidas considerações críticas, muito possivelmente por se deixar levar, em parte, pelo espírito republicano de sua época. Embora, em seu sentido de nação unida a revolução tenha sido a solução por ele estabelecida, contrastando novamente o conflito típico do momento em que vivia, as críticas descoloniais que são mais recentes, serão aquelas que questionaram com mais veemência sentidos como nacionalidade, nação e termos cujo teor remete a unificação monológica, que reduz as expectativas diversas, o tensionamento interno e os interesses políticos envolvidos no próprio processo de constituição nacional.

Retomando os aspectos históricos do movimento eugênico, as formas sustentadas pelos acadêmicos da época para angariar o prestígio estavam sustentadas pela construção de conhecimentos que se pretendiam se ancorar na ciência, base da sustentação da sociedade moderna ocidental. Para ser considerado civilizado, era importante saber falar dos discursos científicos correntes, estar por dentro das inovações científicas e produzir algum conhecimento de mesmo valor.

A sociedade Brasileira de Ciências teve sua fundação em 1916. A medicina estava entre a mais prestigiada disciplina (ainda goza de elevado status, embora o avanço de outras disciplinas na área da saúde tenha obtido sua valorização, é histórica a centralização do cuidado em saúde no saber médico) devido ao advento das descobertas no campo da bacteriologia, onde o controle de epidemias parecia se tornar cada vez mais possível (Stepan, 2005, p.51). Além disso, as ciências biológicas e o darwinismo pareciam oferecer uma alternativa as ideias religiosas de formação do mundo, pois, concatenavam com uma vertente progressista que se alinhava aos ideais iluministas.

Se incorporando as bagagens intelectuais de seus adeptos para lançarem mão do evolucionismo no sentido da evolução que a elite pretendia concordar, com as bases morais aceitas

por ela no que dizia respeito a propriedade privada, ao casamento, a religião, a política liberal conservadora e outras instituições e preceitos de origem nas recentes revoluções burguesa e revolução industrial. A engenharia da ordem, a eugenia, era o grande trunfo de esperança da Elite na tentativa de forjar uma nação mais homogênea, produtiva, capaz de guiar as transformações modernas para cada vez mais longe no intento dos avanços econômicos pretendidos. Por outro lado, a diversidade brasileira, que foi vista na Europa como um grande problema para a construção da civilização ocidental na América Latina, nem sempre foi vista com maus olhos. E chegou a ser idealizada como uma possibilidade de construção da identidade singular brasileira, como no caso do revisionista Gilberto Freyre (1900 - 1987), autor que retomamos com a discussão de Jesse Souza, mais a diante, mas também citado por Stepan (2005, p.54).

Freyre viu na questão da mistura uma potencialidade para a população e não um revés. Entretanto, não era unanimidade que a miscigenação não era de fato um fator limitante para o progresso, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), fundador da disciplina de antropologia científica no Brasil, possuía a visão pessimista, ressaltando as raízes negras e a conseqüente transformação do país em um país de população negra. Ele via nas raízes africanas o fim da construção de uma civilização branca:

Especialmente após a abolição da escravatura, em 1888, a ciência foi cada vez mais usada – como o fora na Europa desde o iluminismo – para definir até que ponto a “natureza” limitaria a igualdade social e política da nova república em relação aos negros e mulatos. Raimundo Nina Rodrigues, fundador, na década de 1890, da nova antropologia científica no Brasil – uma antropologia centrada na questão da raça e que se valia das novas técnicas da antropometria –, era quase tão pessimista em sua visão quanto os mais inflexíveis críticos do Brasil. Seus estudos antropológicos revelaram-lhe não uma nação em construção branca,

“civilizada”, mas um tipo complexo, multirracial, heterogêneo, que não forjara nenhum tipo étnico singular e estável, e cujo futuro previsível era etnicamente negro (Stepan, 2005, p. 54)

Além das ciências sociais, como dito, outra área interessada na eugenia, se não a mais, foi a medicina. A medicina na época era uma das vertentes de entrada para a sociedade culta e produtiva para a produção científica, além de áreas como farmácia e direito. Com a circulação das ideias acima retratadas. Nina Rodrigues, citado no parágrafo anterior também teve sua formação de origem na área médica, muito comum que os literatos partissem desta ordem do conhecimento.

O grupo de médicos eugenistas se organizou em associação em 1918 na Cidade de São Paulo. Contava com poucos participantes, porém de fina estirpe, o que considerando o número de pessoas com educação superior na época poderia ser quase que toda a sua totalidade.

Os principais temas a serem debatidos nas reuniões eram – alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose, higiene mental (termo hoje substituído por saúde mental) e outros que em alguma medida estivessem relacionadas as pautas de “purificação” e “higienização” das características da população brasileira: “Paralelamente, à medida que cresciam as expectativas quanto ao controle de enfermidades, as doenças mais frequentemente associadas à pobreza – tuberculose, infecções venéreas, alcoolismo – forçavam a expansão das fronteiras do conhecimento médico e social” (p.51-52).

Ao contrário das nações europeias, cujo teor característico das teorias eugênicas empregavam mais o uso das teorias mendelianas e de weishdish, levando a um apartamento da noção de saúde pública empregada pela eugenia, na América Latina essa atribuição esteve presente. Aqui, os eugenistas brasileiros afirmavam que ambos: ambiente e genética, estavam conectados, assim, eram necessárias ações para prevenção da influência de um sobre o outro, mas a ordem do fatores ambientais não se atribuía as causas sociais, mas sim puramente sanitaristas.

A eugenia preventiva distinguia-se da eugenia positiva, a primeira preocupava-se em incentivar a reprodução dos adequados apenas, na vertente preventiva integravam-se as atitudes em prol do melhoramento das condições sanitárias evitando a degeneração pela dispersão de doenças e maus comportamentos. Já eugenia negativa, retomando, preocupava-se em eliminar a reprodução dos inadequados.

A visão eugênica no Brasil veio questionar firmemente as ideias que os europeus faziam da situação climática, eles faziam acusações de que o problema da degenerescência, além de estar ligada a raça, estaria também ligada ao calor, ao clima das regiões ao sul do globo. Aliando ao clima tropical a degeneração e a incapacidade da raça branca de sobreviver nestes ambientes, estas afirmações acabavam interferindo nos interesses de branqueamento da sociedade brasileira pela abertura às migrações:

Operava dentro da medicina, um esforço para residir às afirmações do exterior de uma degeneração inerente brasileira, e para recuperar a identidade original do país como local de salubridade tropical. Essa tese de aclimatação branca e saúde climática forneceu o perfeito arrazoado científico para a imigração branca, algo que as elites, de orientação europeia, desejavam ardentemente, na esperança de “branquear” a população brasileira (Stepan, 2014, p.96).

Assim, os esforços por provarem o contrário foram no sentido de promover as práticas de higiene populacional, enfrentando doenças endêmicas e epidêmicas, consideradas típicas para a região. A ação promoveu crescimento de centros de estudos epidemiológicos no país, nomes como Carlos Chagas e da criação do instituto Butantã em 1899. Inicialmente as ações sanitaristas estavam intimamente atreladas aos propósitos eugenistas, principalmente para levar o padrão cultural a aumentar com vistas a melhores condições de saúde:



De fato, muitos higienistas interpretaram inicialmente a nova eugenia como não mais do que um novo ramo da tradicional higiene pública. Daí, por exemplo, a insistência de Olegário de Moura, vice-presidente da sociedade Eugênica de São Paulo, em dizer que ‘sanear é eugenizar’. Ele afirmava que saneamento era a mesma coisa do que algumas pessoas chamavam ‘eugenia’, acrescentando que, para entendimento público, melhor seria chamá-la saneamento, apesar de a palavra ‘eugenia’ ser ‘cientificamente’ melhor. Ele próprio fazia correspondência entre as duas da seguinte maneira: ‘saneamento-eugenia é ordem e progresso’. Esta ampla congruência entre eugenia e saneamento refletiu-se, também, em muitos outros movimentos latino-americanos. (Stepan, 2005, p. 97)

Stepan (2005) retrata a guerra na utilização da biologia e da ciência com propósitos morais criticados por Bomfim, tais propósitos visavam diminuir a nação brasileira, segundo o autor. A eugenia foi o produto do que Bomfim vinha criticando, mas que ganhou cenário ao se estabelecer como uma construção teórica em um movimento, cujos agentes gozavam de prestígio e posição social elevada. Os permitiram divulgar suas ideias e formalizar todo um conjunto de práticas com base nestes ideais.

### **O Reconhecimento da Questão da Escravidão na Desigualdade Social.**

O presente tópico se desdobra da leitura e das reflexões propostas por Jessé Souza, graduado em Direito pela Universidade de Brasília (1981), mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (1986), doutor em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha (1991), pós-doutor em filosofia e psicanálise na New School for Social research de Nova Iorque, EUA (1994-1995) e livre docente em sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha (2006). Realizou diversos estágios pós-doutorais e, como Professor visitante, na Universität Bremen, Alemanha (1999-2000). Escreveu como autor e organizador 27 livros além de mais de 100 artigos e capítulos

de livros em diversas línguas, sobre teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo<sup>10</sup>.

Segundo Souza (2017), para pensar a estrutura social historicamente construída no Brasil, devemos retomar às origens do pensamento de classe. Souza constrói sua tese baseando-se em autores, sociólogos, historiadores e literatos da cultura paulistana, destacando São Paulo como importante centro econômico do Brasil, desenvolvedora de uma elite forte, detentora de muitos bens, incluindo os meios de comunicação. A criação de uma elite intelectual, entre outros fatores, ocorreu por uma necessidade emergente dado o crescimento urbano e da administração da vida pública se tornar mais complexa. Além disso, por uma necessidade de sustentação dos conteúdos simbólicos, que pudessem ser propagados nos meios de comunicação para a classe média, também emergente. Sendo assim, as análises sociais do Brasil, que foram feitas pelos intelectuais, visavam difundir uma cultura dominante a respeito de uma identidade Brasileira e a origem de seu Estado.

Em sua crítica, Souza pretende resgatar a importância de considerar a luta de classes e a origem escravocrata, como centro que ceifa tanto o progresso da democracia, a Elite intelectual que ele critica, embora pareça ser uma renovação, na verdade, acaba por não revelar nada de realmente novo, e fazer a manutenção da sociedade até então vista. Propõe, deste modo, a diferenciação da classe média, que por obter maior capital cultural seria a responsável por difundir intelectualmente os valores dominantes da elite.<sup>11</sup>

Segundo o autor, a sociedade de classes brasileira se sustenta com uma particularidade, seu anterior sistema escravocrata. No Brasil, o último dos países que aboliram a escravidão, não houve de fato uma sistemática reparação nas desigualdades para os escravos libertos, de maneira que, o

---

<sup>10</sup> Informações retiradas do Currículo Lattes

<sup>11</sup> Em seu livro *A Elite do atraso* (2017) Jessé Souza irá abordar a divisão de Classes sociais no Brasil moderno, a partir da página 73, sobre as classes sociais e suas particularidades na teoria social de Jessé Souza, ver também – *A ralé de novos escravos* (2000) *A classe média no espelho* (2019).

quadro de desigualdade se estende até os dias de hoje, com uma maioria da população negra vivendo em situação de pobreza, por isso, ao relatar os problemas que advém das diferenças de classe, é necessário estar em texto a também a distinção racial perpetuada pelo distanciamento entre colonizadores e escravizados, negros e indígenas.<sup>12</sup>

Como visto em Stepan (2005), as tentativas da redução da desigualdade se sustentou, principalmente, nas práticas sanitaristas e do embranquecimento da população com a chegada de novos imigrantes brancos e assalariados para consolidar uma população mais “europeizada”, as ações contra as doenças vieram no sentido de mitigar os problemas enfrentados em decorrência da pobreza populacional, no sentido de mostrar que alterando-se as condições ambientais alterar-se-iam também as condições sociais dos então mestiços brasileiros, melhorando a capacidade de modernizar o país a partir de tais medidas, e no sentido conferido pelo Neolamarckismo eugenista brasileiro.

Seguindo essa breve retomada, o autor tensiona as teorias sociais, como mencionado. Primeiramente, com a exposição de Gilberto Freyre, por compreender a iniciação da virada culturalista<sup>13</sup> a partir de suas obras, a saber: Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos. Freyre, segundo Souza, resgata na origem cultural portuguesa e seu tipo de escravização moura um diferencial no trato para com os escravizados brasileiros, que seriam “considerados da família”, outra forma particular da afetividade seria por meio de uma relação sadomasoquista entre senhores e escravizados. O que figuraria também em Freyre uma análise social-psicológica.

---

<sup>12</sup> Em recente Podcast disponível pelo Spotify – A mulher da casa abandonada da Folha de São Paulo pelo jornalista investigativo Chico Felliti, traz à tona o caso de Margarida Bonetti, uma brasileira que fugiu dos EUA após a descoberta de que ela e seu marido mantinham uma mulher em regime análogo a escravidão com maus tratos diários, o episódio 5 narra outros casos recentes de descoberta da escravidão contemporânea no Brasil.

<sup>13</sup> O termo aqui compreende a passagem das teorias racistas e eugênicas que estudamos acima, para o emprego de ideias culturais como argumentos científicos que sustentam as teorias sociais no século XIX, entretanto, para Jesse Souza, trata-se de uma falsa ruptura com o racismo científico, pois, sustenta ideias de superioridade moral baseadas na civilização europeia ou estadunidense. Além disso, sua origem também se baseia em autores neolarmackistas estudados e referenciados no trabalho de Gilberto Freyre.

A estrutura familiar patriarcal, construída com base na figura central do Patriarca seria onde o componente sadomasoquista apareceria:

É precisamente como uma sociedade constitutiva e estruturalmente sadomasoquista – no sentido de uma patologia social específica, onde a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais – Gilberto Freyre interpreta a semente essencial da formação brasileira (Souza, 2017 p.59).

Em Sobrados e mocambos, avalia Souza, que a lógica patriarcal passa a ser contestada, primeiro com a crescente modernização e urbanização, em decorrência principalmente da chegada da coroa portuguesa, e ao passar dos anos com abolição da escravidão. Assim, o mandonismo privado vem a ser cobrado por uma maior influência da presença do Estado:

Esse processo, que é a vinda da família real português ao Brasil veio consolidar, já estava renunciando na descoberta das minas, na presença de algumas cidades coloniais e de expressão, na necessidade de maior vigilância sobre a riqueza recém-descoberta e no maior controle, a partir de então, sobre o familismo e mandonismo” (Souza, 2017, p.59).

Essa virada no cenário propicia um começo da diminuição do poder do patriarca, que deverá seguir novas ordem advindas do Estado, aplicados a todos e inclusive a elite social:

O sistema social passa a ser regido por um código valorativo crescentemente impessoal e abstrato. A opressão tende a ser exercida cada vez menos por senhores contra escravos, e cada vez mais por portadores de valores europeus, sejam eles de qualquer cor – efetivamente assimilados ou simplesmente imitados -, contra pobres, africanos e índios (Souza, 2017 p. 60).

Por imitados, Souza retoma a questão do embranquecimento dos costumes, tornar o mulato ou o negro recém alforriado cada vez mais útil para a construção da sociedade civilizada nos moldes

européus. Portanto, pertencer a nova cultura, partilhar mesmos gostos de práticas e conhecimentos. Um processo de legitimação, segundo o autor, que passam vestimentas, de falar, de se portar publicamente, presentes também na observação de Gilberto Freyre, entretanto, Souza aponta para a possibilidade de autonomia frente a criação de um mercado incipiente e de instituições fundamentais, ainda que não impeçam o distanciamento da base e o acesso de grande parte da população. Nessa situação nova a divisão de classes se vincula a uma classe média, em uma posição hierárquica social mais avantajada pelo acesso ao capital cultural a postos de trabalho e renda. Mais à frente, estarão alguns aspectos teóricos empregados por Souza para as conclusões a respeito dessa distinção principalmente no que diz respeito ao que ele nomeia como Ralé de novos escravos:

A formação incipiente dessa classe no século XIX já aponta para um mecanismo de distinção social que só iria se tornar mais importante com o tempo: a distinção com relação aos de baixo. Desse modo, o processo de incorporação do mestiço à nova sociedade foi paralelo ao processo de proletarização e demonização do negro. Tanto o escravo quanto o pária dos mocambos nas cidades era o elemento em relação ao qual todos queriam se distinguir. Note o leitor que aqui já temos também a pré-história daquela classe que chamo provocativamente de “ralé brasileira”, para denunciar seu abandono. A única diferença hoje em dia é que essa classe é composta por negros e mestiços de todas as cores, mostrando que a antiga “raça condenada” se transforma e “classe condenada” (Souza, 2017, p. 42).

Pensar em uma sociedade menos desigual vai para além de pensar na distribuição de renda entre a população, como visto pelo desenvolvimento do texto acima, a desigualdade se pensa através de um recorte histórico e das relações desenvolvidas entre os agentes de uma sociedade. Para além da ideia de uma maior distribuição de renda, refletir sobre o reconhecimento da diversidade da população brasileiras, suas diversas origens, sua construção histórica e social pertencente a cada pessoa que dela fez ou faz parte.

O reconhecimento histórico e cultural é preciso para pensar de onde viemos e para onde podemos ir. Neste sentido, a diversidade ajuda a pensar na direção de uma sociedade mais inclusiva e menos silenciadora e opressora. O validação do sujeito passa pelo olhar do outro que o considera na sociedade enquanto cidadão, capaz de produzir na sociedade, mostrar suas qualidades.

É a partir de então, que entre os outros, em vias da intersubjetividade, a pessoa poderá obter reconhecimento e dignidade perante a esta sociedade, assim, se reconhecer como parte desta construção social e poder produzir em retorno a mesma. Porém, como ressalta Souza (2000) em seu artigo sobre a teoria crítica do reconhecimento, durante o processo de reconhecimento ocorrem conflitos de interesse. Desta forma, se por um lado encontram-se sujeitos interessados em serem reconhecidos, por outro existem sujeitos cujos grupos dominantes possuem o reconhecimento e o poder de negar o reconhecimento aos demais grupos ou de aceitação perante a tensionamentos causados, ou seja, a depender das pressões efetuadas e advindas dos grupos minoritários por um maior reconhecimento de suas identidades.

Como vimos, para Manoel Bomfim, as narrativas sobre as condições do Brasil eram legitimadas pelos europeus, principalmente o colonizador português, que na época viam o Brasil como um povo atrasado devido a concepções racistas, como não reconheciam o papel nem da escravidão, nem da exploração dos recursos pelos mesmos, tendiam a observar o fenômeno pela ótica eurocêntrica. Assim foi também a história que perpassada por gerações no Brasil, se negou o processo de colonização e sua responsabilidade na condição de violência contra as populações que aqui residiam. Bem como, na construção de monumentos que escondem a realidade da história que seria contada pela visão dos que foram invadidos.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Nos últimos anos vemos surgir movimentos que reconhecem a gravidade da presença de tais monumentos públicos e pedem pela retirada ou substituição deles por outros que retomem nomes importantes na história e que sejam mais representativos.

A luta por reconhecimento articula-se nas ideias e nos sentidos presentes e disponibilizados na linguagem, em vista que somos uma sociedade construída com base na comunicação, permitindo a troca comunicativa das pessoas e entre grupos, produzindo novos sentidos e gramáticas do reconhecimento que possibilitam, ou não, a depender dos acordos pactuados, a aceitação coletiva de determinadas ideias. A aceitação maior ou menor deve-se em grande parte a adesão ao que já faz parte da estrutura de reconhecimento daquela sociedade. Bomfim (1923) Afirma a importância do conhecimento da história para além de conhecer as nações e seus caminhos, mas também para chegar mais perto dos processos de atividade psíquica.

Desta forma, quando ao surgimento de uma sociedade racionalista como as que foram moldadas pelo avanço da colonização ocidental, a validação maior do campo da razão e um predomínio da mente sobre o da afetividade promove uma menor possibilidade da compreensão das categorias de formação de subjetividades que estão aliadas ao corpo e a afetividade. A desclassificação do uso predominante do corpo no trabalho. A exemplo disto, a raiz da escravidão no negro e da prostituição na mulher, ou ainda, da ligação do corpo feminino com a natureza e a maternidade, produzem desvalorização, estigmas, preconceitos para com estas formas de estar no mundo, e dos corpos associados a estas práticas.

Assim, tanto a disciplina e o trabalho intelectual serão valores positivos e reconhecidos perante a sociedade como características desejáveis e mais presentes em alguns segmentos da sociedade. Souza (2000) retoma a ideia de self pontual Tayloriana e a valorização do uso do self pontual para a criação da vida cotidiana. Para Taylor, configurará a moral que predomina hoje, a partir do que foi a revolução protestante: “O tema da vida cotidiana está em oposição à concepção platônica ou aristotélica, que exaltavam a vida contemplativa por oposição à vida prática.” (Souza, 2000 p. 144).

A virada valorativa referida por Taylor, segundo Souza (2000) atribui um maior reconhecimento social do uso prático e que confere apreço a vida cotidiana mais do que a vida contemplativa. maior valoração do regime contratual mediando as relações pessoais, desvalorização da antiga hierarquização pelo sacramento, presentes na antiga ordem pela igreja. Segundo ele, deve-se a esta virada o princípio fundante da democracia mediando a vida cotidiana, a igualdade sugerida universalmente pela contratualização e capacidade de uma mediação por outros meios, rejeitando a ordem de uma relação estabelecida por vias da sacralização:

O princípio da vida cotidiana tem a ver com o potencial democrático da revolução ocidental, posto que implica os ideais de igualdade e da benevolência com relação aos outros homens. Essas são conquistas irrenunciáveis para os indivíduos modernos. Em seus textos mais recentes, Taylor vai chamar o conjunto de ideias que se articulam nesse contexto de princípio da dignidade. Dignidade vai designar, portanto, a possibilidade de igualdade tornada eficaz por exemplo nos direitos individuais potencialmente universalizáveis. Ao invés da honra pré-moderna, que pressupõe distinção e privilégio, a dignidade pressupõe um reconhecimento universal entre iguais.” (Souza, 2000 p 145)

As pessoas passam a se relacionar com base nas institucionalizações contratuais, que moldam o novo jeito de ser, mais guiado pela responsabilidade prática, e devido aos deveres cidadãos na constituição da vida cotidiana. Sendo que a vida reconhecida é aquela capaz de se guiar de maneira mais eficiente possível, com o controle de si, de seus impulsos, da natureza e do caos por ela provocado. Como vimos com Figueiredo, trata-se de uma origem disciplinadora e liberal dos costumes da modernidade.

Também discutimos com Figueiredo a polaridade romântica, que se situa neste interesse de levantar a condição de produção e criatividade singular. No expressivíssimo notamos a retomada da valoração do interior no polo dos sentimentos, da afetividade e da experiência corporal no mundo



para moldar a nós como indivíduos em uma nova direção moral, mais aliada a relação de uma busca interna emocional e relacional.

Tal originalidade só pode ser percebida no seu contraste dialógico e diferencial com o outro, de maneira que só podemos nos perceber indivíduos a partir da coletividade que nos antecede, e da internalização dos “outros significativos”<sup>15</sup> que nos constituem enquanto eu. Desta forma o estudo pelo reconhecimento social na sociedade é um esforço por pensar como intersubjetividade que se constitui dentro da dinâmica da luta por reconhecimento possibilita aos grupos sociais diversos, que constituem as sociedades contemporâneas em sua diversidade e especificidade, alcançam a aceitação cultural sobre as determinações dominantes e anteriormente aceitas e elaboradas (Souza, 2000).

Considero, a partir disso, que o reconhecimento do outro bem como o reconhecimento mútuo será possível na medida em que as forças estejam equilibradas na luta por reconhecimento, capazes de dialogar e aceitar o valor do outro perante a sua aceitação recíproca. Neste sentido, vejo bastante semelhança no uso do termo alteridade conferido na introdução deste trabalho. Na reflexão de Todorov (1983/2019), o olhar construído do colonizador sobre os povos originários o impediu de ter o reconhecimento recíproco, e por isso, a sua ação de extermínio foi concretizada. Atualmente, se reconhecem por iguais na nossa sociedade os sujeitos que fazem parte de um mesmo contrato, a um exemplo da constituição federal nacional e aos direitos humanos universais, sendo submetidos às mesmas leis e possuidores dos mesmos direitos, autonomia necessária para escolher racionalmente entre as normas estabelecidas e os direitos reconhecidos nacionalmente, entretanto, só isso não parece bastar para que o reconhecimento de todos esteja garantido.

---

<sup>15</sup> Outros significativos é um conceito formulado por George Herbert Mead.

A autonomia por si só não será suficiente para garantir o reconhecimento e a valoração social no sentido tayloriano que estou trazendo aqui, segundo a interpretação de Jessé Souza. Aquilo que é valorizado socialmente aumenta as chances de uma aceitação do reconhecimento social. Portanto, a realização individual ancorada ao sentimento de admiração social e desempenho partem de conceitos e valores existentes no campo social. Conferindo dignidade ao seu portador, a sociedade igualitária vai reconhecer o valor diferencial das pessoas e suas diferenças e permitir a competição ao mesmo sentido de limitar a concorrência para delimitar oportunidades e a aceitação de normas mais justas que reafirmem as diferenças e não as escondam. A consequência benéfica do reconhecimento da diferença é reafirmar uma identidade cultural e evitar perpetuar a violência simbólica que pretende apagar a diferença, quando esta diferença é tomada não para distinguir mais aptos ou não, mas para perpetuar as desigualdades.

Quando não ocorrem os reconhecimentos e a atribuição de dignidade para todos os grupos e pessoas, são estabelecidas as relações de poder, desiguais entre as pessoas, somando-se a este fato a questão da desigualdade econômica, a diminuição do outro pelo sentimento de menor valor perante o que propõe o conjunto de valores atribuídos em uma sociedade, para que se alcance o ideal de homem. A dupla marginalização social decorrente destes fatores.

Em outro artigo, Souza (2004) argumenta como, ao contrário do que muitos esperam, a gramática do reconhecimento no Brasil ocorre pela naturalização da desigualdade no sentido de promover subcidadania e menos pelo reconhecimento das diferenças como outras formas de habitar que são igualmente dignas e merecedoras de valor e oportunidades mais justas.

Este reconhecimento é feito às avessas pelos valores científicos e intelectuais criados para justificar o suposto atraso brasileiro em vias de conceitos tais quais: personalismo, familismo,

patrimonialismo<sup>16</sup>. Souza se manifesta contrário a estas noções enquanto responsáveis pela pré-modernidade brasileira, pois, segundo o autor, o Brasil se modernizou, sendo a partir desta modernização que foram criadas as argumentações naturalizadas do Brasil pré-moderno, atrasado, que acaba por ser utilizado enquanto uma narrativa que naturaliza as desigualdades sociais no Brasil.

A naturalização da desigualdade, ao contrário do que se pode supor, ocasiona a produção e a manutenção deste estado desigual entre as pessoas, pois nega o componente simbólico e cultural por trás da produção social da desigualdade. Nesta perspectiva a igualdade só é de fato alcançada se existe uma internalização da dignidade como pertencente ao conjunto da sociedade e da vida cotidiana.

A crítica de Souza, assim como em Bomfim, contraria a antiga noção de raça enquanto origem da questão desigual no social, ao pontuar a condição de exploração enquanto fundamental para impedir o desenvolvimento de habilidades necessárias na sociedade moderna. Tal sociedade foi construída através do uso do trabalho escravo em seus primórdios, e que ao passar por sua modernização e exigir o desempenhos de uma mão de obra mais especializada em diversos campos com a origem do estado republicano, por exemplo, cargos públicos, administrativos na indústria, na imprensa, entre outros postos de trabalho que seriam distribuídos para os letrados de origem abastada, não proporcionou as mesmas condições de desenvolvimento para todos, além de oferecer uma educação que por vezes repete o padrão missionário que impede a autonomia e o pensar crítico.

Assim, muitos dos escravizados, parasitados, enfraquecidos, permaneceriam na condição menos favorável para conseguirem obter o necessário para sua sobrevivência. Essa leitura se baseia

---

<sup>16</sup> Estes conceitos empregados por Jessé Souza para reatualizar as formas de construir a narrativa sobre as condições da população brasileira, foram termos utilizados pelos sociólogos: Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e Roberto da Matta e Gilberto Freyre. E estão presentes para discussão em diversos livros escritos pelo autor.

mais na condição social construída e estruturada para retratar as dificuldades de ascensão, a permanência da desigualdade, considerando-se que se trata da realidade da origem da grande maioria populacional. Portanto, não seria de admirar o “atraso” no “progresso” esperado para a modernização brasileira, na leitura de Jessé de Souza, já que se trata de algo programado e permitido pelas Elites.

Bomfim, tendo em vista seus escritos, estaria de acordo com a crítica proposta contemporaneamente, porque, assim como ele o fez, Souza estabelece a diferença na condição da relação entre a classe trabalhadora e suas diversas origens históricas e o parasita/colonizador versus parasitado/escravizado, que irá se aproveitar do baixo conhecimento e desenvolvimento cultural da população, dentro da estrutura de administração de vida criada por ele, com a lógica da exploração e da obtenção do lucro, para propor postos de trabalho mal remunerados e ainda abusivos, fazendo crer ao parasitado que deve aceitar o proposto, sem questionar.

Além disso, os escritos de Souza, complementam com sua proposta de desenvolvimento educacional, sendo que o sentido proposto de Bomfim também está presente a necessidade de questionar a exploração, além da questão pragmática do desenvolvimento profissional. Para a criação de consciência que mobiliza a uma mudança da dinâmica da relação que tem sido a continuidade da realidade da desigualdade.

As questões até aqui tratadas foram na direção de permitir um maior debate sobre a complexidade da construção do pensamento de Manoel Bomfim, a época em que fala, abordando o tema que propõe diante da realidade brasileira e da América Latina durante a república velha, em diálogo com uma elite intelectual conservadora. Bem como, propor uma atualização deste debate com as mais recentes teorias a respeito da condição social e do Brasil. Retorno a seguir com as contribuições em diálogo com a psicologia cultural de Valsiner. Que irão retomar para fechar com as considerações a respeito de como estes temas podem contribuir com o avanço do debate na

psicologia cultural e vice versa, como o que tem sido proposto pelo campo de saber da psicologia cultural ajuda a compreender os processos envolvidos e abordados por Manoel Bomfim de muitos anos na história da psicologia.

### **Parte III**

#### **Valsiner e a Analogia do Sistema Imunológico – Em Diálogo com a Metáfora do Parasitismo de Manoel Bomfim.**

Valsiner se formou na Universidade de Tartu em 1976 na Estônia e concluiu seu trabalho de pós-graduação em 1979. Trabalha como cientista do desenvolvimento que se interessa pela organização cultural de processos mentais e afetivos no desenvolvimento humano e professor na Universidade de Clark desde 1997, é afiliado ao programa em Comunicação e Cultura, também é pesquisador da história da psicologia. Ganhou o Prêmio Alexander-von-Humboldt de Pesquisa na Alemanha em 1995, e é afiliado a grupos de pesquisa no Brasil, Holanda, Austrália e Estônia. Ele está ativamente envolvido na FQS: Fórum Qualitativo Sozialforschung. É editor fundador (1995) da revista Sage, *Culture & Psychology*. E do Manual de Cultura e Psicologia de Oxford (2012). Também é Editor-Chefe de Ciências Psicológicas e Comportamentais Integrativas (Springer, 2007).

Segundo Valsiner (2002) o self tem suas formas de relações dialógicas e autorregulação semiótica no self, a dialogicidade está direcionada para as relações elas mesmas que mantém entre si dinâmicas próprias de reagrupamento pelas trocas entre o ambiente e o self dialógico. O que permite a estabilização e a mudança dentro do campo de forças onde o dialogismo ocorre. O Self dialógico atua em dois domínios, intra-psicológico e inter-psicológico, sendo que pessoa irá atuar em diálogos consigo mesma e diálogos com os outros, imaginários ou não.

Outra forma de compreender a criação de sentidos está expectada na catálise de sentidos pelo self dialógico, que produz caminhos semióticos para a ação. E serão conforme cada pessoa irá compreender o que cabe aos atos e papéis que desempenha na sua vida que ela irá dialogar entre o

seu self interior e as posições de outros selfs. Assim, contribuindo para o seu self social, sua identidade social, e orientada pelos valores que acredita fazer parte. Uma das funções do Self o permite sintetizar suas ações para o orientar nas suas futuras ações, o que pode ou não gerar novas catalises, novos subprodutos, e novas sínteses quando em tensões com os outros selfs, sejam estes internos ou externos.

Por outro lado, Valsiner (2002) pontua que uma necessidade básica do self dialógico é manter estabilidade nesta dinâmica, quando entra em contato com a ambivalência, por oposições de valores, constatações, o sistema tende a entrar ou em processo de esquecimento para atenuar a tensão, ou proliferação das partes do sistema, transformando-as em subpartes: “A dinâmica de estabilidade do self é um estado temporário que se move para uma forma de instabilidade” (p.259). Das formas como se dão essa dinâmica a forma ‘dominante’ é a que mais se aproxima da característica do discurso eugênico e do sistema parasitário que vimos durante o trabalho.

Trata-se, segundo Valsiner, de um processo que subjuga a oposição e se sobrepõe a ela, uma forma extrema é a expropriação da voz oposta levando a monologização do self dialógico. A dominação também se apresenta pela ventriculação do discurso, quando uma voz fala por outra, toma seu lugar de fala e a oportunidade de sua posição no diálogo, seria uma forma parasitária de controlar as vozes para se expressar.

Do dialogismo presente no self-dialógico formam-se os labirintos infinitos do self (Simão e Valsiner, 2007). Aqui, o self só pode ser entendido como tal, pois se cria e transforma através da relação com o estranho, se percebe em um ponto entre o eu e o outro. Mas o "eu" cria o outro e é afetado por esse outro que presume ser aquele que se relaciona. Presume, pois, não há como fechar o outro em nossas próprias suposições sobre ele. Desta forma, o self cria o outro imaginado, mas também sofre alterações quando em contato com este outro e revela sua transformação pelo

fenômeno da alteridade. Assim que há quebra nas expectativas estas alterações vão sendo reformuladas pelos selfs.

Segundo Simão e Valsiner (2007), as investigações a respeito da outridade se polarizam entre isolamento e inseparabilidade da relação, ambas se constituem em formas de se relacionar que impedem a formação da alteridade, pois não há nelas a abertura necessária para que ocorra a troca.

Destas duas manifestações, originam-se a posição dogmática e eclética, onde as diferenças são negadas e achatadas. Tornando-se difícil a aproximação dialógica. As duas formas de discutir a outridade esbarram na condição de constituição da alteridade e da relação propriamente dita, se por um lado os selfs estão separados, e conseqüentemente isolados, então, não há diálogo, muito menos uma relação de alteridade consolidada. Se por outro, os selfs se fundem, a inseparabilidade também torna a alteridade impossível de se construir, já que a fusão impede a ocorrência da diferenciação, da tensão e da estranheza, característica da relação com o outro.

Para uma aproximação mais proveitosa do fenômeno da relação Eu-Outro, o entendimento que a autora propõe está baseada na filosofia de Lévinas que estabelece o eu estar em face do outro, em uma aproximação, ao mesmo tempo que não completa. O que evita a ideia de fusão entre os espaços subjetivos, mas permite que estejam em contato (Simão & Valsiner, 2007).

Outra maneira de compreender, esta pautada na noção de separação inclusiva, feita por Valsiner e que a autora também se refere em seu texto. Os participantes do diálogo estão separados, mas fazem parte de um todo que permite a investigação do que está sendo compartilhado. Por outro lado, Simão identifica que para além do que se compartilha também há o espaço do não compartilhamento. E é uma parte fundamental da relação, provoca as partes em suas incertezas dos significados partilhados e compreendidos, um enigma que sustenta o diálogo e que se mantém durante o compartilhamento, sustam também os movimentos labirínticos do self. Nestes movimentos o próprio Self irá se construindo e agindo perante si e o outro (p. 397).

Hermans (2014) discute o self dialógico como sendo eu-posições diferenciadas. A teoria dialógica fundamenta que existam diferentes posições do eu, faces distintas que se posicionam diante de outras eu-posições, internas e externas. Esta nova conformação do self se opõe ao entendimento de que o self seria algo estável, coerente ou único, e diferente apenas dos outros. Porém, as tensões internas sofridas pelo self torna a visão de estabilidade pouco provável. Assim, a compreensão de que o self sofre sim de tensionamentos internos para se posicionar no mundo e descobrir seus sentidos e ações perante os outros.

Para a formulação da teoria das posições do eu, a autora leva em consideração a teoria do self estendido do James. Teoria esta que consiste em considerar que para além da representação de si, os outros entram nas representações internas das pessoas como posses de si mesmas, ou seja, não apenas os objetos externos conferem sentidos de representatividade pessoal, como suas roupas, seu diploma, suas características pessoais, mas também, as próprias pessoas das quais partilham sua vida, como parentes, amigos, pessoas com significativa função relacional. Entretanto, esta noção sozinha leva a uma questão que Hermans (2014) propõe: dizer que são suas possessões acabam por interferir nas peculiaridades como ser, que são próprias e específicas, assim, o self estendido de James propõe a redução das pessoas em posse, e permite desconsiderar as subjetividades presentes. Então, para contornar esse impasse a autora recorre então a ideia de multivocalidade – polifonia do Bakhtin(pp.138 – 139).

Por Polifonia, na leitura de Hermans sobre Bakhtin, entende-se que existam múltiplos pontos de vista se relacionando internamente em um romance, seja entre o autor-escritor e o personagem, que pode concordar, discordar do mesmo, ou até se rebelar contra (p. 138) também nos diálogos internos que abarcam as tensões vivenciadas pelos personagens. A construção polifônica revela a voz dos personagens em relação aos demais e ao próprio autor, algo similar ao que acontecem nas trocas dialógicas entre os selfs. Os processos de diálogos internos do self dialógico são



interconectados com os processos que ocorrem fora dele. Ocorrem movimentações nas posições do eu, que se movimentam de acordo com as posições presentes no tempo espaço compartilhado do self:

Como localizado espacialmente, o eu corporificado se move de uma posição para outra em um processo de posicionamento e contraposição. Como fenômeno temporal, o self está envolvido em processos de posicionamento e reposicionamento. Como um processo espacial, o eu flutua entre posições diferentes e até opostas, e isso ocorre tanto dentro do eu quanto entre o eu e os outros percebidos, lembrados ou imaginados. (Hermans, 2014 p.139).

Dentre os processos dialógicos apresentados, também na construção e incorporação de valores estão outros processos semióticos, o da pleoromatização e esquematização dos signos. Estes movimentos se estabelecem internamente nas pessoas e fazem fluir os significados mais arraigados na mentalidade e forma de agir das pessoas no mundo. Fazem parte dos processos de formação de significado, portanto, são alvo de investigação da psicologia semiótica-cultural. Na construção destes significados somos guiados pelos valores que se apresentam a nós durante a nossa formação.

Os valores guiam e sustentam nossas ações no aqui-e-agora, no espaço tempo das trocas afetivas: “Os valores estão guiando nossas ações concretas em qualquer configuração aqui e agora- mas eles não são entidades em si” (Valsiner, 2017, p. 193) – justiça, amor, coragem, orgulho, são sentimentos e conceitos presentes nos valores sociais que formam um todo que se constrói a partir de processos de generalização abstrata: “A noção de "inteiros" permite que a compreensão dos significados à medida que estes capturam nossa psique em plena justiça, equidade, etc..” (Valsiner, 2017, p.193). Valores são considerados profundamente enraizados nas pessoas, e mobilizando afetos. Fundamentadas nas experiências de vida da pessoa e ao longo da vida. São os valores fortalecidos que se sustentam e sofrem poucas mudanças, pois, fazem parte de uma composição que dificilmente suportam as mudanças. Os valores estão em uma espécie e regime hierárquico, onde

uns se sustentam a cima de outros, sofrem mais ou menos mudanças e estão mais ou menos aptos a se manifestarem em ações concretas. Assim como outros significados, os valores também sofrem tensionamentos externos e internos (Valsiner, 2017).

Valsiner (2017) descreve a condição de um mundo avassalador, tanto no campo biológico quanto no campo semiótico. No campo semiótico existe a diversidade de signos e a consequente diversidade cultural, assim, ele irá traçar duas linhas em que ocorrem a mediação semiótica: a pleromatização e a esquematização: “Assim, a mediação semiótica trabalha ao longo de duas linhas paralelas-esquematização e pleromatização. Meu objetivo aqui é demonstrar como esses dois processos estão mutuamente entrelaçados, e como em sua intersecção qualquer extensão da diversidade semiótica pode ser gerada” (p.171).

A esquematização facilita o contato organizado com os símbolos, pois, é através desse processo que as sociedades humanas centralizam certos significados. Sendo assim, a própria linguagem é algo previamente esquematizado e produz de uma certa forma controle sobre os significados, delimitando para que assim as pessoas consigam encontrar um campo comum de comunicação, mas, no cotidiano, as pessoas passam a inventar criativamente novas formas de nomear e novas formas de expressar seus pensamentos.

Os signos pleromatizados, por sua vez, serão aqueles que proporcionam a heterogeneidade dos sentidos, a multiplicidade e o significado amplo, aumentando nuances e detalhes. Em suma, os sinais pleromáticos apresentam um conceito generalizado do que é retratado por meio da transcendência do objeto particular que é representado pelo sinal. Em contraste com sinais esquemáticos garantem que todas as pessoas que entram em contato com eles podem derivar sua interpretação particular desses sinais na direção sugerida pelo sinal:

Apercepção imediata de um objeto pode, assim, tornar-se menos rica em detalhes

(esquematizante) ou mais rica (pleromatizando) em detalhes do que seu objeto original, ao

mesmo tempo em que se torna um complexo símbolo-um híbrido de ícone, índice e símbolo. Os sinais pleromáticos apresentam um conceito generalizado do que é retratado por meio da transcendência do objeto que é representado pelo sinal (Valsiner, 2017 p.172).

Valsiner argumenta que em um mundo de abundância e variação há a necessidade de selecionar certos signos, neste processo ocorre o favorecimento de uns signos por outros, e muito desta seleção ocorre no nosso próprio processo de educação. Ainda na questão da seletividade, Simão & Guimarães (no prelo) tratam dessa questão relativo às escolhas do pesquisador: Seletividade acontece de acordo com as identidades que o pesquisador ativamente constrói e reconstrói, considerando sua educação dentro de uma tradição. Ou seja, essa seletividade emerge da necessidade de organizar afetiva e cognitivamente as experiências selecionadas para o estudo, conferindo um senso de coerência e continuidade, apesar das eventuais torções e rupturas em relação a entendimentos anteriores (p.4).

Para tornar a vida mais organizada e viável, o sistema de crenças irá selecionar aquelas que se aproximam a constituição do corpo de valores e rejeitar ou entrar em conflito com as crenças divergentes “corpos estranhos” fazendo aqui um paralelo com o funcionamento do sistema imunológico. Entretanto, para se proteger, o corpo precisa incorporar as “substâncias valorativas adversas” e delas fabricar um “antídoto”, como uma forma de reação. Quanto mais contato o corpo tiver com essas “substâncias” e de maneira segura, mas o corpo irá se proteger, sem que para isto entre em colapso. A proteção nada mais é do que um movimento de defesa. Quando exacerbada entra em uma posição dogmática, de rejeição de toda e qualquer diferença no seu próprio esquema de valores e crenças pessoais e ou grupais. Evitando a transformação que possa ajudar a criar formas de lidar e perceber o mundo e aos outros.

Tal fenômeno ocorre quando de uma certa forma o ser se sente ameaçado, e acontece em muitos momentos na vida da pessoa, mesmo fazendo parte da sua própria cultura. Momentos como:

ser calouro em uma universidade, trocar de trabalho, ou mesmo iniciar a carreira em uma empresa, se mudar para outro estado, todas esses processos demandam adaptações e novas vinculações de identidades que se construíram no self, novas posições que irá desempenhar frente a si mesmo e aos outros. E requerem das pessoas seu sistema de compreensão semiótica para compartilhar novos sentidos e significados dos signos que irão entrar em contato.

Aqui, tanto os sistemas biológicos, os sociais e os psicológicos são entendidos como sistemas abertos à interpretação constante dos sinais oferecidos pelo meio (Valsiner, 2017 p. 188), o que nos permite fazer analogias entre estes sistemas. Por isso, o sistema imunológico, utilizado como exemplo por Valsiner, pode ser útil para entender como as pessoas usam os sinais semióticos para compreender o mundo e nele se adaptar. As transformações constantes do meio através do uso da memória e da resposta a estas memórias, detectando suas experiências anteriores algumas semelhanças com as novas, ainda que não sejam mais as mesmas.

O Sistema imunológico deve ter sensibilidade para notar as mudanças, identificar os intrusos e agir para continuar se adaptando, mas não pode ser sensível demais que gere uma reação exagerada e o leve a atacar o próprio sistema. A capacidade de selecionar dentro dos múltiplos sinais que aparecem é parte da função do sistema de sinais que Valsiner (2017) apresenta em analogia ao sistema imunológico. Adiciona a esta seletividade a dimensão afetiva para a abertura e seleção de sinais. Estes elementos são, a meu ver, importantes para pensar a condição de defesa do sistema aos ataques, seja do meio externo, seja dos valores culturais diversos. E a tensão que é gerada quando em contato com a variabilidade de sinais, muitas vezes novos e desconhecidos, quando em contato com outras culturas, como dito anteriormente.

Para além disso, o sistema aberto encontra sua seleção também através do sistema imunológico, que seria uma espécie de controle, em que operam naturalmente a hierarquização dos valores. Dentro do processo de construção dos significados, que estão dispostos no mundo e na

diversidade das leituras, o sistema imunológico “filtra” do mundo avassalador o que melhor lhe cabe.

A mediação do sistema imunológico se apresenta com os tipos esquemáticos e pleuromáticos, em que a tentativa é a de manter através da seletividade e interpretação dos signos presentes no entorno o estado de maior congruência possível com o interior e com o meio.

O mundo está em constante movimento, em cada passo que damos esbarramos em novos signos e o que eles nos sinalizam. Está, portanto, nos espaços físicos além de estarem nos valores que aprendemos, na educação que recebemos, no tipo de conteúdo cultural que entramos em contato, a arquitetura, ela própria, já mantém seus sinais. E nós, as pessoas que interpretam o mundo a volta, estamos constantemente construindo mensagens que nos chegam, somos capazes de ir aos autorregulando e regulando o mundo com os outros.

Porém, a transformação que ocorre pela regulação interna também esbarra em seus limites. Segundo Valsiner (2017, p.195), os valores apresentam mais resistência à mudança, uma vez que desempenham papel importante. Importante porque estabelecem certas normas sociais que capturam e guiam o fazer, o pensamento, a posição perante o mundo e suas ocasiões. Neste jogo da construção de sentidos, a função dos signos promotores, esquemáticos, na nossa vida, é de amparar o nosso contato com o mundo. Ambos estão interagindo a todo momento.

Um organismo que reage a um corpo externo e estranho, que no exemplo anterior seria a cultura estrangeira, mas pode ser entendido como todo e qualquer contato que gere tensões e inquietações, nos sentidos conferidos pelo corpo teórico desenvolvido na introdução.

Passa, pois, por um processo de assimilar/aprender com este corpo ( que aqui pode ser entendido também como algo em específico, mas também podemos pensar sobre o espaço social ou corpo social) para dele produzir um ‘antídoto‘ e sua readaptação ao círculo social.

Neste sentido, farei um paralelo ao exemplo efetuado por Valsiner (2017) no capítulo IV, para descrever mais sobre o processo de parasitismo colonialista que considero presente ainda na sociedade brasileira, que opera através da dispersão cultural universalizadoras, missionárias, de significados que coexistem com as possibilidades de ação inovadoras das populações que aqui resistem, sejam as populações originárias sejam dos mestiços que formam a maior parte da população brasileira e que aprenderam a se guiar pelos signos da colonização, mas que em processo constante de transformação podem ser capazes de transformar o signos valorativos danosos ao organismo social na procura por uma transformação da realidade, realidades estas que passem abrigar a complexidade de sua manifestação. Abrigar as diferentes experiências, uma compreensão mais ampliadas da realidade. Ganhando nuances, agregando novos detalhes para a compreensão e o reconhecimento das realidades que aqui coexistem.

O processo de reflexão se faz constante para “driblar” a visão de mundo que reduz, que dificulta o envolvimento, entendo na criação das artes e ciências eticamente posicionadas como formas de escapar da redução das existências. Assim, a analogia do sistema imunológico em diálogo com a metáfora do parasitismo de Manoel Bomfim (1905) para a compreensão de certos fenômenos culturais dos quais estamos envolvidos, seja por pertencermos, seja pela observação atenta da responsabilidade para as escolhas que efetuamos e os caminhos que estamos tomando ao nos posicionarmos, pode ser fonte de insights promotores de outras ressonâncias e pensamentos e questionamentos.

Cabe também lembrar que possuímos dificuldades como Simão & Valsiner (2007) identificam:

No plano metafórico, o isolamento e a inseparabilidade sujeito-outro são análogos a posições epistemológicas e éticas dogmáticas e ecléticas, onde as diferenças são negadas e se tornam achatadas. Segundo Figueiredo (1992), a dificuldade de compreensão de uma situação

costuma trazer ansiedade ao sujeito. Posições dogmáticas e ecléticas são ambas defesas contra tal ansiedade que bloqueia o contato do sujeito com a fonte da ansiedade. A atitude dogmática impede o sujeito do contato com o diferente ao desqualificá-lo como não razoável ou admissível por não se adequar ao seu quadro prévio de conhecimentos, valores e crenças. A atitude eclética também impede o sujeito do contato com o diferente, agora desqualificando a própria diferença: em última instância, tudo pode ser ajustado (reduzido) ao seu quadro anterior de saberes, valores e crenças (Simão & Valsiner, 2007, p. 17-18).

Inclui-se aqui que as diferenças que aparecem durante interação entre as pessoas, suas culturas e seus símbolos, e outras culturas e símbolos diversos podem estar, ou não, mais abertas a criação e construção de uma alteridade que transforme as relações. De modo a tentar não colonizar os saberes e os corpos, no que aqui foi compreendido como uma atitude parasitária, segundo as ideias de parasitismo de Manoel Bomfim.

Diverge ao parasitismo e a atitude parasitária e de dominação do selfs, como observado na discussão sobre o self dialógico, uma atitude aberta a diversidade e a construção de um caminho inclusivo, que não pretende fundir ou isolar os termos presentes na relação, muito menos monologizar.

Assim, a unidade não se faz sem a relação, a intersubjetividade é a própria união entre diferenças, que se resguardam na abertura pelo contato, conferindo seus espaços e ao desconhecimento relativo ao sistema de crenças já compreendido pelo eu. Esta abertura é feita pelo conhecimento da compreensão incompleta da cultura do outro, a lacuna é necessária, e suportar e saber lidar com a tensão pode ter sentido educativo para a descolonização, e desparasitação cultural. Ou ainda, para a transformação que este envolvimento pode proporcionar na sociedade, sendo benéfico para a coexistência em uma sociedade de etnias diversas, mas também, para o processo de transformação de classes sociais muito hierarquizadas e distantes.

E que os sentidos monologizante e os valores conservadores, pelo entendimento de Bomfim, impedem a dispersão das novidades culturais que permitam o avanço social perante as mazelas instauradas durante o processo de parasitação.

Acontece que esta maneira de estar e propor mundo também se apresentam nas relações científicas, como notamos em Bomfim, mas para além desta atitude na construção recente da sociologia, antropologia, medicina, entre outros campos do conhecimento na intelectualidade brasileira, o erro da monologização repercute na psicologia cultural e na ciência ocidental de maneira geral.

Como vimos com Valsiner, a concepção de um self dialógico nos permite compreender as noções de autoregulação semiótica presente nas relações dialógicas, das quais fazem parte processos de modulação e construção de sentido. Sendo que o sistema imunológico atuando com a cooperação da esquematização e da pleuomatização, e em tensão com o mundo avassalador, permite a formação de sínteses e caminhos semióticos novos, a depender do sistema de valores que coexiste e da hierarquização que pode ou não ser um obstáculo às transformações de sentidos, já que, como exposto fazem parte de sistemas mais arraigados na mente e na ação das pessoas, pela necessidade de manutenção, de manter a estabilidade da dinâmica do Self dialógico. Assim, nos labirintos infinitos do self encontramos posições mais rígidas ou menos rígidas, no que diz respeito aos valores e modos de ler o mundo e as ações ao redor.

Por outro lado, em Hermans (2014) o self dialógico, pela teoria das posições do eu, ou eu-posições, não é exatamente estável e coerente, sofre com tensões que são internas, além dos tensionamentos relacionais com o mundo e com os outros. Há autoquestionamentos, regulações novas que irão se construindo. Assim, questiona-se o entendimento da estabilidade que comporia o self. Na verdade, o self ao se relacionar também se movimentará internamente, pressionado pelas tensões e sofre alterações no tempo e no espaço. Então a necessidade de manter a estabilidade, é



algo imaginativo, ou até idealizado, ademais opostas com essa nova leitura de posições do eu atualmente.

Entretanto, uma forma de lidar com as tensões internas e externas é promovendo cisões, os opostos nos ajudam a separar características vistas enquanto diferentes, se por um lado ajudam a controlar as tensões provocadas, por outro podem simplificar os problemas e evitar a resolução de coisas tidas como irremediavelmente opostas umas às outras, o que ocorre na posição dogmática. Para tratar desse assunto, Valsiner (2020), no artigo, considera a questão das divisões e competições entre ciência ocidental e oriental enquanto inconciliáveis, já que são irreconhecíveis uma para a outra. Discordando ainda do fato de serem contrastadas as sociedades entre as perspectivas uma individualista e a outra coletivista.

Segundo ele, seria um erro da ciência ocidental tratar as diferenças com contornos separados, a psicologia tem errado por não construir um sistema que considere o processo das diferenças para além de suas oposições, deixando de olhar para o que ocorre nas trocas. Para tanto o conceito Co genético de Herbet (1995) (p. 2) utiliza o círculo no sentido de demonstrar o que existe entre o dentro e o fora, e a borda enquanto campo de investigação, como os opostos geram uns aos outros. O que ocorre, segundo Valsiner, como conceito axiomático da maioria das ciências humanas e biológicas, entretanto, não dá conta de oferecer como ocorre no interior, a utilização do símbolo Yin–Yang traz um pouco a perspectiva do processo interno, só não consegue colocar o que ocorre na relação.

Por não observar a permeabilidade entre as polaridades, suas resistências e fronteiras, o autor propõe zonas de transição entre as bordas que possibilitariam explicitar as trocas, pela abertura da borda em partes: “Isso cria um loop de alimentação mútua que pode melhorar o processo de trocas entre as fronteiras até que estes sejam levados ao fim” (p. 6). Neste sentido, a proposta de Valsiner parece ofertar um espaço de colaboração entre as filosofias orientais e as ciências ocidentais. Aqui

vale perguntar, até que ponto se trata de um erro das ciências ocidentais tais maneiras de se relacionar, as ciências ocidentais estariam abertas a colaboração das demais formas de produzir conhecimentos, seria apenas algo baseado no erro de posicionamento ou em um deliberado posicionamento, ainda que não refletido?

A colonização não é uma facilitadora no processo de abertura para a colaboração, a ação de colonizar, é sinônima do parasitismo. E ela pode estar presente na maneira como viemos construindo os conhecimentos científicos. Na próxima parte, será abordada com mais foco esta problemática.

O que Manoel Bomfim traz em seu texto sobre os Males de origem é que o mal que pode ser considerado a dominação, ventriculação, monologização dos discursos, utilizando de conceitos trabalhados no texto. E que são danosos para a construção de diálogo e colaboração. No sentido de Bomfim, seria ela, a colaboração, capaz de regenerar a sociedade através da solidariedade, e retirar o estratos da predação dos espaços e pessoas. Alcançar isso depende, segundo Bomfim, de primeiro reconhecer esse processo na nossa conduta social, e mesmo aqueles que estão sendo parasitados acabam por criar identidade com o tipo de sistema que fazem parte, dificultando a sua própria libertação.

A própria tese apresentada por Manoel Bomfim é um exemplo de reconstrução dos sentidos da sua época, por meio do uso da metáfora do parasitismo, ele criou uma compreensão para os problemas, os males das sociedades na América Latina, que não apenas reproduzissem a identificação do problema social em questões raciais, eliminando a questão de poder, dominação, que impede as populações de construírem alternativas de relacionamento com o mundo.

A desigualdade social não deve ser naturalizada, como o é nos discursos eugênicos, debatidos na segunda parte do texto. Mas sim, fruto de um processo de construção social e histórica

de práticas de extermínio, depredação e autodestruição humana, ligadas a modos culturais de operar o controle, dominar discursos e valores.

*A educação na perspectiva de Valsiner e Manoel Bomfim.*

A educação, para os dois autores, pode promover ou não espaços de dominação, engessamento dos conhecimentos ou de passibilidade de transformação e participação social na mobilidade de sentidos e transformações culturais que promovam diferença.

Ambos os autores observam que na educação é que as pessoas encontram o seu lugar no mundo através da sua participação na sociedade. Valsiner (2017) ressalta que a educação formal, antes de ser um ato de formação para a liberdade e para a feitoria de transformação social do mundo, ela pode ser um ato de violência, quando substitui os saberes locais das populações para inserir um sistema de novas formas de educação baseadas nos valores formais de educação, que partem de construções europeias: "Os educadores são revolucionários que têm que derrubar os sistemas de conhecimento anteriores para construir um novo e progressivo que possibilite que os aprendizes se tornem prósperos, empregados, reprodutivamente bem sucedidos e vivam felizes para sempre". A educação seria algo como uma "necessária violência benevolente" (p. 218). Que passou por transformações até o momento. Ressalta ainda, que estas transformações fazem parte de mudanças tecnológicas e do advento do uso da internet. O uso da comunidade virtual faz com que a educação formal, obtida na escola, perca a sua exclusividade na comunicação das informações.

Mas a educação inicia-se como uma missão, e se torna missionária pelo processo de colonização. A intenção dos colonizadores de civilizar e "tornar melhor", "aprimorar" os que são por eles considerados como populações infantis, sem instrução, sem o conhecimento de práticas de etiqueta, extremamente sexualizados ou imorais. Segundo o autor trata-se de um fenômeno psicológico em que a divisão eu – eles, e os atributos do eu entram em comparação com o que está presente no eles, ressaltando como que deveriam ser a partir da própria medida.

Assim, se “eu” sou diferente e considero que seja uma diferença melhor em relação ao “outro” a atitude de querer educar o outro para que seja igual a mim, para se aproximar do que o eu considero que seja o bom, o belo, o educado, revela na educação uma missão para transformar o outro, nos sentidos que aprazem os valores de quem educa, no caso da educação missionária colonizadora, vão além da questão do educar para transformar o futuro social e comunitário:

O espírito missionário o esforço educacional existiria em qualquer sociedade - é uma invenção cultural universal no auge da intervenção autodirigida de uma sociedade. Implica a separação dialógica do "o que somos agora" e "o que devemos ser", e uma série de estratégias para avançar em direção a este último. No caso da educação colonial, esse contraste se expande pela distinção "Nós" < > "Eles" que do "superior" aos estratos "inferiores" a hierarquia social - de modo que as classes "mais altas" tentam educar as classes "mais baixas", em vez do contrário (Valsiner, 2017, p. 225).

Manoel Bomfim, por sua vez, também observou um processo de educação violenta nos primórdios, ou mesmo considerou a falta de instrução uma violência, principalmente quando se sustenta uma visão de mundo que, longe de querer proporcionar transformações sociais, pretende engessar o tipo de valor que será passado de modo a garantir que o sistema de violências se perpetue.

Ele se dedicou a difundir a ideia de que a educação deveria ser gratuita e plena, considerada como função básica e popular do Estado e que seria de dever do professor educar e moldar as virtudes que permitissem a formação da República brasileira. Embora Bomfim tenha levantado essa bandeira e trabalhado por esse posicionamento, ainda hoje a questão da educação permeia as lutas populacionais por melhores qualidades no ensino (Machado & Barbosa, 2016)

O pensamento de Manoel Bomfim sobre educação está presente na sua trajetória de vida bem e as ações que desenvolveu enquanto psicólogo, educador, diretor do Pedagogium e da escola

livre. Pensava que o poder da educação deveria ser o de desbancar o conservadorismo enraizado da sociedade brasileira, perpetuado pelo histórico social do parasitismo. Para ele, a educação deve ser pensada como forma de instruir, mas também de fazer valer os direitos revolucionários e de mudança para a condição atual, muito desigual, em que os dirigentes garantem a manutenção, pelo estado de conservadorismo, a subalternização dos não instruídos.

A não instrução da massa populacional se deve a uma escolha explícita da Elite que consegue atribuir para si a educação superior e continuada, e mesmo internacional, mantém em cima da pirâmide social. Por outro lado, estavam aqueles que não eram sequer alfabetizados e permaneciam na condição de inferiorizados diante de uma história de escravização e descaso com a população geral.

Nestas condições, Bomfim não via melhora para o estado de miséria nacional. Mas antes de culpar a própria população por isso, ele foi além e responsabilizou a Elite conservadora. Este foi o sentido que Bomfim atribuiu para o papel dos conservadores no Brasil. A educação conservadora ocorria no sentido de manutenção dos pensamentos conservadores e impedia aos brasileiros de participarem ativamente da solução dos problemas que enfrentavam devido a própria condição de parasitados.

Por isso, os escritos de Bomfim se direcionam a questão da educação popular, gratuita para a resolução dos males, mas longe de acreditar que isto seria feito pelos próprios conservadores, batalhou em vida para tentar gerar algumas destas transformações na educação dos brasileiros. “Sua compreensão sobre o desenvolvimento humano ultrapassa em muito os aspectos econômicos. Para ele, a sobreposição do econômico às dimensões humanas tem conduzido ao esmagamento da “massa da nação” pela “ganância do capital”. Por isso, fala em desenvolvermos outras formas de riqueza, como a parte, o conhecimento e a literatura”. (Junior e Porto, 2019, p. 260).

A sociedade que avança é aquela que compreende este olhar para o desenvolvimento humano para além do desenvolvimento material, infelizmente, na concepção de Bomfim, por estarem muito mais preocupados na materialidade ganha com o processo parasitário, os dirigentes pouco se interessam em transformar as realidades e tornar o desenvolvimento humano uma vertente valiosa para o bem comum: “No caso do Brasil, afirma Bomfim (1996), a educação parece atender aos interesses dos dirigentes políticos que veem em sua precariedade uma garantia de manutenção da estrutura que os privilegia. Além disso, essa condição gera a demonização da política por parte da população e, conseqüentemente, um círculo vicioso extremamente nocivo à cultura política da sociedade brasileira” p. 261. Este olhar ressalta que para o conservador não só a desigualdade é natural, como tentar redimir a sua ocorrência é nada além do que uma mera ilusão.

Portanto, em Bomfim, é fundamental a superação do conservadorismo, para que se atinjam as ideias que favorecem a diminuição do processo de parasitismo implementado desde a época da colonização, para tanto, a educação deverá ser um esforço para construir entre as pessoas novas formas de cultivar bondade, solidariedade, a possibilidade de viver com menos ganância e mais repartição, capacidades esquecidas durante o processo de predação desde o colonialismo. Cujas decadência conduziu o Brasil e a América Latina ao estado de exploração laboral, população analfabeta e pouco espaço para o desenvolvimento humano: “Tendo o “hospedeiro” sempre diante de si, as classes dirigentes pouco se preocuparam com questões relacionadas ao desenvolvimento. Para Bomfim (1996; 1997; 2005), o parasitismo foi uma via de sobrevivência histórica que conduziu a nação à decadência, que se manifestava através da superexploração do trabalhador, do alto nível de analfabetos, do descaso com a “educação humana” (Bomfim, 1953) e do baixo nível de “soberania” em relação às economias centrais (Bomfim, 1996, p.265).

Em Brasil Nação, para Bomfim fica evidente que a solução única é a de libertar o povo pela revolução popular, que inclui uma educação popular que venha da base:

Manoel Bomfim também admitia ser inexecutável o fato de a classe popular, por si mesma, produzir um esforço intenso e ordenado para instruir-se e reerguer-se. Tampouco possuía a ilusão de que a classe dominante mudaria sua visão de exploração e de enriquecimento pessoal em nome do seu dever cívico e moral de cumprir os ideais republicanos (Santos e Souza, 2016, p.169).

A educação guerreira e depredadora – os passados de educação dos povos ibéricos remontam a tradição de guerras que trouxeram é neste estado de coisas que Bomfim observa no conservadorismo e educação conservadora a problemática original do atraso global nas sociedades americanas:

Na América do Sul, essa política conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos. Não é só por interesse, é por herança, por educação. Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício” (Bomfim, 1905, p 120).

Daí advém a dificuldade de implementação de uma nova forma de educar. Desta educação também irá decorrer o erro dos governantes em estabelecerem-se no Estado para perpetuação da tirania e do mando, segundo Bomfim, a melhor educação política seria aquela capaz de transformar esse entendimento do papel do Estado. E, portanto, carecem que aos governantes aprendam a controlar seus instintos que na autoridade estabelecem o “gozo do mando” (Bomfim, 1905, p.147), E que a educação convença não só a eles, mas a todas as outras pessoas de que o real papel do Estado está em cuidar dos direitos e interesses da população, do bem comum e do bem-estar comunitário: “Essa concepção arcaica e tirânica do Estado é que justifica campanha libertária que muitos espíritos generosos prosseguem nesta hora contra ele” (Bomfim, 1905, p. 147).

Bomfim argumenta a evidência da distorção de prioridades do Estado para a continuidade com a cultura belicosa em detrimento da cultura educacional quando oferta para seus leitores o

montante que é gasto com a educação é muito inferior ao que se destina para o interesse de defesa do Estado assim ele coloca:

Despendem-se 25% dos recursos do Estado para dotar a nação dos meios de defender-se de um problemático ataque estrangeiro, ou para garanti-la no interior contra desordens, problemáticas também pior das hipóteses, trariam a morte de algumas centenas de indivíduos, algumas perdas materiais, o descrédito do país e um embaraço limitado à vida econômica); e não se gasta nem um vintém para fomentar a instrução da massa popular, cuja ignorância é indiscutível, e é ao mesmo tempo a causa primeira dessas desordens, e de males certos, fatais, mais graves ainda que esses males problemáticos (Bomfim, 1905, pp. 149-150).

Entretanto, Bomfim não vê o parasitismo como um fim ou um destino final, a educação popular é assim uma saída das mais importantes para colocar a educação parasitária como uma parte infeliz de nossa história, assim, a plasticidade e capacidade de adaptação dos latinos podem ajudar neste sentido, tendo em vista de que o parasitismo social, ao contrário do biológico, está dotado das características morais do “conservantismo desvairado” que podem ser superadas através da reeducação, que corrija os vícios da tradição parasitária e os males que aqui foram tratados. Retomando Valsiner, a contribuição da psicologia cultural também está em pensar formas possíveis de estabelecer diálogos mais transformadores, diferente da perpetuação de “violências necessárias” em processos mais reflexivos e menos autoritários e missionários: “Um vislumbre da história da educação missionária na África nos conta sobre nossas próprias projeções no Outro, talvez em benefício de definir todo o futuro da nossa própria educação de forma menos missionária e mais reflexiva” (p. 235).

### **Considerações Finais**



O presente trabalho dissertou sobre a principal obra de Manoel Bomfim – América Latina Males de Origem, cujo recorte proposto foi o de compreender em sua escrita no que diz respeito ao tema da desigualdade social no Brasil e com qual conceitos e construções este tema aparece em seu trabalho. A partir deste principal ponto, outros colaboradores trouxeram contribuições ao debate mais contemporâneo.

Na primeira parte do texto, a obra psicossociológica esteve presente. Identificado a sua tese, o parasitismo, como uma força que produziu tensão no campo de conhecimento até então existente, e em que predominava o entendimento biológico e racial que operavam no cenário nacional. Bomfim aproveitou seus estudos para atribuir o papel social aos problemas que enfrentavam a população. Por isso, sua tese foi importante para evidenciar o papel das relações sociais e da construção histórica como ponto importante a ser debatido.

O autor desejava livrar o Brasil e os brasileiros das narrativas que inferiorizavam a população, que desprezava e desconhecia a história e os processos histórico-sociais que aqui se fizeram presentes e contribuíram com a origem dos problemas aos quais enfrentamos. Ele queria educar as pessoas sobre a doença que havia se instalado no nosso continente e era responsável por nos trazer todo tipo de problema relativo a subalternização, maldizer da população, e carência de educação, excesso de violência, e outras misérias, que prejudicam principalmente as populações mestiças e originárias. Sua compreensão pioneira revelava que para além das condições individuais enfrentamos um problema muito maior, que recai no campo das relações sociais através dos espaços de disputa pelo controle e subjugação.

Para ele, somente a compreensão da história brasileira, e o conhecimento da origem do parasitismo e do conservadorismo, que pretendeu manter a ordem de depredação, seria capaz de libertar suas populações desse processo secular. Só assim, os brasileiros conseguiriam transformar em uma nova nação, mais solidária e empenhada em desenvolver novas formas de se relacionar, que

fortalecessem o sentido das conquistas obtidas pela população local. Contrário as forças estrangeiras coloniais que tentavam impor sua visão de mundo para manter o poder sobre as riquezas e pessoas que habitam a América Latina.

O discurso da supremacia civilizatória ocidental, criticado por Bomfim, incluía também criticar o teor racista desenvolvido posteriormente pelas teorias do movimento eugenista. Bomfim criticou a noção de que a miscigenação era maléfica. Segundo o autor, os responsáveis pela degenerescência eram os próprios dirigentes, que por meio das práticas de predação e instauração do parasitismo, enfraqueceram o tecido social e ambiental.

Por fim, demarcou que a escravidão, como ocorreu no Brasil, foi o que promoveu a consolidação deste sistema e os anos de degradação para além do período da abolição. A tese da civilização parasitada e parasitária foi polemizada por aqueles que não compartilharam do seu modo de observar a realidade nativa. Silvio Romero não só discordou de Bomfim, como também, se dedicou na elaboração de um livro para fazer uma análise contrária ao que foi escrito por Bomfim em 1905. Junto ao fato de Bomfim afirmar que as teorias que levantavam o argumento da mestiçagem como problema advinham na realidade da relação direta com o poder daqueles que estavam a dissertar sobre os supostos malefícios da junção de raças. Ou seja, os mais beneficiados das relações de parasitação e escravização dos nativos e seus descendentes. E ainda hoje, são os que mais enfrentam o problema da mal remuneração em serviços pesados, e até a própria condição de regimes análogos a escravidão.

Bomfim afirmou que o atraso social era causado principalmente pela colonização ibérica. E argumentou que esta intenção de inferiorizar pautada na origem racial servia apenas para mascarar a continuidade do funcionamento de predação e a retirada dos recursos da população e com a escravização da população.

Portanto, Bomfim via na origem da mistura algo positivo. Por acreditar que a população era naturalmente mais propensa a desenvolver um coletivo menos desigual e egoísta, e por pensar que a atitude da população mestiça era sobretudo mais solidária e disposta a estabelecer laços de compartilhamento e menos de dominação.

Por esse e outros motivos, foi considerado um autor descolonial, ainda que tenha feito uso do emprego de conceitos tais quais “nação”, “tradição”, “progresso”, que atualmente são problematizados pelos estudos pós-coloniais. E por não ter sido um autor a relativizar a escravidão. Ao contrário do que vimos com Jesse sobre os autores mais estudados nas ciências sociais, como Gilberto Freyre, Bomfim observou que os pontos positivos não excluía o fato dos problemas do parasitismo terem se originados com a cultura bélica, mas também por todo o desenvolvimento do processo da criação do mercado escravocrata, que no Brasil descreveu como sendo não só a mais extensa, mas também mais cruel, algo que foi abrandado por outros autores brasileiros ao narrarem o fato e afirmarem a familiaridade nas relações entre escravo-escravizado. Algo que ainda hoje é um discurso comum, quando famílias abastadas exploram pessoas que trabalham com o serviço doméstico, geralmente mulheres e negras, e afirmam que não as vêem com os olhos de patrão, por que são consideradas “da família”, este discurso tenta esconder ou amenizar o crime contra a humanidade destas mulheres.

Retomando o que foi apresentado na segunda parte “O Brasil de ontem e hoje”. Buscou-se compreender os contextos históricos que envolveram os eventos tanto anteriores quanto posteriores a produção de Manoel Bomfim. O recorte resgatou a contribuição de autores da psicologia, da história e das ciências sociais que trabalharam com os temas semelhantes aos que Manoel Bomfim desenvolveu ao longo de sua vida, foram eles: colonização e a construção da subjetividade e das coletividades, as teorias racialistas e a construção do movimento eugênico na América Latina e no

Brasil, e a questão da escravidão e do parasitismo como processos de construção de desigualdade social e não reconhecimento das diferenças.

Os principais autores apresentados foram Figueiredo e Todorov, ambos observam no homem moderno as principais características das relações que desenvolveram o homem ocidental no contato com o novo mundo na época das invasões e da construção da sociedade moderna.

Em Figueiredo, observamos que as movimentações de expansão tanto do pensamento moderno com relação as reformas quanto nas condições geográficas que forjaram a subjetividade moderna e a cisão do homem moderno em três polos: o romantismo, o liberalismo e o regime disciplinar. Desta constituição o espaço do psicológico é criado, pelo adensamento do foro íntimo, entre outras consequências que foram discutidas, a transição entre o Inter e o intrapsicológico ficou mais delimitada e passível das construções do saber apoiadas no campo da psicologia. Ajudou na compreensão do processo de subjetivação cuja origem também dá sentido ao próprio desenrolar da construção da ciência psicológica. De modo a possibilitar ao homem se pensar enquanto pessoa em uma coletividade, algo que foi fundamental para os sentidos do fazer humano que se apresentaram nas teorias estudadas. Na teoria de Bomfim, mais especificamente, a criação de uma categoria simbólica que ele dispôs para efetuar sua leitura do humano e da vida humana em um determinado tempo e espaço, que designara uma visão a respeito das transformações sociais possíveis para a resolução da existência das inequidades e injustiças sociais.

O pensamento do colonizador foi abordada através da leitura de Todorov sobre os escritos e registros das expedições. Foram trazidos aqui, principalmente, pela figura de Cristóvão Colombo. Todorov conclui que a motivação de cristianizar era predominante em Colombo, mas a atividade extrativista era efetuada para que se respondesse a uma demanda da coroa inglesa. Ambas as atitudes colonizadoras revelam a característica parasitária, a qual foi observada também por Manoel Bomfim, quando ele diz sobre as expedições de cristianização das populações indígenas e da sede

da metrópole pelo ouro e outras formas de obter os lucros através da exploração. Todorov revela a ignorância de Colombo sobre a realidade das civilizações da América.

Tal ignorância, também foi observada por Bomfim nos cientistas europeus sobre a realidade das populações da América Latina, o não reconhecimento das condições de vida e trabalho, bem como da origem das relações, entre as diversas etnias que se estabeleciam por aqui. Como dito na introdução, a alteridade ocorre pelo encontro intersubjetivo, que promove tensões e inquietações, mas que são fundamentais no entre jogo das reações para o reconhecimento e as transformações daqueles que participam do diálogo. Para que o diálogo ocorra é necessário, portanto, uma atitude de disponibilidade para a diferença e para o outro, que compete atribuir reconhecimento dos participantes no diálogo, o compartilhamento das experiências irão transformando os interlocutores, e os levando para direções possíveis para cada interação. Assim, o ignorar, colocar a parte, não reconhecer o outro levam a uma impossibilidade de transformações. Em Todorov, os colonizadores revelam sua pouca disponibilidade, a atitude monológica que tornou o etnicídio algo comum e banal. Reafirmando os desejos individuais, mas também de uma coletividade parasitária.

Diante desta realidade, também foi possível ver a extensão do pensamento coloquial da rapina colonial para as vertentes formais e tidas enquanto científicas nos discursos hegemônicos da ciência racalista. Se por um lado, a própria constituição do movimento eugenista tentou rebater algumas noções europeias sobre a população da América, dentre elas a de que era o clima que prejudicava o aparecimento das características de raça superiores. Crenças tais, que dificultavam o comércio e o turismo para nossa região. Por outro lado, reproduziu outros preconceitos, na medida que na própria constituição do movimento estava o entendimento da nova ciência genética e do estabelecimento de valores morais e racistas a respeito das questões do desenvolvimento da população na América Latina. E negavam outras considerações relevantes para este processo, que continham em seu seio as condições sócio-históricas abordadas por Bomfim.

Na tentativa do controle sanitário e higiene que deu origem a reforma sanitária em um segundo momento, e que antes era empregada para mitigar alguns dos problemas trazidos pela própria colonização. A colonização dispersou doenças, pragas e animais não endêmicos que propagavam pestes de todos os tipos, mas que eram lidos enquanto problemas decorrentes da origem racial ou da condição moral da população. O alcoolismo muito embora tenha origens na vulnerabilização das condições de vida também era considerado uma degenerescência da miscigenação, bem como outras questões relacionadas a sexualidade e condições de saúde. Ainda hoje a questão do uso de drogas é tratado com cunho moral e punitivo. Assim a eugenia, foi um movimento organizado que operou em suas próprias nações enquanto maneiras de “aprimorar” a raça humana, com base na “ciência” o que já era considerado “bom” pela ótica vigente e ocidentalizada, que comparava com outras localidades e povos, supostamente se baseando na nova ciência genética, e consideravam ruins e degradantes aqueles de origem não branca.

As condições de vida das pessoas na sociedade brasileira retratavam a realidade de abandono social que passavam, e que foram sendo contornadas com o processo de instauração de políticas públicas, voltadas a diversas frentes das carências sociais historicamente construídas. Jessé Souza traz ao centro do debate a questão da escravidão e do não reconhecimento da dignidade da população mestiça e negra, geralmente de classe social de baixa renda, chamada por ele de a “Ralé de novos escravos”.

Do outro lado da sociedade, ocorreu a empreitada da elite na criação de uma elite intelectual que deveria suprir a demanda de urbanização. São Paulo foi o grande centro econômico e polo de dispersão dos conhecimentos e das informações a partir da progressiva urbanização. Todas as conclusões sociais eram construídas a partir do conteúdo intelectual advinda das camadas mais nobres.

A luta por reconhecimento, é travada através da comunicação e da linguagem, quando parte dos espaços onde circulam a comunicação, acabam por não agregar a diversidade nem os outros grupos minoritários. Os grupos historicamente excluídos não conseguem fazer circular outra perspectiva, dificultando o processo de alteridade nas transformações no campo social e psicológico. Mantem-se monologicamente o discurso onde opera o não reconhecimento social, e acirram-se as desigualdades.

Assim como identificou Bomfim, a escravidão foi o principal ponto de consolidação do parasitismo, e todas as considerações a respeito dos males da sociedade brasileira, a constituição histórica e todo o desenvolvimento intelectual de sua época foi problematizada por ele em suas origens. Logo, a resolução que davam estes intelectuais racialistas se voltava para o embranquecimento da população. Não iam na direção da melhora educacional e das condições de vida, muito menos do acolhimento social das privações que passavam, e ainda passam, menos ainda do reconhecimento da escravidão e do processo de dominação como parte dos malefícios. E, embora, em um segundo momento a virada culturalista tenha ocorrido, as novas teorias não chegaram a ser capazes de construir uma crítica necessária a este período, mascarando as relações de poder como se fossem amenas e voluntárias ou de origem moral duvidosa.

A desigualdade para os opositores de Bomfim não era o centro da questão, a redução que pretendiam fazer era no número global das pessoas negras, pobres através da imigração e do apartamento e segregação social. Mas também, de um certo domínio da higiene social, para preservar a saúde pelos costumes e valores morais prezados pela sociedade dirigente, e da redução da dispersão das doenças, que também os afetavam. Valores estes que iam contra a forma que as normas ditas pela hegemonia ditavam como deveria operar o viver, amar, e ser no mundo. Onde também se esvazia o sentido da solidariedade como fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, como escreveu Bomfim.

O reconhecimento e a dignidade só virá apenas com o movimento progressista, contrário ao que Bomfim diz ser o movimento conservador que pretende manter os interesses de uma pequena parcela. Tal movimento tensiona o campo do controle secular dos recursos, humanos e biológicos na política que estabelece o enriquecimento de uma minoria, e atentam para uma maior distribuição de funções e provimentos através da movimentação nas relações de poder.

Na parte final da dissertação, no propósito de dialogar mais sobre como os processos de construção de significado ocorrem enquanto fenômeno atuante na construção cultural que permeia as relações Inter e intrapsíquicas, é trazido ao debate as Contribuições de Valsiner e da psicologia cultural. Segundo o qual, o entendimento de que o Self tenta manter a estabilidade durante a dinâmica e quando em contato com a ambivalência encontrará formas estratégicas de diminuir a tensão provocada por este estado de desequilíbrio momentâneo. Como resultado podem operar a separação e negação ou ainda a tentativa de fundir, ambas são consideradas não ideais, porque enquanto uma tende a evitar o contato, a outra por ter contato demais confunde os limites da separação característica das diferenças que possibilitam a insurgência da novidade, da mudança na dinâmica das relações.

A dominância é um tipo de dinâmica que acaba interferindo na possibilidade do outro de se manifestar na relação, esta foi identificada como a dinâmica que se aproxima do discurso do colonialista, do movimento eugênico e do sistema parasitário, porque não oferece a oportunidade no existir da diferença, tenta subjugar e se sobrepor ao outro.

Em complemento, a teoria das eu-posições do self de Hermans, abrange a característica relacional do eu com as demais posições que ocupa no espaço das relações, sejam internas, sejam externas. O tensionamento passa a ser conferido internamente, onde a pessoa tem que lidar com as questões e contradições que surgem a partir do seu contato com as outras pessoas, e com aquilo que



acredita ser a sua identidade nas diversas funções que desempenha, espaços que frequenta, além das relações que produz.

Existem assim espaços e relações que podem facilitar o encontro que permitem sustentar as tensões naturais ao se relacionar, sem que haja a subjugação ou sobreposição. Estas últimas, atitudes nítidas nos processos de colonização e parasitismo, de acordo com o que foi abordado pela tese de Manoel Bomfim. Onde o mal de origem está na tentativa de silenciar discursos, falar por, como processo de dominação ou ventriculação, dinâmica descrita por Valsiner, ambas nocivas para o estabelecimento do diálogo e da colaboração e da alteridade.

A educação tem um importante papel aqui, segundo os dois autores, Valsiner e Bomfim, pois, só através do processo reflexivo podemos construir novas práticas de saber que se aliam mais as necessidades de transformação dos significados, que formam a nossa identidade cultural e enquanto pessoas também construtoras das realidades. Construir espaços de educação longe da dinâmica de dominação, ou do conservadorismo das ideias e práticas na solução dos problemas que enfrentamos, permitindo o máximo de participação social desde o início da jornada em instituições menos missionárias e com pessoas mais ativas envolvidas no processo.

A educação missionária, cujo sentido é a de colonizar, muito similar ao que foram as missões cristianizadoras, mas também presente nas ideias eugênicas de aprimoramento, do eu (perfeito) versus eles (imperfeitos). E o 'eu' está ali para salvar das práticas antissociais ou lidas como inoportunas a um tipo específico de desenvolvimento. O sistema parasitário não permite circular, novos sentidos e novas formas de educar que não sejam pelas práticas conservadoras, que além de conservarem o tipo de relação parasitária no seio da sociedade latina e brasileira, não ajudam na diminuição ou eliminação do problema de desigualdade social, produzida e mantida por ela própria.

Neste sentido, resgatar figuras como Manoel Bomfim, que ajudam a compreender melhor como ocorrem os processos psicossociais que integram a construção da sociedade brasileira e igualmente na tentativa de conseguir trabalhar com a história a favor de construir debates na psicologia cada vez mais alinhados com as realidades locais e com os trabalhos que prezem pela valorização de autores nacionais, que trataram de problemas típicos da nossa realidade, e portanto podem ser pontes importantes no intuito de desenvolver conhecimentos cada vez mais empenhados em proporcionar teorias responsáveis e condizentes e éticas na superação de um problema ainda tão latente como o da desigualdade social.

### **Referências**

- Antunes, M. A. M. (2016). Sobre a obra de Manoel Bomfim: Um estudo sobre lições de pedagogia: teoria e prática da educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(2), 397-402.  
<https://doi.org/10.1590/2175-35392015020211193>
- Bomfim, M. (2005). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932005000300013>
- Bomfim, M. (1923) *Pensar e dizer. Estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Casa Electros.  
[Reeditado em 2006 pela editora Casa do Psicólogo patrocinado pelo Conselho Federal de Psicologia]
- Bomfim, M. (1930) *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. TopBooks – Kindle unlimited Editora Puc Minas.
- Bomfim, M. (1929) *O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira*. Fundação Darcy  
<https://fundar.org.br/publicacoes/biblioteca-basica-brasileira/o-brasil-na-america/>
- Bomfim, M. (1931) *O Brasil Nação Vol I e II*: Fundação Darcy Ribeiro  
<https://fundar.org.br/publicacoes/biblioteca-basica-brasileira/o-brasil-nacao-vol-1/>  
<https://fundar.org.br/publicacoes/biblioteca-basica-brasileira/o-brasil-nacao-vol-2/>

Bonfim, M. (1905) *América Latina: Males de Origem*. Scielo Books.

<https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bonfim-9788599662786.pdf>

Castro, E. V. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* 2(2), 115 – 144.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>

Cornejo, C. (2008) Intersubjectivity as cophenomenology: From the Holism of Meaning to the Being-in-the-world-with-others. *Integr. psych. behav.* 42, 171–178. <https://doi.org/10.1007/s12124-007-9043-6>

Faraco, C. A (2005) *Bakhtin: Conceitos Chaves* Editora Contexto

Ferreira, C. J. (2019). A Noção de Progresso em “O Brasil na História” de Manoel Bomfim, *Revista expedições*, 10(3), 1 – 19.

Figueiredo, L. C.(2017) *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500 -1900)*. 9. Ed Editora Escuta.

Figueiredo, L. C. M. (2001). Mal-estar e subjetividade brasileira. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 1(1), 57-72. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482001000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482001000100004&lng=pt&tlng=pt).

Filgueira, A. L. de S. (2012). A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com o seu pensamento social e político. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília (UNB): <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10625>

Grossen, M. (2010). Interaction Analysis and Psychology: A Dialogical Perspective. *Integrative psychological & behavioral science*. 44. 1-22. DOI: 10.1007/s12124-009-9108-9

Gadamer, H-G,( 2000). *Hermenêutica da obra de arte / Hans-Georg Gadamer* Editora WMF Martins Fontes

Gadamer, H-G. (1999). *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. S Vozes.

- Gontijo, R. (2001). *Manoel Bomfim e o Brasil na História*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF)
- Guimarães, D. S. & Simão, L. M. (2017) Mythological constrains to the construction of subjectified bodies. In: Han, M. (Org.) *The Subjectified and Subjectifying Mind*. 3-21.
- Grossen, M. (2009). Interaction Analysis and Psychology: A Dialogical Perspective. *Integrative psychological & behavioral science*. 44. 1-22. DOI: 10.1007/s12124-009-9108-9
- Hermans, H.J.M (2014) Self as a Society of I-Positions: A Dialogical Approach to Counseling. *Journal of Humanistic Counseling* (53) 134 – 159 DOI: 10.1002/j.2161-1939.2014.00054.x
- Jahoda, G. (2012) Critical reflections on some recent definitions of “culture” *Culture & Psychology* 18(3) 289–303.
- Junior, E. S. G & Porto, D. G (2019) Educação e conservadorismo em Manoel Bomfim. *Revista transformar*. 13(1), 256 – 267.
- Machado, C. J. dos S., & Barbosa, D. de S. (2016). O pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905). *Educ. Form.*, 1(1), 159–171.  
<https://doi.org/10.25053/edufor.v1i1.1580>
- Lemos, D. L. & Alves, A. (2013) A quebra do elo: as consequências da reforma protestante para o fim das mediações sacerdotal. *Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade* (8)135 – 162 .
- Maciel R. B (2017) A problemática da autonomia nacional brasileira a partir de Manoel Bomfim. *Travesía, Suplemento Electrónico* 2 135-152
- Palmieri, M. W. A. R., & Martins, J. B. (2008). Possibilidades e desafios da produção científica no campo da psicologia: algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*. 13(4), 743-752.  
<https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000400012>
- Pereira, Vinícius Vieira (2021) Manoel Bomfim e a crítica ao imperialismo no início do século XX. *Revista da sociedade Brasileira de economia política* 58(1) 149-181.

- Portugal, F. T. (2010). Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 596-612. <https://doi.org/10.12957/epp.2010.8984>
- Reis, C. J. (2006) *As identidades do Brasil. 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Editora FGV.
- Resende, A. C. Z & Moraes, S. F (2017) O Parasitismo Social em Manoel Bomfim e a Teoria Crítica Pós-Colonial, *Revista Expedições*, 8(3), 326 – 342.
- Richardson, F. C (2011) A hermeneutic perspective on dialogical psychology. *Culture and Psychology* 17(4) 462-472.
- Santos. P. S. (2020) O Conservadorismo Essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932). *Rev. Sociologias Plurais*, 6(2), 19-33.
- Simão, L. M. (2005). Bildung, Culture and Self: A Possible Dialogue with Gadamer, Boesch and Valsiner? *Theory & Psychology*, 15(4), 549–574. <https://doi.org/10.1177/0959354305054751>
- Simão, Livia (1989) Interação Pesquisador-Sujeito: a perspectiva da ação social na construção de conhecimento. *Ciência e cultura* 41(12):1195-1202
- Simão, L. M. & Guimarães D. S (prelo) 37 Anos construindo o Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia: Primeiras articulações nos Planos Epistemológicos, Ontológico e Ético.
- Simão, L. M. (2002). *O significado da interação verbal para os processos de construção de conhecimento: proposta a partir da ótica boeschiana. Cultura, cognição e afetividade: a sociedade em movimento* Casa do Psicólogo
- Simão L. M. (2003) Beside Rupture—Disquiet; Beyond the Other—Alterity. *Culture & Psychology*. 9(4):449-459. doi:10.1177/1354067X0394007
- Simão L. M. e A. Mitjans Martinez (Orgs.) (2004a) O Outro no Desenvolvimento Humano - Diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. *Pioneira Thomson Learning*, 29-39.

- Simão, L. M. (2004b) *Semiose e Diálogo: para onde aponta o construtivismo semiótico-cultural? Os Sentidos de Construção: o si mesmo e o mundo*, coletânea organizada Maria Thereza Costa Coelho de Souza. Casa do Psicólogo. 13 – 24.
- Simão, L. M. (2010). *Ensaio dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro*. HUCITEC. ISBN: 978-85-7970-073-6
- Simão, L. M., & Valsiner, J. (2007). General conclusions (Editors): Multiple faces of Otherness within the infinite labyrinths of the self. In *Otherness in questions: labyrinths of the self*. Charlotte: IAP - Information Age Publishing
- Silveira, C. (2011). (Re)leituras de Manoel Bonfim: a escrita da história do Brasil e o ser negro na passagem do século XIX para o XX. Tese de Doutorado em História. Repositório PUCSP: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12697>
- Souza, V. S. (2007) “A Hora Da Eugenia: Raça, Gênero e Nação Na América Latina (Resenha).” *Cadernos de Pesquisa* (2007): 515-520
- Souza, Jessé. (2000). Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (50), 133-158. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200008>
- Souza, Jessé (2017) *A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato*. Leya.
- Souza, Jessé. (2004). A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(54), 79-96. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100005>
- Stepan, N. L. (2005) *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero, Nação na América Latina*. Fio Cruz.
- Todorov, T. (2017) *A Conquista da América: A questão do outro*. (5ª Ed.). Martins Fontes
- Uemori, C. N. (2006). Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional. Tese de Doutorado. Repositório PUC <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3774>

Valsiner, Jaan (2020) Cultural psychology as a theoretical project / La psicología cultural como proyecto teórico, *Estudios de Psicología*, 40:1, 10-47, DOI: 10.1080/02109395.2018.1560023

Valsiner, J. (2017). *Between self and societies: Creating psychology in a new key*. Tallinn University Press.

Valsiner, Jaan. (2002). Forms of Dialogical Relations and Semiotic Autoregulation within the Self. *Theory & Psychology - THEOR PSYCHOL.* 12. 251-265. 10.1177/0959354302012002633

Wagner, Roy (2010). *The invention of culture*, Cosac Naify